

Os Óculos



da Academia Nacional de Medicina

e seus Personagens



*Acadêmico
Francisco J. B. Sampaio*



Os Óculos

da Academia Nacional de Medicina

e seus Personagens

Edit**ra**
Academia Nacional de Medicina

Copyright © - 2020 - Academia Nacional de Medicina (ANM)

ISBN 978-65-87646-00-8 (Impresso)

ISBN 978-65-87646-01-5 (Digital)

SA192o

Sampaio, Francisco José Barcellos, 1954

Os Óculos da Academia Nacional de Medicina e seus Personagens; [Orgs.: Francisco José Barcellos Sampaio; Katia Ribeiro Costa e Silva; Sandra de Abreu Castro, Roberta Lima; Carla Braga Mano Gallo]. Rio de Janeiro, RJ: Academia Nacional de Medicina, 2020. 232p.; il.; fotos

ISBN 978-65-87646-01-5

1. História 2. Óculos 3. Coleção 4. Personagens Históricas.
I. Título

CDD 981

Autor

Acadêmico Francisco José Barcellos Sampaio

Presidente ANM (biênio 2015-2017)

Colaboradores

Katia Ribeiro da Costa e Silva - Museóloga

Roberta Lima

Sandra de Abreu Castro

Carla Braga Mano Gallo

Capa e Projeto Gráfico

Carla Braga Mano Gallo

Fotocomposição, Editoração & Tratamento de Imagens

MG Consultoria e Editoração Ltda.

Fotografias

Celso de Omena Brando

Impressão

Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA

Av. General Justo, 365 - 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 3970-8150, e-mail: secretariageral@anm.org.br

www.anm.org.br

Os Óculos
da Academia Nacional de Medicina
e seus Personagens

Acadêmico
Francisco J.B. Sampaio

Academia Nacional de Medicina

DIRETORIA
BIÊNIO 2020 - 2021

Presidente

Rubens Belfort Jr.

1º Vice-Presidente

José Galvão-Alves

2º Vice-Presidente

Omar da Rosa Santos

Secretário Geral

Ricardo José Lopes da Cruz

1º Secretário

Carlos Eduardo Brandão Mello

2º Secretário

José Horácio Costa Aboudib Jr.

Tesoureiro

Oswaldo Moura Brasil do Amaral Filho

1º Tesoureiro

Milton Ary Meier

Orador

Manassés Claudino Fonteles

Diretor de Biblioteca

Carlos Alberto Basílio de Oliveira

Diretor de Arquivo

Claúdio Tadeu Daniel-Ribeiro

Diretor de Museu

Giovanni Guido Cerri

Presidente da Secção de Medicina

José Osmar Medina de Abreu Pestana

Presidente da Secção de Cirurgia

José de Jesus Peixoto Camargo

Presidente da Secção de Ciências Aplicadas à Medicina

Marcello André Barcinski

Os Óculos

e seus Personagens

*Esta contribuição é dedicada à Academia Nacional de Medicina,
a todos os seus membros, passados, presentes e futuros, e especialmente a todos os ex-
Presidentes, que durante um período de suas vidas, sem outra pretensão a não ser bem
servir, assumiram importantes responsabilidades e dedicaram parcela importante de seu
tempo à Academia Nacional de Medicina.*

Os Óculos

e seus Personagens

“A diferença entre um estadista e um demagogo é que este decide pensando nas próximas eleições, enquanto aquele decide pensando nas próximas gerações.”

Sir Winston Churchill

Os Óculos

e seus Personagens

Prefácio

O Acadêmico Francisco Sampaio novamente oferece à Academia Nacional de Medicina e à Medicina Brasileira uma obra médica e literária de altíssimo valor, enriquecendo nossa cultura.

Coube a mim, como Presidente da Academia Nacional de Medicina e por coincidência oftalmologista, o quarto a ocupar a presidência em 191 anos, a honra de prefaciar este livro, Os Óculos da Academia Nacional de Medicina e seus Personagens.

O Acadêmico Sylvio de Abreu Fialho iniciou, e durante décadas, nos meados do século XX, foi montando esta coleção, única, mantida na Santa Casa do Rio de Janeiro e posteriormente doada à Academia Nacional de Medicina, onde vem sendo progressivamente cuidada e atualizada.

Graças ao Acadêmico Francisco Sampaio, nosso querido ex-Presidente, estas obras são agora oportunamente divulgadas, juntamente com importantes informações históricas de nosso Imperador Dom Pedro II, de ex-Presidentes do Brasil, Acadêmicos e Personagens desta época da história da Academia Nacional de Medicina e do Brasil.

A palavra óculos surgiu com o termo “ocularium”, para designar os orifícios visuais das armaduras dos soldados, e há mais de dois mil anos, lentes corretivas feitas com pedras semipreciosas cortadas em tiras finas, inicialmente no Egito, deram origem aos óculos, e desde a antiguidade também existiam óculos com lentes de vidro e sem grau, apenas como adereço pessoal.

Há mil anos lentes já eram usadas de rotina para melhorar a visão principalmente para perto nas grandes bibliotecas da Europa e, no século XIII, na Alemanha, já existiam óculos com aros de ferro e unidos por rebites, mas ainda sem hastes. No Brasil, os óculos surgiram já

Academia Nacional de Medicina

no século XVI e eram usados principalmente por jesuítas, funcionários da coroa portuguesa, colonos abastados e homens de letras.

Os óculos atuais, constituídos por duas lentes e uma armação diante do rosto, repousando sobre o nariz e orelhas, evoluíram desde aqueles do século XV, mas ainda no século XIX eram com frequência, monoculares e sem armação, como se observa naquele usado pelo Imperador Pedro II, presente nesta coleção.

Sempre foram mais que próteses para melhorar a visão nas diferentes distâncias, sendo também objetos de grande importância estética, como um dos principais acessórios de moda das sociedades modernas e, de certa maneira, caracterizam também a época e seus personagens.

Graças à utilização de matérias-primas mais baratas e o grande avanço da tecnologia, hoje em dia existem os mais variados tipos de óculos, de diferentes tamanhos, cores, estilos, e para os mais variados gostos, servindo mais do que para ajudar a enxergar, também com finalidade de proteção e estética, e sendo escolhidos com frequência para embelezar ou harmonizar a expressão facial. Assim, os óculos servem para ajudar a ver e também para ajudar as pessoas a serem vistas da melhor maneira que preferem. Dentro desta perspectiva, podem também ser avaliados neste livro que, parte da coleção da Academia Nacional de Medicina, retrata épocas e seus personagens, trazendo importante contribuição histórica e de avaliação das tendências de estética visual e facial nestes dois séculos.

Parabéns e obrigado, Presidente Francisco Sampaio.

Rubens Belfort Jr.

Presidente, Academia Nacional de Medicina
2020-2021

Os Óculos

e seus Personagens

Sumário

<i>Apresentação</i>	1
----------------------------	----------

Imperador

Dom Pedro II	7
--------------	---

Presidentes da República

1906 - Affonso Augusto Moreira Penna	14
1909 - Nilo Procópio Peçanha	19
1914 - Wenceslau Braz Pereira Gomes	24
1922 - Arthur da Silva Bernardes	31
1926 - Washington Luís Pereira de Souza	36
1930 - Getúlio Dornelles Vargas	43
1946 - Eurico Gaspar Dutra	50
1954 - João Fernandes Campos Café Filho	57
1956 - Juscelino Kubitschek de Oliveira	63
1992 - Itamar Augusto Cautiero Franco	70
1995 - Fernando Henrique Cardoso	78

Personalidades

Belisário Augusto de Oliveira Penna	85
Benjamin Constant Botelho de Magalhães	93
Dom Antônio Ferreira Viçoso, C.M.	99

Academia Nacional de Medicina

- continuação - **Sumário**

José Félix Alves Pacheco	106
José Lins do Rego Cavalcanti	112
Manuel Cícero Peregrino da Silva	117
Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon	123
José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque	130
Francisco Negrão de Lima	136
Olegário Mariano Carneiro da Cunha	143
Rui Barbosa de Oliveira	149
Solfieri Cavalcanti de Albuquerque	157

Acadêmicos

Augusto de Souza Brandão Filho	160
Antônio de Moraes Austregésilo Filho	165
Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo	169
Décio Olinto de Oliveira	174
Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães	178
Hélion de Menezes Póvoa	184
Manoel da Gama Lobo	190
Miguel da Silva Pereira	195
Miguel de Oliveira Couto	199
Miguel Ozório de Almeida	205
Luiz do Nascimento Gurgel	211
Waldemar Berardinelli	216

Apresentação

A Academia Nacional de Medicina completa 191 anos de existência, e assim, é a mais antiga Instituição Científico Cultural de nosso país.

Esta Casa foi fundada em 30 de junho de 1829, sob o título de **Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro**, por um grupo de médicos, entre os quais destacamos Joaquim Cândido Soares de Meirelles, Luiz Vicente De Simoni, José Francisco Xavier Sigaud, João Maurício Faivre e José Martins da Cruz Jobim, com o intuito de promover reuniões para aperfeiçoar os conhecimentos médicos.

Em 8 de maio de 1835, por decreto da Regência Imperial, foi adotada pelo governo para instituto oficial com o nome de **Academia Imperial de Medicina**, com a finalidade de responder às perguntas do governo sobre tudo que interessar à saúde pública e contribuir para o desenvolvimento e progresso em geral da Medicina e Ciências Correlatas. A primeira sessão após o decreto teve como presidente o então príncipe D. Pedro-II, na ocasião com 9 anos de idade. Com a maioria do Imperador D. Pedro-II, este se tornou o maior patrono da Casa, e durante 50 anos frequentou as suas sessões e presidiu as solenidades da Academia. A cadeira na qual se sentava existe até hoje, perfeitamente conservada, no salão nobre. Com enfermidade já avançada, no dia 30 de julho de 1889, presidiu pela última vez a sessão de aniversário da Academia. Com o advento da República, em 21 de novembro de 1889, através do decreto no. 9 do Governo Provisório, a instituição recebeu seu nome atual, de **Academia Nacional de Medicina (ANM)**.

Nos anos 2012, e parte de 2013, na gestão do Presidente Marcos Moraes, o prédio sede da ANM finalmente passou uma necessária e fundamental, mas difícil e demorada, obra de “retrofit”, e grande parte do seu acervo precisou ser transferido para um depósito, enquanto outras coleções (Óculos, Quadros, Esculturas, e parte do Mobiliário) foram guardadas na própria sede durante a obra. Nesse período, as sessões ordinárias, cerimônias de aniversário e de posse, e atividades administrativas foram realizadas fora da sede. Ao assumir a presidência, em julho de 2013, o Presidente Novellino, com muita coragem e enfrentando alguma resistência, fez uma reunião de diretoria e decidiu retornar ao prédio sede, cuja obra de “retrofit” ainda estava em fase de acabamento. Esse retorno à sede foi fundamental, e pouco a pouco a ANM foi voltando ao funcionamento habitual, no seu prédio,

Academia Nacional de Medicina

e assim, vários detalhes da obra foram sendo acertados e a ANM voltou a funcionar normalmente, graças à garra e intrepidez do Presidente Novellino nesse momento tão difícil.

Desde minha eleição para a Presidência da Academia Nacional de Medicina, sucedendo meu querido amigo Pietro Novellino, em julho de 2015, comecei a pensar em colocar em prática os projetos discutidos durante a campanha, mas também começaram a aparecer assuntos e projetos que me chamaram a atenção apenas depois de eleito. Verifiquei que era imperativo restaurar diversas obras de arte e mobiliário, bem como levantar o acervo da ANM, recuperar o que fosse necessário e resguardar a memória destes objetos acumulados ao longo dos anos.

Verificamos que nas diversas mobilizações necessárias durante a obra, a estante com a Coleção de Óculos da ANM foi muito danificada, bem como os próprios óculos, muitos dos quais já necessitavam restauro. Os óculos estavam misturados, de tal maneira que sobrou um amontoado de óculos, a maioria muito danificada e sem identificação, dentro da estante. O cenário era desanimador e parecia sem solução, mas decidimos vencer o desafio de recuperar essa importante coleção. Chamei a museóloga Katia Costa e Silva, que já havia trabalhado conosco, e a Sandra Abreu, secretária da presidência, e fomos a campo para essa missão. Durante algumas semanas, a museóloga Katia, sentada em frente à estante, e com as fichas do museu nas mãos e com as fotos dos óculos, e com a ajuda da Sandra, começou a identificar os óculos, um a um; e a cada descoberta fazíamos uma festa. Com todos os óculos identificados, muitos quebrados em vários pedaços, chamamos os restauradores do Museu Histórico Nacional, que já estavam trabalhando conosco no restauro dos Quadros, Mobiliário, e Esculturas, e lhes demos a difícil missão de restaurar os óculos. Nesse momento, já tínhamos montado no 8o. andar de nosso prédio uma oficina de restauro, sempre com um ou dois restauradores trabalhando todos os dias nos quadros, esculturas, mobiliário e agora nos óculos.

Após vários meses de trabalho árduo, tínhamos as estantes e todos os óculos identificados e restaurados, e fizemos uma pequena reinauguração da coleção.

À semelhança do que fizemos com os Quadros, decidimos fazer o livro dos “Óculos da Academia Nacional de Medicina”. O arquiteto e fotógrafo Celso Brando, que já estava trabalhando na ANM fazendo as fotos dos Quadros, Esculturas e Mobiliário, passou a fazer as fotos dos Óculos em alta

Os Óculos

e seus Personagens

resolução e com grande qualidade. Com o precioso auxílio da Roberta Lima, comecei a fazer a biografia de cada personagem a quem os óculos pertenciam. O trabalho demorou alguns meses e o livro estava 80% pronto, mas por alguma inércia que não sabemos explicar, ficou latente. Com a Pandemia pelo Coronavírus, declarada em 11 de março de 2020, nosso inquieto Presidente Rubens Belfort, oftalmologista de grande estirpe e grande fama, que tem trabalhado exaustivamente nessa pandemia, colocando a ANM na ponta de todos os assuntos médicos ligados ao Coronavírus, e com o qual falo quase que diariamente, em uma dessas conversas, há uns 30 dias, me disse: “quero o Livro dos Óculos para ser lançado no aniversário da ANM em 30 de junho de 2020”. E assim, graças a essa pressão do presidente, saímos da inércia e demos cabo a essa prazerosa tarefa.

Verifica-se no livro, que dos 36 personagens dos quais temos os óculos na coleção da ANM, não conseguimos fotos de todos eles utilizando os óculos. Alguns porque temos as fotos dos personagens ainda jovens, quando ainda não usavam os óculos, e outros, provavelmente por vaidade, retiravam os óculos para serem fotografados.

Imaginamos que esse livro, além de servir como levantamento da nossa Coleção de Óculos, contribuindo para sua perenidade, serve para reverenciar a memória de Acadêmicos, Políticos e outros Personagens importantes dos quais possuímos os óculos que utilizavam.

O trabalho de confeccionar este livro foi prazeroso e gratificante, e foi para mim uma oportunidade de grande crescimento humanístico, por poder aprender mais sobre figuras importantes de nossa história.

Esperamos que essa contribuição sirva para revelar, divulgar e preservar nosso acervo, bem como manter viva a memória de diversas personagens ilustres de nossa história.

Rio de Janeiro, junho de 2020

Acadêmico Francisco J. B. Sampaio

Presidente, Academia Nacional de Medicina

Biênio 2015-2017

Academia Nacional de Medicina



e seus Personagens





Imperador Dom Pedro II



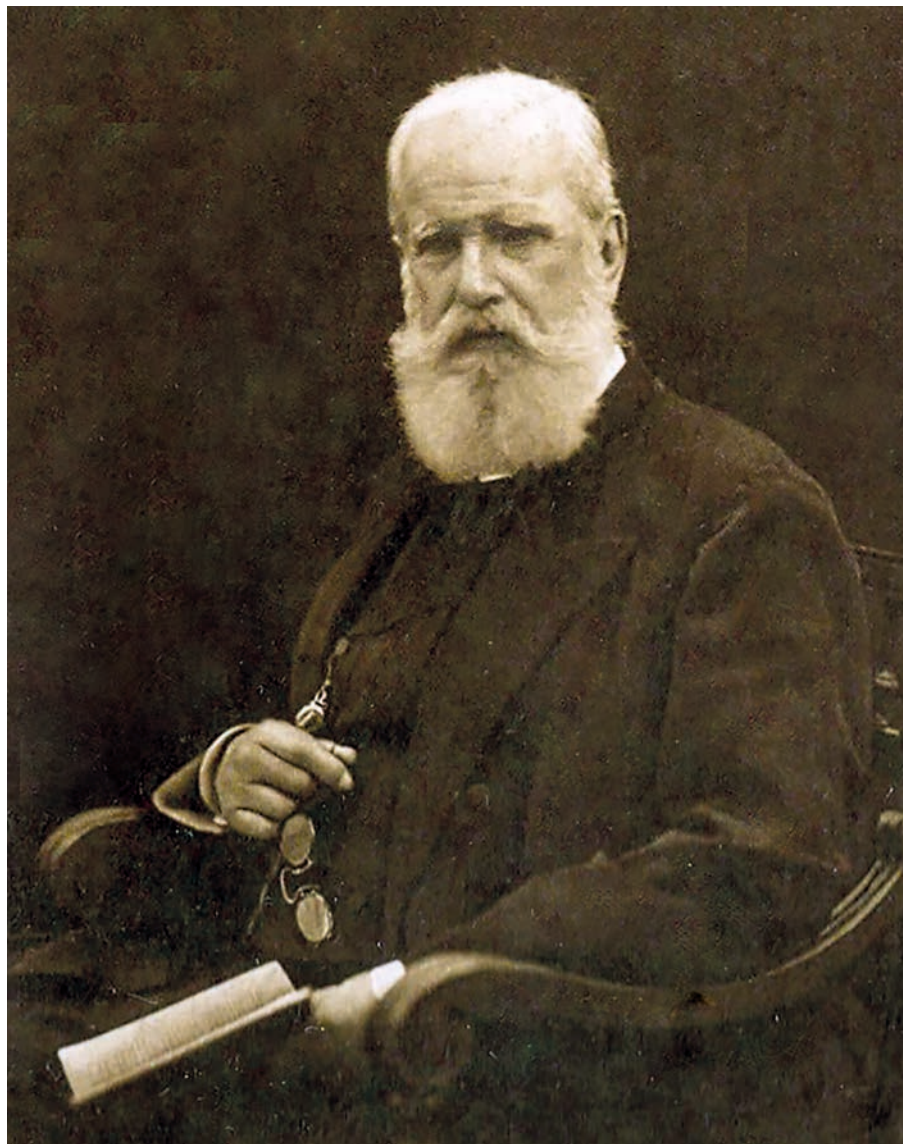
Oc-001. Pertenceu ao Imperador Dom Pedro II.

Material: Tartaruga e ouro

Procedência: Doação do Príncipe D. Pedro do Orleans e Bragança, através da Acad. Abreu Fialho.

Descrição: Armação em tartaruga e ouro. Na base do aro direito, coroa imperial com iniciais P.II. Lentes brancas, ovais, com inclinação.

Imperador Dom Pedro II



D. Pedro II - Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, nasceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1825 e faleceu em Paris em 5 de dezembro de 1891. Alcunhado o Magnânimo, foi o segundo e último soberano do Império do Brasil, tendo reinado o país durante um período de 58 anos. Nascido no Rio de Janeiro, foi o filho mais novo do imperador Pedro-I do Brasil e da imperatriz Dona Maria Leopoldina de Áustria e, portanto, membro do ramo brasileiro da Casa de Bragança.

Ficou órfão de mãe com apenas um ano de idade. Com nove anos perdeu também seu pai. Era o sétimo filho, mas tornou-se herdeiro do trono brasileiro, com a morte de seus irmãos mais velhos. Cresceu aos cuidados da camareira-mor Dona Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, mais tarde condessa de Belmonte.

Tornou-se príncipe regente aos cinco anos de idade, no dia 7 de abril de 1831, quando seu pai Dom Pedro-I, que vinha enfrentando severa oposição política, acusado de favorecer os interesses portugueses no Brasil independente, abdicou do trono e embarca de volta a Portugal. José Bonifácio de Andrada e Silva foi nomeado seu tutor e depois foi substituído por Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho.

Com a abdicação e a menoridade do herdeiro do trono, foi eleita pela Assembleia, obedecendo à Constituição, uma Regência Trina até a maioridade de Dom Pedro-II. Estando o Senado e a Câmara de férias, foi eleita uma Regência Trina Provisória, que permaneceu de 7 de abril a 17 de junho de 1831. Em seguida, foi eleita a Regência Trina Permanente, entre 1831 e 1835. A Regência Una de Feijó governou entre 1835 e 1837. E a Regência Una de Araújo Lima governou entre 1838 e 1840.

Academia Nacional de Medicina

Durante a menoridade, Dom Pedro teve aulas com diversos mestres ilustres, escolhidos por seu tutor José Bonifácio. Estudou caligrafia, literatura, francês, inglês, alemão, geografia, ciências naturais, pintura, música, dança, esgrima e equitação.

Os liberais moderados governavam o País com dificuldades, enfrentando os que preferiam a República. Outro grupo queria a volta de Dom Pedro-I. As crises se acumulavam. Em 1840 os conservadores mantinham a maioria parlamentar e fizeram aprovar a Lei de Interpretação do Ato Adicional que reduzia as conquistas feitas pelos liberais. Esses, inconformados, começaram a luta pela maioridade do imperador, então com 14 anos. No dia 23 de julho de 1840, Dom Pedro-II é coroado Imperador. O ato ficou conhecido como o Golpe da Maioridade.

Os primeiros anos de reinado de Dom Pedro-II foram de aprendizado político. Aplicava-se inteiramente aos negócios de Estado, exercia à risca a Constituição. Aos poucos o país se pacificava. No dia 3 de setembro de 1843, Dom Pedro-II esperava no porto sua futura esposa Teresa Cristina de Bourbon. O casamento era um arranjo político com Francisco-I, rei das Duas Sicílias. Tiveram quatro filhos, mas só sobreviveram Isabel e Leopoldina. A vida na corte era calma. As portas do Palácio Isabel, hoje Palácio Guanabara, eram abertas quatro vezes por ano, ao corpo diplomático e à nobreza.

No início de seu governo Dom Pedro-II fez viagens diplomáticas às províncias onde estavam ocorrendo conflitos. Em 1850, Dom Pedro-II ainda não completara 25 anos, mas seu império já estava consolidado. A constituição de 1824, com as modificações introduzidas pelo Ato Adicional, dava ao Imperador um Governo quase autocrático. Mas Pedro-II optou sempre pela moderação. Os partidos políticos do Império representavam a aristocracia rural, e a técnica

política do Imperador era revezar os partidos no poder. Essa política sobreviveu por quase vinte anos.

Dom Pedro-II era acusado de dedicar mais tempo aos livros do que às questões políticas. O império que gozava de certa prosperidade econômica começou a perder o equilíbrio com as guerras na região do Rio da Prata. As forças imperiais lutaram em 1850 contra Rosas e Oribe, e em 1864 contra Aguirre. Em 1865 teve início a Guerra do Paraguai, que durou cinco anos e finalmente o Paraguai foi vencido. Ao terminar a guerra, o movimento abolicionista tomava impulso e no Rio de Janeiro fundava-se em 1870 o Partido Republicano.

Na década de 1870, Dom Pedro-II viajou duas vezes à Europa, deixando sua filha a Princesa Isabel como Regente. Em ambos os momentos a princesa resolveu causas difíceis. Em 1871, assinou a lei do Ventre Livre e em 1875 foi resolvida a Questão Religiosa (entre maçons e a igreja). Em 1886, Dom Pedro-II adoece e parte novamente para a Europa.

No dia 13 de maio de 1888, com a Regência da Princesa Isabel, é assinado o decreto que acaba com a escravidão no Brasil.

O ideal republicano que surgiu no Brasil em vários movimentos, como na Guerra dos Farrapos e na Revolução Praieira, só ressurgiu e se fortaleceu após a Guerra do Paraguai. No dia 15 de novembro de 1889, pela conjugação de interesses políticos, o governo imperial foi derrubado. Estava proclamada a República no Brasil. No dia seguinte organizou-se um Governo Provisório, que deu 24 horas para Dom Pedro-II deixar o país.

Dom Pedro de Alcântara embarca com a família para Portugal. Era 17 de novembro de 1889, dois dias após a proclamação da República. Chegando em

Academia Nacional de Medicina

Lisboa no dia 7 de dezembro seguiu para o Porto, onde a imperatriz morreu no dia 28 do mesmo mês. Pedro-II, com 66 anos, segue sozinho para Paris, onde fica hospedado no Hotel Bedford, onde passava o dia lendo e estudando. As visitas à Biblioteca Nacional eram seu refúgio.

Certo dia realizou um longo passeio pelo rio Sena em carruagem aberta, apesar da temperatura extremamente baixa. Ao retornar para o hotel Bedford à noite, sentiu-se resfriado. A doença evoluiu nos dias seguintes até tornar-se uma pneumonia. O estado de saúde de Pedro-II rapidamente piorou até a sua morte às 00:35 da manhã do dia 5 de dezembro de 1891. Suas últimas palavras foram: “Deus que me conceda esses últimos desejos - paz e prosperidade para o Brasil.” Enquanto preparavam seu corpo, um pacote lacrado foi encontrado no quarto com uma mensagem escrita pelo próprio imperador: “É terra de meu país; desejo que seja posta no meu caixão, se eu morrer fora de minha pátria”. O pacote que continha terra de todas as províncias brasileiras foi colocado dentro do caixão.

Seus restos mortais são transladados para Lisboa, e depositados no convento de São Vicente de Fora, juntos aos da esposa. Quando revogada a lei do banimento em 1920, os despojos dos imperadores foram trazidos para o Brasil e depositados na Catedral do Rio de Janeiro, em 1921. Em 1925, foram transferidos para a Catedral de Petrópolis (Catedral de São Pedro de Alcântara, dedicada a São Pedro de Alcântara, padroeiro da cidade e da Monarquia Brasileira).

Relação com a Academia Nacional de Medicina (ANM):

Com a Declaração de Maioridade do Imperador D. Pedro-II, este se tornou o maior patrono da Academia Imperial de Medicina. Durante 50 anos o Imperador D. Pedro-II frequentou as suas sessões e presidiu as solenidades da Academia Imperial de Medicina.

Os Óculos

e seus Personagens

A cadeira na qual se sentava existe até hoje perfeitamente preservada na atual Academia Nacional de Medicina. No acervo da ANM estão ainda o Atestado de Óbito original de D. Pedro-II e seus óculos “pinciné”.

Referências:

<http://educacao.uol.com.br/biografias/d-pedro-2.jhtm>

<http://www.sohistoria.com.br/biografias/pedroII/>

http://www.miniweb.com.br/cidadania/personalidades/pedro_II.html

Sampaio FJ: Os Quadros da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, RJ: Academia Nacional de Medicina, 2016.



Academia Nacional de Medicina

Presidente da República — 1906

Affonso Augusto Moreira Penna



Oc-021. Pertenceu ao Presidente Affonso Augusto Moreira Penna.

Material: Ouro e vidro

Procedência: Doação do Comte. Moreira Pena.

Descrição: Armação em ouro. Lentes brancas, ovaladas.

Os Óculos

e seus Personagens

Affonso Augusto Moreira Penna



Academia Nacional de Medicina

Presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1906 e 14 de junho de 1909, data de seu falecimento.

Nasceu no dia 30 de novembro de 1847 em Santa Bárbara (MG), filho do imigrante português Domingos José Teixeira Pena que foi procurar ouro em Minas Gerais, no início do século 19 e da brasileira Ana Moreira dos Santos.

Iniciou seus estudos no Colégio Caraça, dos padres lazaristas, em Minas Gerais. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870, onde foi colega de Rodrigues Alves, Rui Barbosa e Castro Alves, tornando-se doutor no ano seguinte. Inicialmente dedicado à magistratura, voltou-se para a carreira política em 1874, como deputado provincial. Foi eleito em seguida deputado por quatro legislaturas sucessivas, de 1878 a 1889.

Além de legislador também atuou no Executivo, durante o Império, como Chefe dos Ministérios da Guerra (1882), da Agricultura (1883) e da Justiça (1885). Em 1888, integrou a comissão de organização do Código Civil brasileiro.

Senador à Constituinte Mineira de 1891, no mesmo ano, se tornou Senador Estadual, mas renunciou ao mandato em protesto contra a dissolução do Congresso Nacional pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Apoiou Floriano Peixoto contra o então Presidente, defendendo firmemente a realização de eleições normais, o que contribuiu decisivamente para que a República retornasse à normalidade constitucional.

Foi fundador e o primeiro diretor da Faculdade de Direito de Minas Gerais (1892). Com o afastamento de Cesário Alvim da presidência de Minas Gerais, governou o estado de Minas Gerais (1892-1894) e presidiu o Banco da República do Brasil (1895-1898), atual Banco do Brasil. Mais uma vez Senador Estadual

em Minas Gerais (1899-1900), foi ainda presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (1900-1902), cargo hoje equivalente ao de prefeito.

Tornou-se Vice-presidente da República do governo Rodrigues Alves em substituição a Francisco Silviano de Almeida Brandão, que morreu antes de ser empossado.

Foi eleito Presidente da República, em 1906, apoiado pela aliança política do café-com-leite, formada por paulistas e mineiros.

O governo Affonso Penna opôs resistência à continuidade da política de valorização do café estabelecida no Convênio de Taubaté. Diante dessa resistência do governo federal e dos demais estados à concretização dos itens desse acordo, o governo do estado de São Paulo, apostando na estratégia de valorização do café, obteve empréstimos em bancos e casas exportadoras estrangeiras, além de conseguir que a União fosse fiadora de um novo empréstimo, viabilizando o financiamento da compra de cerca de oito milhões de sacas de café, quase a metade do total da safra brasileira. Em face do descontentamento dos demais produtores brasileiros, como os de Minas Gerais e da Bahia, Affonso Penna determinou que o Banco do Brasil adquirisse as safras dos cafeicultores, sendo esta a primeira intervenção estatal para a defesa de um produto. A implementação da política de valorização do preço do café ajudou a saldar os compromissos externos e a se obter um imenso lucro, revelando o sucesso da primeira iniciativa governamental no comércio.

Affonso Penna deu continuidade ao programa iniciado por seu antecessor, Rodrigues Alves, de reaparelhamento das ferrovias e dos portos, e implementou a reorganização do Exército, sob a supervisão do ministro da Guerra, general Hermes da Fonseca. Durante seu governo, também disponibilizou os recursos

Academia Nacional de Medicina

necessários, em 1907, para que Cândido Rondon realizasse a ligação do Rio de Janeiro à Amazônia pelo fio telegráfico. Criou também o Serviço Geológico e Mineralógico, para pesquisa e aproveitamento das riquezas minerais do país.

O exército também foi favorecido no governo de Affonso Penna, passando por uma modernização e estabelecendo a obrigatoriedade do serviço militar a partir de 1908. No mesmo ano, perdeu parte do apoio político por ter delegado sua assessoria política a jovens lideranças.

Affonso Penna ficou com sua imagem política abalada e, no mesmo período, perdeu o segundo de seus nove filhos com Maria Guilhermina de Oliveira Penna. Sua maneira de tratar a política em segundo plano provocou uma grave crise sucessória, gerando a famosa campanha civilista.

Em plena crise, após rápida enfermidade, morreu aos 61 anos no palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1909, sem que tivesse terminado o mandato.

Referências:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/affonso-penna/biografia>

<http://educacao.uol.com.br/biografias/affonso-augusto-moreira-penna.jhtm>

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PBAAMP.html>

<http://www.historiabrasileira.com/biografias/afonso-pena/>

<http://www.pitoresco.com/historia/republ06.htm>

http://www.historiadobrasil.net/brasil_republicano/afonso_pena.htm

Presidente da República _ 1909

Nilo Procópio Peçanha



Oc-048. Pertenceu ao Presidente Nilo Procópio Peçanha.

Material: Tartaruga e vidro

Procedência: Doação da Sra. Anita Peçanha, através do Dr. Amélio Tavares.

Descrição: Armação em tartaruga. Lentes brancas, redondas.

Academia Nacional de Medicina

Nilo Procópio Peçanha



Nascido na cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1867, Nilo Peçanha é tido como o primeiro e único afrodescendente a ter assumido a presidência do Brasil. Iniciou seus estudos de formação superior na Faculdade de Direito de São Paulo, mas terminou seus estudos e formou-se na Faculdade de Direito de Recife, em 1887. Vindo de origem humilde, lutou muito para realizar seus estudos na própria cidade natal. No ano de 1887, já advogado, retornou à cidade de Campos onde montou um escritório de advocacia. Idealista e vivamente interessado pela política e pelos problemas sociais do país, participou da campanha abolicionista e, depois, lutou pela Proclamação da República. Foi um dos fundadores do Clube Republicano, o que o impulsionou para a carreira política.

No dia 6 de dezembro de 1895, no Rio de Janeiro, casou-se com Anna de Castro Belisário Soares de Sousa (Anita), de uma família aristocrata brasileira, de Campos dos Goytacazes. O casamento foi um escândalo social, pois ela deixou a casa paterna para viver com uma tia e, assim, poder se casar com Nilo Peçanha, um sujeito pobre e mulato, embora político promissor. Anita e Nilo Peçanha tiveram quatro filhos: Íris, Nilo, Zulma e Mário Nilo, mas todos faleceram após o nascimento.

Foi Deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891), Deputado Federal pelo Partido Republicano Fluminense (1891-1903) e Senador (1903). Renunciou ao mandato de Senador quando elegeu-se Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1903-1906). Foi eleito Vice-Presidente da República em 1906 e, com o falecimento de Affonso Penna, assumiu a presidência em 14 de junho de 1909. Reorganizou o gabinete, criando um novo ministério para cuidar de assuntos da agricultura, indústria e comércio. Uma das intervenções ocorreu no estado do Amazonas no intuito de apoiar o presidente Antônio Bittencourt, de tendências civilistas, que havia sido destituído pelo seu vice Sá Peixoto, com

Academia Nacional de Medicina

o apoio de Pinheiro Machado. Esse episódio levou ao rompimento definitivo de Nilo Peçanha com o influente líder do Partido Republicano Conservador, o gaúcho Pinheiro Machado.

Dentre suas realizações, destacaram-se o impulso ao ensino técnico-profissional e a criação do Serviço de Proteção ao Índio, sob a direção do tenente-coronel Cândido Rondon. Em 1910, a população do Brasil era de 23.151.669 habitantes, dos quais cerca de 67% viviam no campo.

Embora sendo um político habilidoso, não teve como registrar sua passagem pelo governo, tanto mais que assumiu para si a responsabilidade de prosseguir o plano traçado por seu antecessor. Ademais, além do curto tempo que lhe restava, pouco mais de um ano, recebeu o governo embaralhado com a disputa presidencial, que se desenvolvia com dinâmica própria, afetando a presidência da República, sem que o Presidente pudesse fazer alguma coisa para mudar o rumo dos acontecimentos. Como se não bastasse, havia desentendimentos entre ruralistas mineiros e paulistas sobre a execução do Convênio de Taubaté, ocasionando disputas que se prolongaram até o fim do mandato.

Coube a Nilo Peçanha se empenhar na indicação do sucessor ao posto de Presidente da República. O indicado por Nilo Peçanha foi o militar gaúcho Marechal Hermes da Fonseca; a campanha foi vitoriosa e apoiada também pelas forças conservadoras das antigas oligarquias, vencendo Ruy Barbosa, que era o candidato de São Paulo e Bahia.

Entregue a faixa ao sucessor, permaneceu na vida política. Em 1912, foi eleito Senador pelo Rio de Janeiro, estado do qual tornou-se, mais uma vez, presidente entre 1914 e 1917. Foi ministro da Relações Exteriores (1917) no governo de Delfim Moreira e, em 1921, concorreu à presidência da República na legen-

da da Reação Republicana, sendo vencido nas urnas por Artur Bernardes. As dificuldades e preconceitos impostos pela sociedade racista, aos negros e mestiços, fez com que o político negasse constantemente suas origens africanas através de discursos e maquiagens que escondiam sua pele escura nas fotografias. Anita, a esposa de Peçanha, por exemplo, teve de contrariar a mãe para conseguir se casar, já que esta se recusava a aceitar o casamento da filha, originária de uma família da aristocracia, com alguém “mulato” e pobre. Nos contextos das disputas políticas, o advogado era constantemente descrito como “mulato”, motivo pelo qual foi ridicularizado e atacado em charges. Há quem afirme que a elite da sua cidade natal o chamava de “o mestiço do morro do coco”.

Foi homenageado batizando a cidade de Nilo Peçanha, na Bahia.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1924.

Referências:

<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/presidentes%205%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>
<http://www.pitoresco.com/historia/republ06.htm>
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/nilo_pecanha
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/nilo-pecanha/biografia>
<http://www.historiabrasileira.com/biografias/nilo-pecanha/>
<https://www.geledes.org.br/o-presidente-negro-nilo-pecanha/>

Academia Nacional de Medicina

Presidente da República — 1914

Wenceslau Braz Pereira Gomes



Oc-013. Pertenceu ao Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Material: Tartaruga e vidro

Procedência: Doação da Sra. Sylvia Brás.

Descrição: Armação em tartaruga, hastes retas. Lentes brancas, redondas.

Os Óculos

e seus Personagens

Wenceslau Braz Pereira Gomes



Academia Nacional de Medicina

Wenceslau Braz Pereira Gomes nasceu em São Caetano da Vargem Grande (atual Brazópolis, MG) em 26 de fevereiro de 1868 e faleceu em Itajubá, MG, em 15 de maio de 1966, aos 98 anos. Foi um advogado e político brasileiro; Presidente do Brasil entre 1914 e 1918, em um período que ficou conhecido como República Velha.

Filho de Francisco Braz Pereira Gomes, que era chefe político da cidade de São Caetano da Vargem Grande, e que recebeu o nome de Brazópolis em sua homenagem.

Completoou os estudos secundários no Colégio Diocesano de São Paulo entre 1881 e 1884, e posteriormente se formou pela Faculdade de Direito de São Paulo (Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – SanFran), em 1890, na mesma turma que seu primo e futuro correligionário político, Delfim Moreira da Costa Ribeiro.

Depois de formado, Wenceslau foi promotor público em Jacuí e Monte Santo, em Minas Gerais. Iniciou sua carreira política como prefeito de Monte Santo (MG), e de 1892 a 1898, foi Deputado Estadual em Minas Gerais. Em seguida, foi nomeado para a Secretaria do Interior, cargo que ocupou até 1902. Nesse ano, elegeu-se Deputado Federal, assumindo seu mandato no ano seguinte. Foi então líder da bancada mineira na Câmara e, em seguida, líder da maioria naquela Casa. Permaneceu no Congresso até 1908.

Em 1909, renunciou ao mandato para assumir o governo de Minas Gerais, em substituição a João Pinheiro da Silva, recém-falecido, onde permaneceu até 1910, quando foi indicado e eleito como vice-presidente da república, na chapa presidencial de Hermes da Fonseca, para o período de 1910-1914.

No pleito seguinte, em março de 1914, Wenceslau Braz foi eleito presidente, tendo sido candidato único – Rui Barbosa, seu oponente, retirou a candidatura antes das eleições. Sua indicação para presidente fez parte de um pacto entre as oligarquias da República Velha pelo retorno da política do “café com leite”, segundo a qual paulistas e mineiros se revezavam no poder da União.

Internamente, na gestão de Wenceslau Braz, chegou ao fim a Guerra Santa do Contestado (1912-1916), revolta de caráter popular e religiosa que tinha se iniciado no governo de Hermes da Fonseca. Muito parecido com o conflito ocorrido em Canudos, a Guerra Santa do Contestado ocorreu nas terras em disputa entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, e envolveu beatos e sertanejos que estavam sendo expulsos de suas posses pelos grandes fazendeiros locais. Os sertanejos eram em sua maioria miseráveis e esfomeados, e foram organizados por um líder religioso bastante carismático naquela região, o beato José Maria. Sob sua liderança, os revoltosos tinham a ambição de implantar uma “monarquia celestial”, onde não haveria propriedade privada ou qualquer tipo de imposto. Os soldados e policiais começaram a perseguir o beato e seus seguidores. Armados de espingardas de caça, facões e enxadas, os camponeses resistiram e enfrentaram as forças oficiais que estavam bem armadas. Nestes conflitos armados, entre 5 mil e 8 mil rebeldes, na maioria camponeses, morreram. As baixas do lado das tropas oficiais foram bem menores. Wenceslau Braz assinou, então, a lei que definiu os limites entre o Paraná e Santa Catarina em 1916. Nesta ocasião, o Paraná perdeu 28.000 km² para Santa Catarina, de uma área habitada quase que exclusivamente por paranaenses.

Externamente, o período de seu governo coincidiu com a Primeira Guerra Mundial e sua posição inicial diante do conflito foi de neutralidade. Somente em outubro de 1917 é que o governo brasileiro declarou guerra aos alemães. Sua política econômica foi bastante austera, e o Presidente quis dar o exemplo,

Academia Nacional de Medicina

pedindo ao Congresso que seu salário fosse reduzido em 50%. Mandou queimar três milhões de sacas de café que não conseguiram ser exportadas devido à queda dos preços após a eclosão da guerra. Suprimiu a guarda civil e promulgou o 1º Código Civil Brasileiro, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 1917. Foi neste Código Civil que o nome do país foi grafado pela primeira vez com a letra “S” (antes o nome era Brazil).

Envolveu-se em uma série de conflitos com operários e agitações regionais. Em 1915, ordenou a repressão do movimento do Contestado. Em 1917, quando greves gerais ocorreram nas principais cidades do país, mandou dois navios de guerra do governo aportarem em Santos, tendo por fito intimidar os operários mobilizados. Entretanto, as sucessivas greves ocorridas entre os anos de 1917 e 1920 não trouxeram ganhos significativos para a totalidade da classe trabalhadora.

Após cerca de 3 anos de neutralidade, após torpedeamento de navios mercantes brasileiros em águas francesas, o Brasil declarou guerra aos países da Tríplice Aliança (Alemanha e Império Austro-Húngaro) em 1 de junho de 1917. Porém, o Brasil não enviou soldados para os campos de batalha na Europa. Desta forma, nenhum militar brasileiro foi morto durante o conflito armado mundial. O Brasil participou enviando medicamentos e equipes de assistência médica para ajudar os feridos da Tríplice Entente (Reino Unido, França, Rússia e Estados Unidos). Também participou realizando missões de patrulhamento no Oceano Atlântico, utilizando embarcações militares. Cerca de 150 soldados enviados à guerra morreram com a epidemia de gripe espanhola. A epidemia de gripe espanhola também afetou regiões urbanas do Brasil, como o Rio de Janeiro, onde cerca de 17 mil pessoas morreram em apenas alguns meses.

Wenceslau Braz entregou a presidência a Rodrigues Alves em 1918, mas este morreu, vítima da gripe espanhola, sem tomar posse, tendo assumido Delfim

Moreira, vice-presidente. Delfim Moreira foi presidente interino até que fossem convocadas novas eleições (à época a Constituição previa que o vice-presidente só assumiria definitivamente, caso o presidente morresse depois de decorridos dois anos de sua posse, ou seja, a metade do mandato). Em 13 de abril de 1919, Epitácio Pessoa foi eleito para o cargo de presidente da República que assumiu em 28 de julho do mesmo ano.

Após terminar seu mandato, Wenceslau Braz retirou-se para Itajubá, Minas Gerais, para se dedicar à Companhia Industrial Sul-Mineira, que fundara em 1912, como presidente vitalício de um grupo de empresas de âmbito regional, compreendendo o Banco Itajubá, a Fábrica de Tecidos Codorna e uma companhia de eletricidade.

Em 1930, voltou à política e deu apoio à candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência da República, bem como às conspirações que resultaram no afastamento do Presidente Washington Luís em outubro daquele ano, antes da transferência do governo a Júlio Prestes, o candidato oficialmente eleito no pleito de março.

Integrou a seguir o conselho supremo da Legião Mineira, agremiação que visava congregar os elementos que apoiavam o regime surgido da Revolução de 1930. A Legião, contudo, teve vida curta, assim como o Partido Social Nacionalista, igualmente criado em Minas pelos defensores do novo regime e do qual Wenceslau Braz também fez parte. Em 1934, seu nome chegou a ser cogitado como candidato à presidência da República nas eleições realizadas pelos membros da Assembleia Nacional Constituinte. Anos mais tarde, após o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, foi novamente lembrado para concorrer ao governo de Minas Gerais, sem que mais uma vez sua candidatura se concretizasse.

Academia Nacional de Medicina

Wenceslau é lembrado como apenas mais um dos presidentes da fase da República Velha, chamada de política do café com leite, quando São Paulo e Minas Gerais eram os estados mais significativos do país e o café era o principal produto de exportação nacional. Seus feitos são lembrados, mas não muito exaltados. Wenceslau é homenageado por três cidades brasileiras: Wenceslau Braz no Paraná e em Minas Gerais e Presidente Wenceslau em São Paulo.

Morreu em Itajubá (MG), em 1966, aos 98 anos.

Referências:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/venceslau_bras
<http://educacao.uol.com.br/biografias/wenceslau-braz-pereira-gomes.jhtm>
<http://www.historiabrasileira.com/biografias/venceslau-bras/>
<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,venceslau-bras,568,0.htm>
<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,venceslau-bras,568,0.htm>
<https://www.resumoescolar.com.br/historia-do-brasil/governo-de-venceslau-bras/>
https://www.ebiografia.com/venceslau_bras/
<https://gloriampm.blogspot.com/2013/06/wenceslau-braz-pereira-gomes-presidente.html>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Venceslau_Br%C3%A1s
<https://www.grupoescolar.com/pesquisa/venceslau-bras.html>
<https://www.infoescola.com/historia/governo-de-delfim-moreira/>

Presidente da República _ 1922

Arthur da Silva Bernardes



Oc-020. Pertenceu ao Presidente Arthur da Silva Bernardes.

Material: Metal e vidro

Procedência: Doação do Sr. Arthur Bernardes Filho.

Descrição: Armação em metal. Lentes brancas, bifocais, sextavadas, presas pela armação apenas na parte superior.

Academia Nacional de Medicina

Arthur da Silva Bernardes



Foi presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926.

Nasceu na cidade de Viçosa, estado de Minas Gerais, em 8 de agosto de 1875. Filho de um funcionário público português, estudou no colégio do Caraça e foi para Ouro Preto, onde trabalhou no comércio para custear os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou em 1900.

De volta à Viçosa, casou-se em 1903 com Célia, filha de Carlos Vaz de Melo, figura de grande influência política na região, e tornou-se herdeiro político do sogro. Foi colaborador e diretor do jornal A Cidade de Viçosa (1903-1905). Vereador em Viçosa (MG) pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) de 1905 a 1906, neste último ano chegou à presidência da Câmara Municipal, acumulando o cargo de prefeito da cidade. Pelo mesmo partido, foi Deputado Estadual (1907-1909), e cumpriu dois mandatos como Deputado Federal (1909-1910 e 1915-1917). Nomeado secretário das finanças do estado de Minas Gerais (1910-1914), criou a Caixa Beneficente dos Funcionários do Estado em 1912, que dez anos depois se transformou em Providência dos Funcionários do Estado, além de contribuir para a instalação do Banco Hipotecário Agrícola, hoje Banco do Estado de Minas Gerais.

O nome de Artur Bernardes tornou-se importante e respeitado na política mineira, o que mais tarde estendeu-se para a política nacional. Dentro do Partido Republicano Mineiro tornou-se o principal nome e retirou o comando do partido de um longo legado de políticos da região sul de Minas Gerais, transferindo então o centro de decisões da política do estado para a região da Zona da Mata. Com uma ascensão tão poderosa, não era de se estranhar que fosse eleito para Presidente do Estado de Minas Gerais no mandato que se seguiria entre 1918 e 1922. Por meio de eleição direta, assumiu a Presidência da

Academia Nacional de Medicina

República em 15 de novembro de 1922. Durante a sua campanha à presidência destaca-se o episódio das “cartas falsas” atribuídas a ele e que denegriam o ex-presidente Hermes da Fonseca. Seu mandato presidencial foi cumprido em ambiente político tenso, governando praticamente sob estado de sítio e sob a ameaça revolucionária do movimento tenentista. Enfrentou grave crise econômico-financeira, mas reorganizou o crédito bancário, realizou a reforma do ensino, criou o conselho nacional do trabalho, instituiu lei de imprensa e propôs uma divisão nos códigos penal e comercial. Apesar da oposição da sociedade, terminou o seu mandato fiel a seu objetivo de assegurar a qualquer preço a ordem. Ao deixar a presidência, foi eleito Senador em 1927, viajando para a Europa no dia seguinte à posse devido à pressão popular relativa a acusações de fraude – que fez com que participasse dos trabalhos apenas a partir de maio de 1929.

Foi um dos articuladores da Revolução de 1930 em Minas Gerais e um dos líderes da Revolução Constitucionalista de 1932 naquele estado, sendo preso e exilando-se em Lisboa. Anistiado em 1934, elege-se Deputado Estadual. Torna-se então Deputado Constituinte e depois Federal (1935-1937). Com o advento do Estado Novo (1937), teve sua liberdade de locomoção restrita, até ser confinado em sua fazenda em Viçosa (1939). Tornou-se líder do PRM (1918-1932), e, apesar de chegar a ser membro da comissão diretora do Partido Social Nacionalista (PSN) em 1932, retornou ao seu antigo partido, onde foi eleito presidente de honra (1933-1936). Um dos signatários do Manifesto dos Mineiros (1943) - manifestação contrária à ditadura de Getúlio Vargas, foi um dos articuladores da candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República (1944-1945).

Apesar de ter se tornado membro da comissão diretora provisória da União Democrática Nacional (UDN) em 1945, foi um dos fundadores do Partido

Republicano (PR), do qual foi inclusive seu primeiro presidente. Foi um dos presidentes de honra do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional (1948).

Em 1948, como presidente da comissão de segurança nacional, foi encarregado de examinar o tratado, firmado no Peru, referente à criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica. Bernardes, no seu parecer, denunciou o que considerava serem as intenções secretas do tratado. Nacionalista, em seus discursos, alertava a nação contra o perigo do desmembramento da Amazônia e da perda da soberania nacional.

Eleito Deputado Constituinte pelo PR mineiro em 1946, tornou-se depois Deputado Federal de 1946 a 1955, quando foi reeleito, mas não chegou a participar dos trabalhos, devido ao seu falecimento, no Rio de Janeiro, em 23 de março de 1955.

Referências:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/arthur-bernardes/biografia>
<http://educacao.uol.com.br/biografias/artur-da-silva-bernardes.jhtm>
<http://www.historiabrasileira.com/biografias/artur-bernardes/>
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=39

Academia Nacional de Medicina

Presidente da República _ 1926

Washington Luís Pereira de Souza



Oc-018. Pertenceu a Washington Luís Pereira de Souza.

Material: Tartaruga e Vidro

Procedência: Doação do Dr. Victor Luís Pereira de Souza.

Descrição: Armação em tartaruga e ouro. Lentes brancas, bifocais.

Os Óculos
e seus Personagens

Washington Luís Pereira de Souza



Academia Nacional de Medicina

Nasceu em 26 de outubro de 1869, em Macaé (RJ) e faleceu em São Paulo a 4 de agosto de 1957.

Foi o décimo terceiro presidente do Brasil, de 15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930, e último presidente efetivo da República Velha.

Filho de família prestigiada no Império, foi aluno interno do Colégio Pedro II. Advogado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo (Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – SanFran), em 1891, um ano após Wenceslau Braz e Delfim Moreira, também presidentes do Brasil, formarem-se na mesma faculdade.

Após a formatura, foi nomeado promotor público em Barra Mansa, no Rio de Janeiro, mas preferiu dedicar-se à advocacia em Batatais. Iniciou sua carreira política em 1897 como Vereador e, posteriormente, Prefeito de Batatais (SP). Em 1900 disputou uma cadeira na Câmara Federal por São Paulo, apresentando-se com um perfil oposicionista em relação aos governos federal e estadual. Apesar de vitorioso, não pôde assumir seu mandato por ter tido sua eleição rejeitada pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados.

Ainda em 1900, casou-se com Sofia de Oliveira Barros, filha de Rafael Pais de Barros, cafeicultor e segundo Barão de Piracicaba, união que reforçou sua ligação com a oligarquia paulista e lhe daria grande impulso na carreira política.

Em 1904 é eleito Deputado Estadual pelo Partido Republicano Paulista, permanecendo no cargo até o dia 13 de março de 1906, quando assume o cargo de Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública, onde permaneceu até 1 de maio de 1912. À frente da Secretaria Estadual, entre outras ações, modernizou

a Força Pública, atual Polícia Militar do Estado de São Paulo. Instalou a Polícia Civil e nomeou apenas funcionários públicos de carreira, formados em direito, para a função de delegado de polícia.

Ao transferir-se para a capital paulista, iniciou uma bem-sucedida carreira política no Partido Republicano Paulista (PRP). Foi eleito Deputado Estadual para o mandato de 1912 a 1913. Entre 15 de janeiro de 1914 e 15 de agosto de 1919, foi Prefeito de São Paulo. No dia 1 de maio de 1920 foi nomeado Presidente do Estado de São Paulo (atualmente Governador), permanecendo no cargo até 1 de maio de 1924. Em 1925 é eleito para o Senado Federal, assumindo a vaga do Senador Alfredo Ellis, falecido.

À frente do governo estadual, ampliou os efetivos militares paulistas com o objetivo de aumentar o poder de pressão do estado na federação. Construiu mais de 1.300 quilômetros de estradas de rodagem no Estado de São Paulo, e dedicou um tratamento duro ao movimento operário, cujos problemas dizia “interessar mais à ordem pública do que à ordem social”.

Em 1926, Washington Luís é escolhido para disputar a Presidência da República e Fernando de Melo Viana é escolhido como vice-Presidente. O candidato da oposição, o gaúcho Assis Brasil, foi derrotado, e no dia 15 de novembro de 1926, teve início o período governamental que encerraria a “República Velha”. Sua gestão à frente do Governo Federal foi marcada por uma política de câmbio elevado, que visava favorecer as exportações, resultando também na proteção da indústria nacional, ao mesmo tempo que afetava negativamente o comércio de importação pela alta nos preços dos artigos estrangeiros. Duas grandes medidas que se destacaram no seu governo foram a construção de estradas e a reforma financeira. Logo são iniciadas as grandes rodovias, a Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis.

Academia Nacional de Medicina

Criou o Conselho de Defesa Nacional, em 1927, constituído pelo presidente da República e pelos ministros de estado, com a tarefa de “coordenar a produção de conhecimentos sobre questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, referentes à defesa da Pátria”. Este conselho foi o embrião dos órgãos de inteligência e de segurança nacional do Brasil.

Pelo decreto nº 5.141, de 5 de janeiro de 1927 é criado o Fundo Especial para Construção e Conservação de Estradas de Rodagens Federais, para financiar o desenvolvimento rodoviário do Brasil.

Uma de suas grandes realizações foi a rodovia Rio-Petrópolis, inaugurada em 1928, e que mais tarde receberia seu nome, hoje pertencente à BR-040, primeira rodovia asfaltada do Brasil e considerada na época um marco, uma grande obra da engenharia civil brasileira.

Terminou a Rodovia São Paulo-Rio (que ainda existe em alguns trechos chamados de SP-62, SP-64, SP-66 e SP-68, no estado de São Paulo), iniciada no seu mandato como governador do estado de São Paulo, inaugurando-a em 5 de maio de 1928. Obra de difícil realização técnica, foi a primeira rodovia a ligar São Paulo ao Rio de Janeiro e única ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro até a inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1950.

A Polícia Rodoviária Federal foi criada no dia 24 de julho de 1928, no governo do Presidente Washington Luiz, cujo lema era “Governar é construir estradas”. A reforma financeira não chegou a se concretizar, pois a Caixa de Estabilização, criada com a finalidade de emitir papel-moeda lastrado, não suportou as pressões decorrentes da queda da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929.

Em 23 de maio de 1928, Washington Luís foi baleado no hotel Copacabana Palace por sua amante, a marquesa italiana Elvira Vishi Maurich, após um ataque de ciúmes. A marquesa tinha vinte e oito anos de idade e o presidente, cinquenta e nove. O presidente foi então internado, sendo a versão oficial de que teria tido uma crise de apendicite. Quatro dias depois a jovem marquesa foi encontrada morta, e segundo a versão da polícia, ela havia cometido suicídio.

No início de 1929, indicou para sucedê-lo o então Presidente de São Paulo, Júlio Prestes. Essa escolha desagradou os políticos de Minas Gerais, que esperavam a alternância entre paulistas e mineiros na presidência. A política governamental já havia afastado do Presidente o apoio de uma parte da oligarquia cafeeira, pois Washington Luís se negou a prestar auxílio ao setor cafeeiro, que sofria com os efeitos da crise mundial de 1929. Contrariados, os grupos dirigentes de Minas aliaram-se aos do Rio Grande do Sul e formaram a Aliança Liberal, que lançou os nomes do gaúcho Getúlio Vargas e do paraibano João Pessoa à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. A Aliança Liberal receberia ainda o apoio dos grupos de oposição dos demais estados e dos militares oriundos do movimento tenentista. A campanha eleitoral foi bastante acirrada, com a oposição realizando grandes comícios nos principais centros urbanos do país. Realizado o pleito no mês de março de 1930, porém, saiu vitoriosa a chapa situacionista.

O resultado eleitoral foi logo contestado por setores da Aliança Liberal, que alegavam a ocorrência de fraudes no pleito e começaram a articular um movimento político-militar que depusesse Washington Luís. Deflagrado no dia 3 de outubro, o movimento logo se estendeu por todo o país. No dia 24 de outubro de 1930, oficiais graduados das Forças Armadas no Distrito Federal depuseram o Presidente, que foi levado preso para o forte de Copacabana. O governo ficou a cargo, durante alguns dias, de uma junta governativa composta

Academia Nacional de Medicina

pelos generais Mena Barreto e Tasso Fragoso e pelo contra-almirante Isaías de Noronha. Em 3 de novembro, o poder foi entregue, após certa relutância por parte dos membros da junta militar, a Getúlio Vargas, comandante das forças revolucionárias.

Exilado, Washington Luís viveu por 17 anos na Europa e nos Estados Unidos. Voltou ao Brasil em 1947 e fixou-se em São Paulo, sem retomar, contudo, à atividade política.

Faleceu em São Paulo, no dia 4 de agosto de 1957.

Referências:

<http://educacao.uol.com.br/biografias/washington-luis-pereira-de-souza.jhtm>

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PBWLPS.html>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Washington_Lu%C3%ADs

<https://www.guiaestudo.com.br/washington-luis>



Presidência da República — 1930 — 1950

Getúlio Dornelles Vargas



Oc-009. Pertenceu ao Presidente Getúlio Dornelles Vargas.

Material: Ouro e vidro

Procedência: Doação da Sra. Darcy Vargas.

Descrição: Armação em ouro. Hastes com ponta em material nacarado. Modelo Ray-Ban Aviator.

Academia Nacional de Medicina

Getúlio Dornelles Vargas



Getúlio Vargas nasceu em São Borja, RS, em 19 de abril de 1883. Filho de Manoel do Nascimento Vargas e Cândida Dornelles Vargas. Sua família era politicamente importante na região, situada na fronteira com a Argentina e palco de rumorosas lutas no século XIX. Seu avô paterno, Evaristo José Vargas, lutou como soldado voluntário da República de Piratini durante a Guerra dos Farapos (1835-1845). Seu avô materno, Serafim Dornelles, foi major de milícias, próspero comerciante, e um dos mais ricos estancieiros de São Borja. Seu pai combateu na Guerra do Paraguai, começando como simples Cabo para terminar como Tenente-Coronel; fazendeiro em São Borja, no final do Império tornou-se o chefe local do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em 1893, já na República, combateu os federalistas que se insurgiram contra o presidente estadual Júlio de Castilhos, na chamada Revolução Federalista. Com a vitória dos republicanos em 1895, o PRR tornou-se o partido dominante no estado, sob a direção de Júlio de Castilhos e de seu sucessor Antônio Augusto Borges de Medeiros. Promovido a Coronel e logo a General de Brigada, Manuel Vargas foi também intendente (cargo correspondente ao atual prefeito) de São Borja, em 1907.

Getúlio Vargas alterou o ano de seu nascimento para 1883 por razões desconhecidas. O fato foi descoberto somente no ano do centenário de seu nascimento, quando a igreja onde havia sido registrado divulgou sua certidão verdadeira. A primeira vocação foi com a carreira militar, tendo se alistado aos 16 anos. Ingressou no 6º Batalhão de Infantaria de São Borja, sendo logo promovido a Sargento. Entrou para a Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo e, em seguida, ingressou no 25º Batalhão de Infantaria de Porto Alegre. Desligado da vida militar, ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, primeiro como ouvinte (1903), e em seguida como aluno regular, no segundo ano (1904). Já em 1906 começou a trilhar o caminho da política ao ser escolhido orador na homenagem prestada pelos estudantes ao presidente eleito Affonso Penna

Academia Nacional de Medicina

quando de sua visita a Porto Alegre. No ano seguinte, ingressou efetivamente na política partidária republicana – junto com toda uma geração de estudantes gaúchos que se notabilizaria na política nacional e que seria chamada de “geração de 1907” –, através do Bloco Acadêmico Castilhistas, que apoiou a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves ao governo do estado.

Em dezembro de 1907 formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo sido nomeado promotor político na cidade de Porto Alegre em 1908. Pouco depois, teve seu nome incluído na lista de candidatos do PRR à Assembleia dos Representantes, como era oficialmente designada a Assembleia gaúcha. Foi eleito deputado estadual, mas, como a Assembleia se reunia apenas três meses por ano, aproveitava os longos períodos de recesso parlamentar para dedicar-se ao escritório de advocacia em São Borja.

Casou-se aos 29 anos com Darcy de Lima Sarmanho, filha de um estancieiro e diretor de banco em sua terra natal. Com ela teve os filhos Lutero, Alzira, Jandira Manuel Antônio e Getúlio.

Desempenhou as funções de líder do PRR, ao mesmo tempo em que participou de empreitadas visando congregar as forças políticas gaúchas. Em 1921, com a política nacional tumultuada pela sucessão do presidente da República Epitácio Pessoa, acompanhou a posição do PRR, opondo-se à candidatura oficial de Artur Bernardes e participando da campanha da Reação Republicana, em favor da candidatura de Nilo Peçanha, afinal derrotada. Na Câmara, trabalhou para evitar a intervenção federal no Rio Grande do Sul e desenvolveu um esforço de aproximação com os representantes da oposição gaúcha. Ampliou também as relações com parlamentares de outros estados, sobretudo de São Paulo, e estabeleceu vínculos com o poder central que acabariam por beneficiar a imagem de seu estado junto aos centros decisórios da política nacional.

Em novembro de 1926, com a posse de Washington Luís na presidência da República, foi nomeado Ministro da Fazenda. Sua passagem pelo Ministério da Fazenda durou pouco mais de um ano e correspondeu à época de êxitos da política econômico-financeira do governo Washington Luís. O feito mais importante de sua gestão foi a reforma monetária, que instituiu o retorno do padrão-ouro e criou um novo fundo de estabilização cambial.

A candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais de 1930 nasceu do acordo entre Rio Grande do Sul e Minas Gerais, e do rompimento desses dois estados com o governo federal. Acompanhada da candidatura do paraibano João Pessoa à vice-presidência, foi formalmente lançada pela Aliança Liberal, movimento que congregava a maioria dos representantes políticos do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, e que recebeu também o apoio do Partido Democrático de São Paulo e do Distrito Federal, além dos tenentes revolucionários da década de 1920. As eleições de 1º de março de 1930 foram realizadas no estilo tradicional da República Velha, e, no interior da Aliança Liberal a proposta de depor Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes por meio de um movimento armado, a cada dia ganhava mais força.

A revolução começa em Porto Alegre no dia 3 de outubro de 1930, e já em meados do mesmo mês se mostrava vitoriosa em quase todo o país, restando sob controle do governo federal apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará. O choque decisivo foi evitado pela intervenção da cúpula militar do Rio de Janeiro, que em 24 de outubro exigiu a renúncia de Washington Luís e sua substituição por uma junta governativa provisória. Em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas ascende ao poder, dando início a chamada “Era Vargas”, que compreenderia dois períodos de governo, de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954, e que se prolongaria através de um legado reivindicado por políticos através do país.

Academia Nacional de Medicina

Na Presidência, Getúlio Vargas adota uma política nacionalista, moderniza a economia e cria o Ministério do Trabalho. Em novembro de 1937, dissolve o Congresso Nacional e instaura o chamado Estado Novo, com forte repressão política. Em outubro de 1945, é deposto pelos militares e contribui então, para a formação do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em 1951 Getúlio volta à presidência da República, desta vez pelo voto popular, iniciando a “Nova Era Vargas”. Consolida-se o populismo, volta a amparar os trabalhadores assalariados e defender as riquezas nacionais. Autoriza o aumento de 100% do salário mínimo, provocando revolta entre os patrões. Critica a remessa do lucro das empresas estrangeiras para fora do país. Diante da ameaça que Getúlio representava para o capital internacional, a oposição começou a se articular. O principal partido de oposição a UND (União Democrática Nacional), liderada por Carlos Lacerda, e que havia perdido as eleições, tornou-se o principal instrumento de contestação ao Governo. No dia 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda sofreu um atentado e o resultado foi o assassinato do major Rubens Vaz. As investigações provaram que o arquiteto do plano foi Gregório Fortunato, o fiel guarda pessoal de Getúlio.

As pressões aumentam e manifestações militares exigiam a renúncia de Vargas. No dia 24 de agosto de 1954, Getúlio recebe um ultimato do ministro da guerra, exigindo seu afastamento. Isolado no Palácio do Catete, Getúlio redige seu testamento e suicida-se com um tiro no peito na madrugada de 24 de agosto de 1954, dentro do Palácio do Catete.

Os Óculos

e seus Personagens

Referências:

<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Arquivo%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20completo.pdf>
<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VARGAS,%20Get%C3%BAlio.pdf>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Get%C3%BAlio_Vargas
<https://www.todamateria.com.br/getulio-vargas/>
<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm>



Academia Nacional de Medicina

Presidente da República _ 1946

Eurico Gaspar Dutra



Oc-016. Pertenceu ao Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Material: Metal e vidro

Procedência: Doação do Prof. Aloisio Marques.

Descrição: Armação em metal. Lentes brancas bifocais, sextavadas.

Os Óculos

e seus Personagens

Eurico Gaspar Dutra



Academia Nacional de Medicina

Nasceu em Cuiabá, em 18 de maio de 1883. Filho de José Florêncio Dutra, comerciante modesto e ex-combatente na Guerra do Paraguai. Aos 19 anos, tem o ano de nascimento alterado para 1885 pelo pai, depois de ser reprovado no exame médico para servir ao Exército em Cuiabá. Com uma certidão alterada, consegue ingressar na Escola Militar do Brasil, em Corumbá, em 1902. A partir de então, todos os seus documentos ficam alterados.

Ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1904. Nesse ano, participou da Revolta da Vacina, deflagrada na capital federal contra o governo do presidente Rodrigues Alves. Por conta disso, foi expulso da Escola Militar, só retomando seus estudos em 1908, após ser anistiado. Em 1906, ingressou na Escola de Guerra de Porto Alegre; em seguida, cursou a Escola de Artilharia e Engenharia. Foi frequente colaborador e um dos fundadores da revista Defesa Nacional, destinada ao meio militar. Em 1922, concluiu o curso da Escola do Estado-Maior, se formando como o 1º da turma e recebendo a rara menção “tres bien” (1922).

Durante a década de 1920, por várias vezes esteve envolvido na repressão aos levantes tenentistas então deflagrados contra o governo federal, como em 1922, no Rio de Janeiro, e em 1924, em São Paulo. Convidado a participar da Revolução de 1930, preferiu manter-se ao lado das forças legalistas.

Aproximou-se do governo Vargas a partir de 1932, quando, ocupando a patente de general, teve importante participação no combate ao movimento constitucionalista desencadeado contra o governo federal, em São Paulo. Pouco tempo depois, entre 1933 e 1934, presidiu o Clube Militar. Em 1935, comandava a 1ª Região Militar, sediada na capital federal, quando chefiou a repressão ao levante armado deflagrado na cidade por setores vinculados à Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente anti-impe-

rialista e antifascista, integrada por comunistas, socialistas e tenentes de esquerda.

Em dezembro de 1936, foi nomeado ministro da Guerra. Nesse posto, cumpriu papel decisivo, junto ao Presidente Vargas e o general Góis Monteiro, no movimento que levou à instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Nesse processo, colaborou ativamente na divulgação de uma suposta ameaça comunista e no afastamento do governador gaúcho Flores da Cunha, último obstáculo à concretização do golpe.

Durante o Estado Novo, Dutra impôs a coesão na conduta política dos militares através do expurgo sistemático dos elementos dissidentes, ao mesmo tempo que promovia a modernização e a ampliação do poderio das Forças Armadas, consolidando o papel decisivo exercido pela instituição no jogo político do país. Sua demora em promover o combate ao levante integralista deflagrado em maio de 1938, no qual a residência de Vargas foi atacada pelos rebeldes, gerou suposições, jamais confirmadas, sobre sua conivência com a insurreição.

Também durante sua gestão teve lugar o processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A princípio, Dutra e Góis Monteiro constituíam a base principal do setor governista que defendia a aproximação do Brasil às potências do Eixo, enquanto uma outra facção, capitaneada pelo Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, defendia a aproximação com os Aliados, mais especificamente com os Estados Unidos. A opção do governo brasileiro pelo alinhamento com os EUA, finalmente definida em 1942, foi aceita com relutância por Dutra. Mesmo em 1943, quando as relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo já haviam sido rompidas, Dutra ainda deixava transparecer suas inclinações políticas ao colocar obstáculos ao funcionamento da Sociedade Amigos da América, entidade estimulada por setores liberais e presidida pelo

general Manoel Rabelo. Seus atritos com a facção liberal do regime resultaram, inclusive, no afastamento de Oswaldo Aranha do Ministério da Fazenda, após a interdição de uma solenidade em sua homenagem pela Sociedade Amigos da América. Coube, porém, a Dutra comandar o processo efetivo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos no que dizia respeito às questões militares, tendo sido o responsável pela organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada para combater na Itália.

Ainda durante o Estado Novo, Dutra foi sondado por setores oposicionistas que lhe propuseram liderar um golpe que afastasse Vargas e reestabelecesse a democracia no país. Em 1945, quando o regime mostrava claros sinais de esgotamento, seu nome foi lançado por setores governistas, articulados no Partido Social Democrático (PSD), para concorrer à presidência da República, no pleito previsto para dezembro daquele ano. A oposição, aglutinada na União Democrática Nacional (UDN), apresentara o nome de um outro militar que gozava de grande prestígio dentro e fora das Forças Armadas, o brigadeiro Eduardo Gomes. Em agosto, Dutra afastou-se do Ministério da Guerra, cumprindo a exigência de desincompatibilização para concorrer no pleito. Antes que a eleição se realizasse, porém, Vargas foi afastado do governo por um golpe militar. Esse golpe, contou com a participação decisiva do próprio Dutra, que estava temeroso que Vargas se aproveitasse do sucesso da campanha queremista para se perpetuar no poder (“queremismo”: movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. A expressão se originou do slogan utilizado pelo movimento: “Queremos Getúlio”). A presidência foi então ocupada por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Foi o próprio Vargas, porém, que acabou desempenhando o papel decisivo na vitória de Dutra nas eleições de dezembro, ao recomendar aos seus seguidores o voto em seu ex-ministro da Guerra.

Empossado em janeiro de 1946, Dutra aproximou-se dos setores conservadores, incluindo aqueles representados pela UDN, através do chamado Acordo Interpartidário, o que acarretou a marginalização de Vargas e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que acabaram por romper com o presidente. Os comunistas, que haviam obtido resultados eleitorais expressivos nas eleições de 1945 e 1947, foram vítimas de uma ferrenha perseguição por parte do governo, que assim se integrava no contexto internacional da Guerra Fria, e tiveram sua atuação política legal novamente proibida. O governo Dutra foi marcado, ainda, por uma política econômica conduzida a partir de postulados liberais, pelo rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e por uma severa política de arrocho salarial.

Em 1950, Dutra apoiou o candidato do PSD à sua sucessão, o mineiro Cristiano Machado. O eleito nesse pleito, porém, foi Getúlio Vargas, ficando Machado apenas com a terceira colocação. Em janeiro de 1951, Dutra transmitiu o cargo a Vargas.

Mesmo após sua saída da presidência, Dutra manteve grande influência junto à cúpula militar e lideranças civis. Em 1954, deu apoio discreto às articulações para afastar Vargas da presidência. Voltou a conspirar dez anos depois, dessa vez contra o presidente João Goulart. Com o estabelecimento do regime militar, em 1964, seu nome chegou a ser cogitado para ocupar novamente a presidência. Prestigiado pelos militares, fez parte do diretório nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime.

Morreu no Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1974.

Academia Nacional de Medicina

Referências:

<http://educacao.uol.com.br/biografias/eurico-gaspar-dutra.jhtm>

<http://www.sohistoria.com.br/biografias/dutra/>

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/eurico_gaspar_dutra

<http://www.grupoescolar.com/pesquisa/eurico-gaspar-dutra.html>

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/gaspar-dutra/biografia>

Presidente da República _ 1954

João Fernandes Campos Café Filho



Oc-040. Pertenceu ao Presidente João Fernandes Campos Café Filho.

Material: Metal, tartaruga e vidro

Procedência: Doação da viúva, Sra. Jandira Café.

Descrição: Armação em metal e tartaruga. Lentes brancas, bifocais, quadrangulares.

Academia Nacional de Medicina

João Fernandes Campos Café Filho



Nasceu em 3 de fevereiro de 1899, em Natal, Rio Grande do Norte. Filho de Florência Amélia Campos Café e João Fernandes Campos Café, um senhor de engenho local. Durante sua juventude, mudou-se para Recife, onde trabalhou como comerciante para custear seus estudos na Academia de Ciências Jurídicas e Comerciais de Recife. Apesar de não ter concluído seus estudos, retornou a Natal e, utilizando-se de seu conhecimento de práticas jurídicas, logrou êxito em concurso público para advogado do Tribunal de Justiça, afirmando sua posição contrária à oligarquia local, em defesa dos trabalhadores. Sua atividade jurídica logo encontrou voz no jornalismo e Café Filho foi responsável por fundar, no ano de 1921, o *Jornal da Noite*, na cidade de Natal, impresso nas oficinas de “*A Opinião*”, órgão oposicionista. Também participou das atividades dos jornais “*A Noite*” (em Recife, como diretor, em 1925,) e “*A Manhã*” (no Rio de Janeiro, como redator, em 1929). Tornou-se então alvo de ataques das elites e chega a ser preso durante uma greve de trabalhadores em 1923.

Casou em setembro de 1931 com Jandira Carvalho de Oliveira, e tiveram um único filho, Eduardo, nascido em 1943 e morto num acidente aeronáutico em 1974.

O início de sua carreira política se dá efetivamente depois de 1930, após participar ativamente da Revolução e ser nomeado chefe de polícia em Natal. Anteriormente (1923), havia pleiteado, sem êxito, cadeira de vereador de Natal. Fundou o Partido Social Nacionalista (PSN) do Rio Grande do Norte, em abril de 1933. Mudou-se, então, para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como inspetor no Ministério do Trabalho até julho de 1934. Após a instauração da Assembleia Nacional Constituinte, concorreu às eleições de 14 de outubro, sendo eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte, com legislatura iniciada a 3 de maio de 1935 e exercida até a instauração do Estado Novo, em 1937. Nas eleições de 1950, o governador de São Paulo, Ademar de Barros, impôs o nome de Café

Academia Nacional de Medicina

Filho à vice-presidência como condição de apoiar a candidatura de Getúlio Vargas. Getúlio resistiu pois o nome de Café Filho desagradava os militares e a igreja católica, que o consideravam um político de tendências esquerdistas. Café Filho foi contra a aplicação da Lei de Segurança Nacional em 1935. Em 1937 denunciou o Plano Cohen como uma tapeação militar para legitimar a ditadura do Estado Novo. Por pressão de Ademar de Barros, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) acabou formalizando ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o nome de Café Filho como vice apenas na data limite do registro eleitoral. Mesmo sendo seu companheiro de chapa, Getúlio Vargas nunca confiou em Café Filho. Em 23 de agosto de 1954, Café Filho profere discurso no Senado em resposta às pressões políticas que exigiam a renúncia de Getúlio Vargas, comunicando a negativa do Presidente em aceitar a renúncia conjunta, sendo seu pronunciamento considerado um rompimento público com o presidente. Em razão do suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, foi empossado como Presidente da República. A grande mobilização popular então ocorrida desarmou a ofensiva golpista e inviabilizou a intervenção militar direta no governo, garantindo a posse de Café Filho no mesmo dia.

Procurando diminuir o impacto produzido pela divulgação da Carta Testamento de Vargas, Café Filho emitiu logo sua primeira nota oficial, afirmando seu compromisso com a proteção dos humildes, “preocupação máxima do presidente Getúlio Vargas”.

No início de 1955 recebeu do ministro da Marinha um documento sigiloso assinado pelos ministros militares e por destacados oficiais das três armas, defendendo que a sucessão presidencial fosse tratada “em um nível de colaboração interpartidária” que resultasse em um candidato único, civil e apoiado pelas forças armadas. Tratava-se, indiretamente, de uma crítica à candidatura de Juscelino Kubitschek. O presidente apoiou o teor do documento

e, diante dos comentários da imprensa sobre sua existência, obteve a aprovação dos signatários para divulgá-lo na íntegra pelo programa veiculado em cadeia radiofônica nacional “A Voz do Brasil”. Apesar dessa demonstração da oposição militar à sua candidatura, Kubitschek prosseguiu em campanha e seu nome foi homologado pela convenção nacional do Partido Social Democrático (PSD) em 10 de fevereiro.

Juscelino Kubitschek foi eleito e, com a divulgação dos resultados oficiais do pleito, a União Democrática Nacional (UDN) deflagrou uma campanha contra a posse dos candidatos eleitos, voltando a sustentar a tese da necessidade de maioria absoluta. Os setores mais extremados do partido, liderados por Carlos Lacerda, intensificaram sua pregação favorável à deflagração de um golpe militar. Entretanto, Café Filho e o general Lott reafirmaram seu compromisso com a legalidade.

Seu breve governo ficou conhecido por seu caráter conciliador, com a participação de militares, empresários e políticos. Adotou uma política econômica de caráter liberal, liderada pelo economista Eugênio Gudin e buscou reduzir os gastos públicos como forma de combater as dificuldades econômicas pelas quais o Brasil passava naquele momento.

Café Filho foi internado no Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro no dia 3 de novembro de 1955, acometido de um distúrbio cardiovascular que forçou seu afastamento das atividades políticas. Recuperado, foi impedido de retornar às atividades da presidência em razão de cerco militar que buscava garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. No dia 22 de novembro, o Congresso Nacional aprovou o impedimento para que ele reassumisse a Presidência da República. Em seu lugar, permaneceu o senador Nereu Ramos, que transmitiu, sob Estado de Sítio, o governo ao presidente constitucionalmente eleito.

Academia Nacional de Medicina

Foi o único Potiguar a ocupar a Presidência da República.

Afastado da presidência, trabalhou entre 1957 e 1959 no ramo imobiliário no Rio de Janeiro. Em 1961, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara pelo então governador Carlos Lacerda.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de fevereiro de 1970.

Referências:

<http://educacao.uol.com.br/biografias/joao-fernandes-campos-cafe-filho.jhtm>

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao_cafe_filho

http://www.historiadobrasil.net/resumos/cafe_filho.htm

<https://www.algosobre.com.br/biografias/cafe-filho.html>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Caf%C3%A9_Filho

Presidência da República — 1956

Juscelino Kubitschek de Oliveira



Oc-89. Pertenceu ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Material: Resina e vidro

Descrição: Óculos com armação escura. Lentes brancas. Retangulares.

Academia Nacional de Medicina

Juscelino Kubitschek de Oliveira



Juscelino Kubitschek de Oliveira, também conhecido como JK, nasceu em Diamantina, Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902 e faleceu em Resende, Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1976, vítima de um acidente automobilístico na rodovia Presidente Dutra, quando viajava de São Paulo para o Rio de Janeiro.

Foi um médico, oficial da Polícia Militar Mineira e político brasileiro, que ocupou a Presidência da República entre 31 de janeiro de 1956 e 31 de janeiro de 1961.

Filho do caixeiro-viajante João César de Oliveira, ficou órfão de pai aos 3 anos, quando o senhor João Cesar morreu vítima de tuberculose. A única renda da família passou a ser a de sua mãe, Júlia Kubitschek (1873 - 1971), que era professora e possuía ascendência checa (seu sobrenome é uma germanização do original tcheco Kubíček) e etnia cigana - JK parece ter sido o único presidente de origem cigana em todo o mundo. Viúva aos 28 anos, Júlia não quis se casar novamente, dedicando-se aos dois filhos; Maria da Conceição, apelidada de Naná, nascida em 1901, e JK, o Nonô. Júlia havia perdido um bebê nos primeiros meses de vida, cujo nome era Eufrosina, nascida em 1900.

Juscelino estudou no Seminário de Diamantina, onde concluiu o curso de humanidades. Em 1919, presta concurso público para telegrafista e no ano seguinte vai morar em Belo Horizonte.

Em 1922, ingressa no curso de Medicina da Universidade Federal de Belo Horizonte. Em 1927, conclui o curso. Estudou cirurgia em Paris com o professor Maurice Chevassu e estagiou no hospital Charité de Berlim em 1930.

De volta a Minas Gerais, casou-se com Sarah Lemos em 1931. Foi nomeado capitão-médico da polícia mineira, chefiando o hospital de sangue de Passa

Academia Nacional de Medicina

Quatro, onde se distinguiu como cirurgião durante a revolução 1932. Do casamento com Sarah Lemos, teve a filha Márcia, tendo também adotado Maria Estela, quando esta tinha cinco anos de idade.

Durante seu mandato como Presidente da República, construiu Brasília, a nova capital do País, inaugurada no dia 21 de abril de 1960.

Ingressou na política como Chefe de Gabinete de Benedito Valadares, na ocasião interventor federal em Minas Gerais, em 1934. No mesmo ano, elegeu-se Deputado Federal, mas perdeu o mandato em 1937, com o advento do Estado Novo. Foi prefeito de Belo Horizonte entre 1940 e 1945, numa administração, que projetou o nome do ainda desconhecido arquiteto Oscar Niemeyer, com as obras do bairro da Pampulha.

Foi eleito Deputado Federal pelo PSD em 1946, e governador de Minas Gerais em 1950, criou as Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), e construiu cinco usinas para a produção de energia elétrica, elevando em trinta vezes o potencial instalado do estado.

Com o apoio do PSD e do PTB, e com a oposição na União Democrática Nacional (UDN) e de alguns setores militares, foi eleito presidente da república em 1955, sendo seu vice- João Goulart, mas sua posse só foi garantida após a intervenção do então Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, em novembro daquele ano.

Juscelino Kubitschek estabeleceu um Plano de Metas, com 31 objetivos, dos quais eram prioritários: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Construiu duas usinas hidrelétricas, Três Marias e Furnas. Abriu grandes rodovias e pavimentou as já existentes, como a ligação entre o Rio de

Janeiro e Belo Horizonte e a construção das estradas Belo Horizonte-Brasília, Belém-Brasília e Brasília-Acre.

A construção de Brasília era o objetivo central do Plano de Metas do governo. Já na constituição de 1891, estava estabelecido o local, no planalto central do país, onde deveria ser construída a nova capital do Brasil. O nome Brasília havia sido sugerido por José Bonifácio. Os planos urbanísticos e arquitetônicos foram concebidos pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Foram mil dias de obras e no dia 21 de abril de 1960, Juscelino inaugura Brasília.

Após passar o governo para Jânio Quadros e eleger-se senador por Goiás em 1961, é indicado pela convenção nacional do PSD em 1964 para concorrer à presidência, no entanto, é cassado pelo governo militar e tem seus direitos políticos suspensos por dez anos. A partir de então passou a percorrer cidades dos Estados Unidos e da Europa, em um exílio voluntário.

Em março de 1967 voltou definitivamente ao Brasil e uniu-se a Carlos Lacerda e Goulart na articulação da Frente Ampla, em oposição à ditadura militar, que foi extinta pelos militares um ano depois, levando JK à prisão por um curto período.

Ingressou na iniciativa privada (Banco Denasa) e começou a escrever suas memórias, intitulada “Meu Caminho para Brasília”, em cinco volumes.

No final da vida, JK quis ingressar na Academia Brasileira de Letras. Os militares não gostaram, e pressionaram o presidente da entidade, Austregésilo de Athayde, para impor a Juscelino o que seria a sua única derrota eleitoral em toda a vida.

A Academia tinha pedido financiamento oficial para construir um edifício ao lado de sua sede, no centro do Rio – em terreno, aliás, doado por JK quando

Academia Nacional de Medicina

presidente. Se ele fosse eleito, o financiamento não sairia. Apesar das pressões, sondagens indicavam que poderia ganhar. No dia 23 de outubro de 1975, porém, Juscelino perdeu a disputa para o escritor goiano Bernardo Élis, por vinte votos a dezoito. Recebeu a notícia na casa da filha Maria Estela, onde havia uma festa preparada. “Vamos virar essa página”, disse ele, e saiu dançando com a filha.

Dias depois, Athayde convidou JK para um almoço e tentou lhe explicar o que ocorrera. JK não deixou. “Presidente” cortou ele, “sou entendido em matéria de eleições. Quando se perde, não se deve perguntar por que”. Elegante, fez questão de comparecer à posse de Élis e apertar-lhe a mão.

JK pertenceu, desde 1974, à Academia Mineira de Letras. Em 18 de junho de 1976 recebeu o troféu “Juca Pato” conferido pela União Brasileira de Escritores, em São Paulo, por ter sido eleito o intelectual do ano de 1975. Por essa época, abandonou suas funções junto ao Banco Denasa, passando a dedicar-se à administração da fazenda que possuía em Luziânia (GO).

Em 22 de agosto de 1976 faleceu, vítima de desastre sofrido na via Dutra, nas proximidades de Resende (RJ).

Em abril de 1980, teve início em Brasília a construção de um monumento em homenagem a Juscelino - O Memorial JK - projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Em 12 de setembro, dia em que JK completaria 79 anos, dona Sara (viúva de JK) e o presidente João Batista Figueiredo inauguraram o Memorial JK, no qual seriam instalados um museu e uma biblioteca.

Os Óculos

e seus Personagens

Referências:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/biografia>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino_Kubitschek

http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/5_unica.html



Juscelino Kubitschek de Oliveira

Academia Nacional de Medicina

Presidente da República _ 1992

Itamar Augusto Cautiero Franco



Oc-122. Pertenceu a Itamar Augusto Cautiero Franco.

Material: Tartaruga, Metal e vidro.

Procedência: Doação do Acadêmico Rubens Belfort Jr.

Descrição: Armação em tartaruga e metal. Lentes de vidro.

Os Óculos
e seus Personagens

Itamar Augusto Cautiero Franco



Academia Nacional de Medicina

Itamar Augusto Cautiero Franco foi o 33.º presidente do Brasil, tendo governado de 29 de dezembro de 1992 a 1 de janeiro de 1995.

De acordo com sua certidão de batismo, nasceu em Juiz de Fora (MG) no dia 28 de junho de 1931, quarto filho de Augusto César Stiebler Franco, engenheiro, falecido poucos dias antes, e de Itália Cautiero Franco. No entanto, o local e o ano de seu nascimento são motivo de divergências. No título de eleitor, o ano de nascimento apontado é 1930. Segundo versão largamente aceita, Itamar Franco nasce no dia 28 de junho de 1929, em mar territorial brasileiro, a bordo do navio a vapor Itambé (ITA), que fazia a rota Salvador – Rio de Janeiro, e transportava cargas e passageiros, entretanto, as coordenadas exatas do nascimento são desconhecidas. O bebê é batizado em Juiz de Fora (MG), um ano depois.

O pai de Itamar, engenheiro civil e eletrotécnico, deixa Juiz de Fora e se muda para Salvador com a família para trabalhar em projetos de construção de estradas. Augusto Franco morreu de malária, dois meses antes de Itamar nascer. A viúva (D. Itália), mesmo grávida, resolve voltar a Minas com as crianças.

Aos 7 anos, Itamar ingressa no Colégio Americano Granbery, um estabelecimento de orientação metodista. Embora católica e muito devota de Santa Terezinha, D. Itália escolheu uma escola tradicional na região.

Em 1950, Itamar ingressa na Faculdade de Engenharia de Juiz de Fora. É por duas vezes presidente do Diretório Acadêmico. Em 1954, se gradua como engenheiro civil e eletrotécnico. É o orador de sua turma na solenidade.

Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi topógrafo do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e também atuou como técnico do Serviço Social da Indústria (SESI).

Aos 23 anos, concorreu a um cadeira na assembleia municipal de Juiz de Fora pelo PTB, mas foi derrotado. Em 1960, candidatou-se a vice-prefeito de sua cidade (Juiz de Fora), e também não obteve sucesso. Em 1965, com a instituição do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1967 é eleito Prefeito de Juiz de Fora.

Em 1968, Itamar Franco se casa com a jornalista Anna Elisa Surerus, com quem teve suas duas filhas, Georgiana e Fabiana.

Em 1972 é reeleito Prefeito de Juiz de Fora. Renunciou ao cargo em 1975, para se candidatar e ser eleito ao Senado Federal por Minas Gerais.

Em 1977, defendeu o parlamentarismo por meio de uma emenda constitucional que não obteve sucesso. Em 1979, foi nomeado presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito responsável por averiguar o acordo nuclear assinado entre o Brasil e a Alemanha. Foi membro das Comissões de Serviço Público Civil e de Relações Exteriores do Senado. No pleito de 1982, foi eleito senador pelo PMDB, partido ao qual havia se filiado após a abolição do bipartidarismo.

Como Senador, presidiu a Comissão de Finanças entre 1983 e 1984, e foi membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado até 1986.

Lutou pela instauração de eleições democráticas e diretas, e votou em Tancredo Neves para presidente em 1985. Em 1986, transferiu-se para o Partido Liberal (PL). Candidatou-se ao governo de Minas Gerais na mesma época, mas não obteve sucesso.

Na constituinte, foi favorável à legalização do aborto, à reforma agrária, ao voto aos 16 anos. Foi contra a pena de morte e o presidencialismo.

Academia Nacional de Medicina

Em 1988 Itamar Franco se filia ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e se alia ao governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello.

Em 1989, concorreu ao cargo de vice-presidente da república na chapa de Fernando Collor de Melo. Após a posse do novo governo, Itamar afastou-se gradualmente do presidente, pois divergia das políticas econômicas promovidas por Collor. Criticou as privatizações do governo e sua política salarial. Sucessivas denúncias de corrupção contra Collor também levaram Itamar a resguardar sua imagem.

Com o afastamento por impedimento (impeachment) de Fernando Collor em 2 de outubro 1992, Itamar Franco assume a Presidência da República de forma interina e em 29 de dezembro de 1992, quando Collor renunciou, Itamar Franco tomou posse como presidente do Brasil.

Como política econômica focou-se na redução de gastos do governo e na aceleração do processo de privatizações. Em julho foi estabelecido o cruzeiro real e em dezembro de 1993 foi lançado o Plano de Estabilização Econômica.

Seu governo teve início com amplo apoio popular e sem oposição, mas enfrentou sérios problemas econômicos, legados pelos governos anteriores. A constante troca de ministros ao longo de seu governo evidenciava as dificuldades que ele enfrentou para administrar o país.

Em 1994, Itamar Franco convocou o senador Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, o que resultou na elaboração de um novo plano econômico. O Plano FHC, rebatizado posteriormente de Plano Real, criou a URV (Unidade Real de Valor), um indexador provisório da economia, que serviria como transição até que uma nova moeda – o real – entrasse em vigor. O real

manteria paridade com o dólar e eliminaria a espiral inflacionária. No dia 1 de julho de 1994, foi introduzido o real, que reduziu a inflação a níveis mínimos. O Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, passou a ter grande prestígio e tornou-se candidato a presidente nas eleições de 3 de outubro de 1994.

Após sair da presidência, Itamar foi embaixador do Brasil em Portugal (1995-1996), embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos (1996-1998).

Itamar logo se tornou um crítico do governo Fernando Henrique por discordar de sua política econômica. Além disso, Itamar pretendia se candidatar à presidência novamente nas eleições de 1998, porém viu seus planos desfeitos quando, em 4 de junho de 1997, a redação do 5.º parágrafo do artigo 14 da Constituição Brasileira foi alterada, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 16, permitindo a reeleição para um único período subsequente do então presidente Fernando Henrique. Ainda assim, Itamar tentou se candidatar à presidência, mas não conseguiu obter a indicação do PMDB em uma ação creditada à pressão exercida pelo então presidente que não gostaria de ter Itamar como adversário. Esse foi mais um dos motivos apontados para o rompimento de Itamar com Fernando Henrique Cardoso.

Sem a indicação para a presidência, Itamar se candidatou ao governo de Minas Gerais, disputando o pleito contra o então governador do Estado Eduardo Azeredo (PSDB), apoiado por Fernando Henrique. Nas apurações do 1º turno das eleições, Itamar despontou na liderança, obtendo 44,29% dos votos válidos, contra 38,32% de Eduardo Azeredo, o equivalente à 38,32%. Indo a eleição para o segundo turno, Itamar elegeu-se com ampla votação, com 4 808 652 de votos, ou 57,62% dos votos válidos, contra 3 537 458 de votos ou 42,38% de

Academia Nacional de Medicina

Azeredo. Durante a campanha eleitoral Fernando Henrique Cardoso declarou inicialmente seu apoio a Itamar. Este último recusou o apoio, dizendo que podia “andar com as próprias pernas”. Tendo vencido o pleito, assumiu o governo de Minas Gerais em 1 de janeiro de 1999 onde ficou até 1 de janeiro de 2003. Em 2006 tentou uma vaga para disputar o senado pelo PMDB, mas o escolhido foi Newton Cardoso.

Em 2007, a convite de Aécio Neves, então governador de Minas Gerais, Itamar presidiu o Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, onde permaneceu até 2010. No dia 3 de outubro de 2010, Itamar Franco e Aécio Neves foram eleitos senadores, derrotando o ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, do PT. Outra vitória da dupla, naquele ano, foi a reeleição do então governador, Antônio Anastasia, do PSDB.

Em 21 de maio de 2011 foi diagnosticado com leucemia. Alguns dias depois, se licenciou do Senado a fim de tratar-se da doença no Hospital Albert Einstein. Em 27 de junho um boletim médico do hospital divulgou que sua situação teria se agravado em virtude de uma pneumonia que o levou à UTI.

Itamar faleceu na manhã de 2 de julho de 2011.

Quando morreu, Itamar Franco tinha ao seu lado apenas quatro pessoas: suas duas filhas, Georgina e Fabiana, e dois assessores pessoais: a secretária Neuza Mitterhoff que trabalhou para ele há 40 anos, e o coronel Mário Peluso, assessor particular.

A proposta para fazer o velório no Palácio do Planalto com todas as honrarias de um chefe de Estado, com direito a desfile do caixão em carro aberto e a salvas de canhões, foi descartada pelo senador e ex-presidente Itamar Franco

antes de morrer. Itamar havia pedido à sua secretária particular que queria ser velado na Câmara Municipal de Juiz de Fora, MG, e cremado.

Itamar havia confidenciado que gostaria de ser depositado ao lado do túmulo da mãe, Itália Franco, que morreu em dezembro de 1992 pouco antes de ele ser empossado oficialmente como presidente da República. Assim, o corpo do ex-presidente foi cremado no Cemitério de Contagem, e as cinzas ficaram no jazigo da família em Juiz de Fora.

No velório, as filhas Fabiana e Georgiana estavam acompanhadas da irmã de Itamar, Mathilde Franco, artista plástica e da mãe, Ana Elisa Surerus, ex-mulher de Itamar, bem como do irmão de Itamar, Augusto Franco Jr., médico urologista.

Referências:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Itamar_Franco

https://www.ebiografia.com/itamar_franco/

<https://www.todamateria.com.br/itamar-franco/>

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/governo-itamar-franco.htm>

<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/itamar-augusto-cautiero-franco>

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/50540/complemento_1.htm?sequence=2

<http://mrpitamarfranco.com.br/n/itamar-franco/>

<https://oglobo.globo.com/brasil/trajetoria-de-itamar-franco-17798311>

Academia Nacional de Medicina

Presidente da República _ 1995

Fernando Henrique Cardoso



Oc-123. Pertenceu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Material: Metal e vidro

Procedência: Doação do Acadêmico Rubens Belfort Jr.

Descrição: Armação de metal e lentes de vidro.

Os Óculos

e seus Personagens

Fernando Henrique Cardoso



Academia Nacional de Medicina

Nasceu no Rio de Janeiro a 18 de junho de 1931, filho de Leônidas Fernandes Cardoso e de Naíde Silva Cardoso. Com a transferência de seu pai para a 2ª Região Militar, sediada em São Paulo, mudou-se em 1940 para a capital paulista.

Em 1948, Fernando Henrique começou a atuar na política estudantil. Ingressou em 1949 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Passou, em agosto de 1952, a lecionar história econômica geral e do Brasil na Faculdade de Economia da USP. Especializou-se em Sociologia na mesma faculdade e se tornou auxiliar do Professor francês Roger Bastide, ainda na USP.

Em 1954, elegeu-se representante dos ex-alunos, tornando-se o mais jovem membro do Conselho Universitário da USP. Em janeiro de 1955, tornou-se assistente de Florestan Fernandes, que assumiu a cátedra de Sociologia da USP após o retorno do Professor Roger Bastide à França. Tendo obtido o título de Doutor em Ciências Sociais em 1961 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, no ano seguinte passou a integrar a direção do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), da USP.

Em abril de 1964, Fernando Henrique viajou para a Argentina. Lá foi convidado a trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) sediado no Chile. Em 1º de maio chegou a Santiago do Chile, onde já se encontravam numerosos brasileiros. Lecionou, então, no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), de cuja divisão social se tornaria diretor-adjunto, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), em Santiago, e nas faculdades de Sociologia e de Ciências Econômicas do Chile. Trabalhando na CEPAL, participou do debate sobre os impasses das economias latino-americanas e elaborou, com o sociólogo chileno Enzo Faletto, a “teoria da dependência”. Ao

longo da década de 1970, a obra seria publicada também em italiano, inglês, francês e alemão.

Em julho de 1968 foi aprovado no concurso para Professor Catedrático, mas ocupou a cadeira por pouco tempo, pois o sistema de cátedra foi abolido meses depois. Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, foi um dos 70 Professores da USP aposentados compulsoriamente. Filiou-se ao MDB e, em sua campanha para o Senado, recebeu apoio de setores organizados da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Igreja Católica de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Em fevereiro de 1985, acompanhou Tancredo Neves em sua primeira viagem ao exterior na condição de presidente eleito, percorrendo Estados Unidos, Itália e Portugal. De volta ao Brasil, aceitou a função de líder do governo no Congresso, que até então também não existia. Tancredo Neves, contudo, adoeceu gravemente antes mesmo de ser empossado. José Sarney assumiu a presidência da República em seu lugar em 15 de março, e foi efetivado no cargo em 21 de abril, quando o presidente eleito morreu.

Com o lançamento do Plano Cruzado pelo Governo - que instituiu um novo padrão monetário, o Cruzado, extinguiu a correção monetária, estabilizou o câmbio e congelou preços e salários - Fernando Henrique Cardoso apoiou a proposta, que alcançou grande êxito nos primeiros meses, com a decidida redução da inflação e o entusiasmo popular na fiscalização dos preços.

Os bons resultados iniciais do Plano Cruzado beneficiaram os candidatos do PMDB nas eleições de novembro de 1986 e, em 1º de fevereiro de 1987, Fernando Henrique assumiu a liderança do PMDB no Senado até junho de 1988.

Academia Nacional de Medicina

Então, sob a liderança de Mário Covas, fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O novo partido surgiu com a preocupação de não se identificar com o espectro político clássico: não seria de direita, esquerda ou centro, e sim voltado para a maioria interessada nas reformas sociais e no parlamentarismo, e comprometido com uma política pautada pela ética.

Com a aprovação na Câmara dos Deputados da abertura do processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 29 de setembro, no dia 2 de outubro de 1992, Itamar Franco assumiu o poder em caráter interino. Um novo governo foi formado, e Fernando Henrique foi indicado para o Ministério das Relações Exteriores em substituição a Celso Lafer. Collor renunciou ao mandato em 29 de dezembro de 1992 e Itamar foi então efetivado na presidência da República e indicou Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda.

Durante sua gestão no Ministério da Fazenda, foi instituído o Plano Real, que foi um programa com o objetivo de estabilização e reformas econômicas, iniciado em 27 de fevereiro de 1994 com a publicação da medida provisória número 434, implantado pelo presidente Itamar Franco. Tal medida provisória instituiu a Unidade Real de Valor, estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia, e determinou o lançamento de uma nova moeda, o real. O programa foi a mais ampla medida econômica já realizada no Brasil e tinha como objetivo principal o controle da hiperinflação que assolava o país. Utilizou-se de diversos instrumentos econômicos e políticos para a redução da inflação que chegou a 46,58% ao mês em junho de 1994, época do lançamento da nova moeda. A idealização do projeto, a elaboração das medidas do governo e a execução das reformas econômica e monetária contaram com a contribuição de vários economistas, reunidos pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Quando Fernando Henrique se lançou abertamente na campanha, em abril de 1994, sua campanha foi estruturada sobre cinco itens prioritários: saúde, educação, segurança, habitação e agricultura. No plano econômico, a ênfase foi dada à privatização das grandes empresas siderúrgicas e mineradoras, à extinção do monopólio de serviços públicos e à abertura do país ao capital estrangeiro. No plano institucional foi proposto um conjunto de reformas: fiscal, administrativa e previdenciária.

Os êxitos iniciais do Plano Real começaram a ser capitalizados em favor da campanha, cuja agenda incluiu a passagem por estados já visitados pelo ministro Rubens Ricupero para divulgar a nova moeda, que teve seu lançamento antecipado para 1º de julho.

Realizado o primeiro turno da eleição em 3 de outubro, Fernando Henrique obteve uma vitória esmagadora: 54,3% dos votos (34.376.367 votos, em números absolutos), contra 27% dados a Lula.

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro homem público perseguido pelo regime militar a assumir o cargo de presidente da República no Brasil. Esse vínculo com a luta democrática seria resgatado meses depois, quando ele encaminhou ao Congresso um projeto de indenização às famílias de desaparecidos políticos.

No dia 1º fevereiro de 1995, o deputado José Mendonça Filho (PFL-PE) apresentou ao Congresso emenda constitucional facultando o direito de reeleição a chefes de Executivo, inclusive àqueles então no exercício do cargo. Realizada a segunda votação na Câmara em 25 de fevereiro, a emenda da reeleição foi aprovada. No Senado foi aprovada definitivamente em 4 de junho.

Academia Nacional de Medicina

Fernando Henrique Cardoso foi reeleito e empossado em 1º de janeiro de 1999, inaugurando uma situação inédita na história eleitoral do Brasil. Nunca um ocupante de cargo eletivo do Poder Executivo Federal tinha tentado a reeleição.

Fernando Henrique Cardoso transmitiu a faixa presidencial a Luís Inácio Lula da Silva no dia 1º de janeiro de 2003. Após deixar o governo, permaneceu ligado ao PSDB, na condição de presidente de honra. Em 2004, fundou o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), que preserva o acervo privado resultante de sua vida pública e acadêmica, organizando-o para torná-lo acessível ao público.

É membro da Academia Brasileira de Letras, sendo o sexto ocupante da Cadeira nº 36, eleito em 27 de junho de 2013, na sucessão de João de Scantimburgo e recebido em 10 de setembro de 2013 pelo Acadêmico Celso Lafer.

Referências:

<http://www.ifhc.org.br/ruth-e-fhc/fernando-henrique-cardoso>
<http://atlas.fgv.br/verbete/1072>

Personalidade

Belisário Augusto de Oliveira Penna



Oc-010. Pertenceu a Belisário Augusto de Oliveira Penna.

Material: Resina, ouro e vidro

Procedência: Doação do Dr. Victor Lacombe.

Descrição: Armação preta. Lentes brancas, redondas.

Academia Nacional de Medicina

Belisário Augusto de Oliveira Penna



Belisário Augusto de Oliveira Penna nasceu em Barbacena, MG, a 29 de novembro de 1868 e faleceu em Sacra Família do Tinguá (distrito de Engenheiro Paulo de Frontin), RJ, a 4 de novembro de 1939. Foi um médico sanitarista brasileiro e um dos protagonistas da história da saúde pública no Brasil.

Filho homônimo do Visconde de Carandaí e de Lina Leopoldina Lage Duque, ambos descendentes de grandes proprietários de terras. O casal teve oito filhos, criados em ambiente nobre, no qual não faltavam criados falando francês.

Ingressou, em 1886, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, transferindo-se no último ano para Salvador, na Bahia, onde terminou o curso em novembro de 1890. Terminando o curso, se casou com Ernestina Rodrigues Chaves, filha de João Rodrigues Chaves, Fundador e Diretor da Faculdade de Direito de Salvador.

Retornou a Minas Gerais, onde clinicou por alguns anos em Barbacena e Juiz de Fora. Em 1896 assumiu as funções de médico da Hospedaria dos Imigrantes, demitindo-se ao final de um ano. As “Hospedarias de Imigrantes” eram estruturas especificamente criadas a partir da segunda metade do século XIX para receber cidadãos estrangeiros recém-chegados ao Brasil, que seriam posteriormente destinados a fazendas no interior do país ou mesmo a serviços urbanos em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. As hospedarias recebiam predominantemente imigrantes europeus, mas também havia árabes e japoneses (a partir de 1908). Muitos dos imigrantes chegavam com alguma enfermidade e necessitavam ficar em quarentena antes de seguir viagem e as hospedarias eram encarregadas de atendê-los.

Sua primeira esposa morreu de febre amarela. Dos quatro filhos que ela lhe deu sobreviveram dois: Maria e Celina. No ano seguinte, 1898, retornou à

Academia Nacional de Medicina

Bahia e, ao visitar os sogros, reafirmou os laços de parentesco casando-se com a irmã de sua primeira esposa, Maria Augusta Chaves, com quem teve nove filhos. Retornando a Juiz de Fora, o trabalho não lhe dando o suficiente para a manutenção da família, dedicou-se ao comércio, abrindo uma firma de produtos alimentícios. A “Belisário Penna & Cia.”, que, entretanto, não prosperou. Mesmo elegendo-se Vereador na cidade, o médico viveu com precariedade de recursos, recorrendo ao auxílio da família.

Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1904, onde trabalhou na Diretoria Geral de Saúde Pública. Neste cargo, foi designado para exercer as suas funções numa área da cidade habitada por imigrantes portugueses, italianos, judeus e negros, quase todos pobres, marcando o início de seu envolvimento com as políticas de saúde. Nomeado inspetor sanitário a 05 de maio de 1904, iniciou sua atividade na área compreendida entre as ruas Marquês de Sapucaí, Santana, General Pedra, Senador Eusébio, Visconde de Itaúna, São Leopoldo, Alcântara e Marquês de Pombal, zona de pequeno comércio e inúmeros cortiços. Apresentou relatório em 8 de janeiro de 1905, onde narra os serviços realizados entre 17 de maio e 31 de dezembro de 1904. Dedicando-se à vigilância médica e vacinação, encontrou relutância da população, mas logo essa resistência foi vencida. Segundo Belisário Penna, o trabalho do inspetor era função educativa, além das atividades de vacinação, vigilância médica e polícia médica. Havia também um caráter coercitivo, exercido por meio das multas aos comerciantes, donos de armazéns e estalagens imundas, repletas de doenças e animais, que se negavam a cumprir as recomendações sanitárias.

Em 1906, partiu para combater a malária entre os operários que construíam uma ferrovia, no norte de Minas Gerais. Permaneceu por três anos, participando da principal descoberta médica do período: a descrição da etiologia da moléstia ainda desconhecida, a tripanossomíase americana. Caso raro na his-

tória da medicina, Carlos Chagas descreveu todo o ciclo evolutivo da doença: o micro-organismo causador da enfermidade, os hospedeiros, o inseto vetor (barbeiro) e as manifestações clínicas no homem.

Teve importante papel no combate à febre amarela, malária e outras doenças em diversos pontos do território nacional. Conheceu o norte da Bahia, sudeste de Pernambuco, sul do Piauí e nordeste de Goiás, a fim de estudar as condições sanitárias destes estados. As condições miseráveis da população o marcaram de tal forma que Belisário Penna viria a se tornar um incansável pregador da educação higiênica como caminho necessário para a superação dos problemas sociais da doença e miséria que tanto afligiam o Brasil.

Em 1913 Belisário Penna solicitou uma licença de seis meses e, por conta própria, percorreu os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para estudá-los, como fizera em relação aos do Nordeste. Retornando ao Rio de Janeiro, reassumiu o cargo de Inspetor Sanitário, passando a trabalhar em bairros distantes do centro da cidade. Em Vigário Geral, instalou, em março de 1916, o primeiro posto de profilaxia rural do Brasil, que mais tarde seria transferido para as localidades de Parada de Lucas e Penha.

Um claro exemplo da relação entre o abandono e o isolamento das populações sertanejas e a ausência de um sentimento de identidade nacional, está no Relatório Médico-Científico publicado em 1916 por Belisário Pena e Artur Neiva, do Instituto Oswaldo Cruz. Lá se diz que é “raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil.

Ainda em 1916, Belisário Penna iniciou pelo jornal “O Correio da Manhã”, uma campanha pelo Saneamento do Brasil, escrevendo os artigos que constituiriam o livro publicado com este nome. De acordo com os ideais do Movimento

Academia Nacional de Medicina

Sanitarista (do qual Belisário Penna foi protagonista), caberia à educação higiênica gerar uma nova sociedade, adequada aos ideais de racionalidade e produtividade capitalistas, sendo formuladas novas normas sobre o lazer, trabalho, educação e família, visando um Brasil moderno e pacífico, que buscava civilizar o cidadão, seus espaços e relações. Desse quadro emergia a convicção de que o país só entraria no caminho da civilização a partir do momento em que princípios profiláticos básicos fossem seguidos.

Auxiliando o movimento, o escritor Monteiro Lobato criou um personagem chamado Jeca Tatu. Era um caipira que não fazia nada na vida devido à doença e à preguiça. Jeca Tatu simbolizava a situação do caipira brasileiro, abandonado pelos poderes públicos às doenças, ao atraso econômico, educacional e à indigência política. Monteiro Lobato aderiu à campanha em prol do saneamento rural e deu a seu personagem educação sanitária. A partir de então, Jeca Tatu prosperou a olhos vistos, superou em produtividade o trabalhador imigrante e tornou-se, ele também, um educador sanitário.

Em 1918 Belisário Penna assumiu a direção do Serviço de Profilaxia Rural, recém-criado pelo Presidente Wenceslau Braz. Em 1920, foi nomeado diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde, gestão durante a qual dez postos sanitários foram instalados nos subúrbios e zonas rurais do Distrito Federal. Na mesma época, ele seria o principal dirigente de importante associação reunindo políticos, escritores e médicos, a Liga Pró-Saneamento do Brasil, responsável por reivindicar reformas nas políticas de saúde. Dois anos depois, exonerou-se desse cargo por discordar das interferências políticas no órgão.

Tomou posse como Membro Honorário da Academia Nacional de Medicina a 21 de julho de 1921, onde se tornou o Patrono da Cadeira de nº 93 da Secção de Ciências Aplicadas à Medicina.

Em 1924, manifestou-se publicamente a favor dos levantes tenentistas deflagrados contra o governo de Artur Bernardes. Por conta disso, foi preso por seis meses. Entre 1927 e 1928, voltou a percorrer o Brasil como chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Neste cargo, percorreu os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em 1928 foi requisitado pelo presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para organizar o serviço estadual de higiene. No Sul, iniciou um período de trabalho intenso, proferindo conferências e formulando o seu Plano de Educação Higiênica, indicando providências relativas a problemas de saúde.

Em 1930, participou dos preparativos da revolução no Rio Grande do Sul. Após a vitória do movimento, foi nomeado diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Em setembro de 1931, assumiu interinamente o Ministério da Educação e Saúde Pública, recém-criado pelo governo federal, substituindo Francisco Campos por três meses. O 'caixeiro-viajante da higiene' alcançava, após décadas de atuação, o cargo máximo na área da saúde pública. Em dezembro de 1932, voltaria a ocupar interinamente o ministério por alguns dias. Belisário ainda voltou a exercer interinamente a chefia do ministério, em dezembro de 1932.

Ainda em 1932, exonerou-se da direção do DNSP. No início do ano seguinte, solicitou aposentadoria.

Em uma das suas últimas manifestações públicas, compareceu, com uniforme integralista, cercado pelos companheiros camisas-verdes, a um encontro com Getúlio Vargas. Foram comunicar ao presidente da República, o resultado da escolha de Plínio Salgado como candidato a uma provável eleição presiden-

Academia Nacional de Medicina

cial. O sanitarista era filiado a Ação Integralista Brasileira (AIB) e membro da Câmara dos 40, órgão político do movimento. Em 1938, após a tentativa de golpe desfechada pelos integralistas, o movimento foi reprimido e ele retirou-se da política para viver em sua fazenda, no interior do estado do Rio de Janeiro.

Faleceu em 4 de novembro de 1939.

Referências:

http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0211-95362012000100003
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/belisario_pena
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/MovimentoSanitarista>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Jeca_Tatu
http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=2247
<http://brasilianafotografica.bn.br/?p=12777>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Belis%C3%A1rio_Penna

Personalidade

Benjamin Constant Botelho de Magalhães



Oc-042. Pertenceu a Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

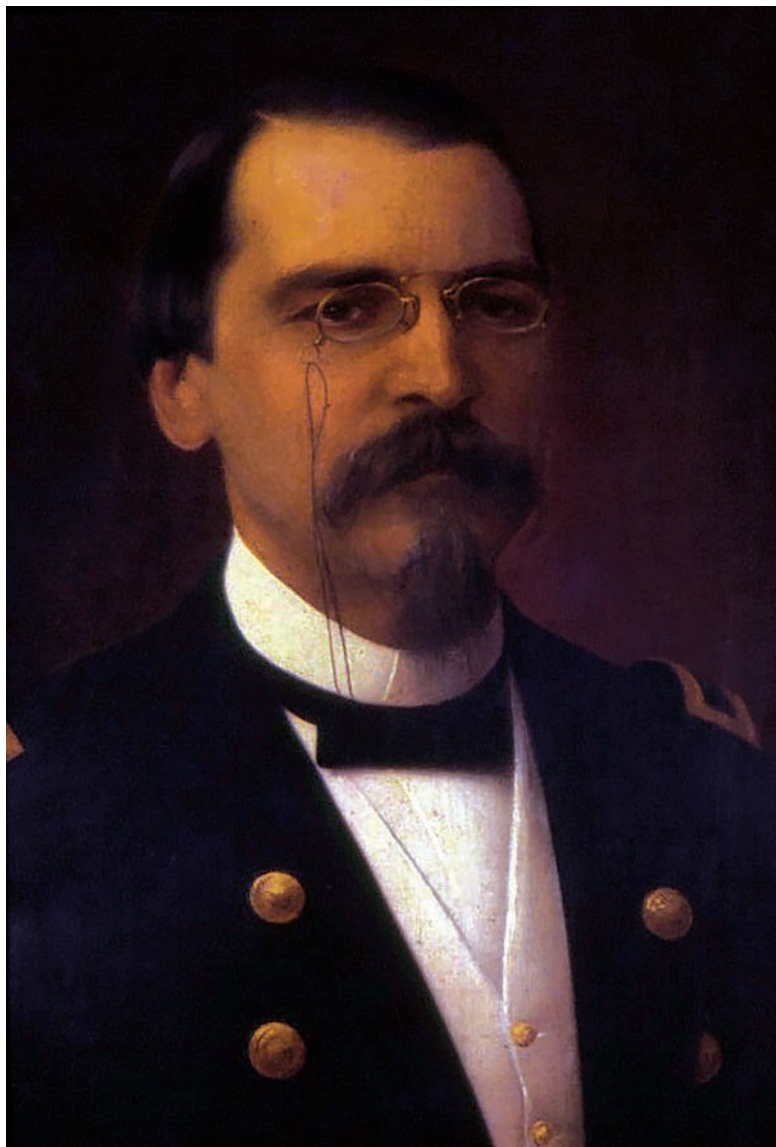
Material: Metal e vidro.

Procedência: Doação do Sr. Paulo Afonso.

Descrição: Armação em metal. Lentes Rayban, ovais.

Academia Nacional de Medicina

Benjamin Constant Botelho de Magalhães



Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu em Niterói, RJ, a 18 de outubro de 1836 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 22 de janeiro de 1891). Foi um militar, engenheiro, professor e estadista brasileiro.

Filho de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, português, e Bernardina Joaquina da Silva Botelho, gaúcha.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães teve uma vida produtiva apesar de ser considerada conturbada. Seu pai veio para o Brasil em 1822, onde seguiu carreira militar até 1836, quando abriu uma pequena escola particular de primeiras letras, onde lecionava latim e gramática portuguesa. É possível afirmar que Benjamin Constant praticamente seguiu seus passos, sendo também militar e professor na vida adulta.

Sua família passou por severas dificuldades financeiras, e, em 1849, enquanto a família vivia em Minas Gerais, seu pai, que administrava uma fazenda, veio a falecer. Esse fato levou sua mãe a desequilíbrios emocionais e psicológicos severos e jamais remediados, marcando profundamente a personalidade de Benjamin, que ajudou a cuidar de seus três irmãos menores. Anos mais tarde, sua mãe foi internada no Hospício Pedro-II, em decorrência de problemas psiquiátricos.

Com o falecimento de seu pai, Benjamin Constant se transfere com a família para o Rio de Janeiro, onde, em 1852, para ajudar no sustento de seus quatro irmãos menores e de sua mãe, presta exames para a Escola Militar do Rio de Janeiro, onde os alunos recebiam uma ajuda de custo durante seus estudos. O pequeno cadete contava então com apenas 15 anos e, para poder entrar na escola, altera sua certidão de nascimento para apresentar a idade mínima exigida em tal estabelecimento.

Academia Nacional de Medicina

Na capital do Império, a vida de Benjamin Constant começou a se cruzar com os principais movimentos do processo histórico nacional. Consumava-se, então, o processo de supressão do tráfico internacional de escravos, iniciado em 1831. A década que se abriu em 1850 trouxe também ao Brasil um vigoroso movimento de renovação cultural. Um cientificismo generalizado, o liberalismo revigorado e o positivismo (essencialmente anti-escravista e republicano), foram as correntes do pensamento europeu que introduziram novos elementos no quadro intelectual das principais cidades do país.

Promovido em 1857 a alferes do Estado Maior de 1^a Classe - patente conferida apenas a alunos aprovados com distinção nos cursos da Escola Militar - no ano seguinte graduou-se engenheiro militar na Escola de Aplicação do Exército, recebendo o grau de Doutor em Matemática e Ciências Físicas. Professor concursado do Imperial Colégio Pedro II, sofreu profunda influência do pensamento positivista.

Na ocasião da deflagração da Guerra do Paraguai, Benjamin Constant é convocado a 25 de agosto de 1866, na patente de tenente coronel, para integrar a Comissão de Engenheiros, encarregada de abrir trincheiras nas linhas avançadas de Tuiuti, em solo paraguaio. Retorna licenciado no ano seguinte ao Rio, vítima de malária. Como militar, teve papel relativamente modesto: além da construção de trincheiras, atuou como fiscal e administrador de depósitos de materiais e suprimentos. Porém, no plano essencialmente individual, a experiência teve importantes consequências que se transformaram em elementos do processo histórico coletivo. No plano da política, os desacordos com a prática administrativa e a condução da guerra contribuíram para que elaborasse uma visão fundamentalmente crítica das elites políticas brasileiras, do governo imperial e seus chefes militares, em especial ao então marquês de Caxias. No plano ideológico, a combinação desses elementos aprofundou sua identificação

com a visão de mundo positivista, particularmente no que diz respeito às questões da guerra e do governo. Benjamin Constant foi um adepto e divulgador das ideias de Augusto Comte (1789-1857), sendo o idealizador da expressão “Ordem e Progresso”, presente na Bandeira Nacional.

Em 1869 Benjamin Constant retorna ao Rio de Janeiro para lecionar e também ser o terceiro Diretor do antigo Imperial Instituto dos Meninos Cegos, instituição idealizada por Xavier Sigaud que influenciou o Imperador Pedro II do Brasil para a sua criação em 1854, com a finalidade de cuidar da educação de crianças com deficiência visual. Xavier Sigaud foi seu primeiro diretor e permaneceu no cargo até a data de sua morte em 1856. Benjamin Constant substituiu seu sogro, o médico Cláudio Luís da Costa, segundo Diretor, na direção da instituição, onde ficaria até sua aposentadoria, em 1889. Em virtude de ter permanecido por longos anos à frente desta instituição, em 1890 o governo provisório da recém-proclamada República renomeou-a como Instituto Benjamin Constant.

Foi também professor e diretor da Escola Normal da Corte e catedrático da Escola Superior de Guerra.

Em 9 de novembro de 1889, Constant preside a sessão do Clube Militar que decide a queda da monarquia, no que ficou conhecido como “Questão Militar”. Atuando com o Partido Republicano, garante o apoio de Deodoro da Fonseca, militar de grande prestígio na época, e Quintino Bocaiúva, jornalista que viria a se tornar um dos mais importantes propagandistas da República no país.

Depois de proclamada a República, Benjamin Constant torna-se chefe do Ministério da Guerra do governo provisório de Deodoro da Fonseca. Em 1890, torna-se Ministro da Instrução Pública e elabora uma reforma do ensino de nítida influência positivista.

Academia Nacional de Medicina

Por sua firmeza de opiniões e sem jamais abandonar seus ideais, depois de um desentendimento motivado pelas alegações de que o governo provisório havia assumido postura autoritária, abandona a política. Pouco antes de falecer, é demitido do ministério, o que agravaria ainda mais a crise que levou à renúncia do próprio Marechal.

Benjamin Constant faleceu a 22 de janeiro de 1891, na cidade de Niterói.

Referências:

<http://www.todamateria.com.br/benjamin-constant-botelho-de-magalhaes/>

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BenjCons.html>

http://www.suapesquisa.com/biografias/benjamin_constant.htm

http://lemp.historia.ufrj.br/imagens/textos/Benjamin_Constant_-_Biografia_e_Explicacao.pdf

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamin_Constant_\(militar\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Benjamin_Constant_(militar))

Personalidade

Dom Antônio Ferreira Viçoso, C.M.



Oc-031. Pertenceu a Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana.

Material: Metal e vidro

Procedência: Doação do Sr. Rodolfo Carlos de Freitas Dietrich.

Descrição: Armação em metal escuro. Lentes verdes, ovais.

Academia Nacional de Medicina

Dom Antônio Ferreira Viçoso, C.M.



Antônio José Ferreira Viçoso, foi o primeiro e único Conde de Conceição (nasceu em Peniche, Portugal, a 13 de maio de 1787 e faleceu em Mariana, no Convento da Cartuxa, a 5 de agosto de 1875). Foi um religioso lazarista, sétimo bispo da diocese de Mariana e escritor, tendo sido autor de diversas obras de caráter religioso, dentre as quais “O romano”.

Cursou o seminário com os padres Carmelitas de Olhalvo e de Santarém. Com os padres Lazaristas de Rilhafol (Lisboa), fez o noviciado para ingressar na Congregação da Missão (C.M.), fundada por São Vicente de Paulo, onde foi ordenado sacerdote em 1818, na Sé Patriarcal de Lisboa. Ainda em Portugal, ensinou filosofia no seminário de Évora.

Em 1819, o Superior da Congregação da Missão, atendendo a pedido de Dom João VI, para que mandasse sacerdotes para o Brasil, enviou o jovem Padre Viçoso e seu coirmão Padre Leandro Rabelo Peixoto e Castro, com quem fundou a primeira província lazarista brasileira. Foram encaminhados ao interior de Minas, a um edifício de sólida construção, deixado pelo ermitão Irmão Lourenço para que fosse instalado ali alguma obra de ação social. Naquele local, os dois padres fundaram o Colégio do Caraça.

Dom Viçoso esteve ocupado na educação da juventude ao longo de toda sua vida, não importando, para ele, se estes jovens eram religiosos ou não. Comprou em Mariana duas casas destinadas a abrigar as crianças abandonadas. Para este ministério, trouxe da França 12 irmãs da Caridade que fundaram em Mariana o Colégio Providência.

O Imperador D. Pedro I determinou que Pe. Viçoso fosse o reitor do Seminário da Santíssima Trindade, em Jacuecanga, perto de Angra dos Reis, onde permaneceu por 15 anos. Regressando a Minas (1837), foi eleito Superior Geral dos

Academia Nacional de Medicina

Lazaristas e, no ano de 1844, separado para o episcopado. Durante a “Revolução de Minas” (1842), levou seus alunos para o Triângulo Mineiro, hoje Campina Verde.

Antônio Ferreira Viçoso foi indicado por Dom Pedro II, no regime do padroado, para ser bispo de Mariana no dia 12 de janeiro de 1844, aos 57 anos.

Foi ordenado bispo no dia 5 de maio de 1844, no Mosteiro de São Bento, Rio de Janeiro. Governou, com inextinguível zelo pastoral, o bispado de Mariana por 29 anos: foi então pai extenuado dos pobres e órfãos, protetor dos escravos, abnegado missionário, reformador do clero e defensor dos direitos da Igreja.

Além de reformar o clero da sua diocese, foi um educador e um grande guerreiro na conscientização do povo mineiro contra a escravidão, as queimadas e a preservação das matas.

Criou, em Minas Gerais, o primeiro colégio feminino, em 1849.

No que se refere à escravidão, Dom Viçoso, à época ainda padre, escreveu um opúsculo, denominado “Condenação da Escravatura”, no qual trava um embate com outra obra contemporânea, denominada “Defesa da Escravidão”, de autoria do Pe. Leandro Rebelo Peixoto e Castro. Escrito em forma de diálogo, Dom Viçoso buscou provar que o pensamento dos filósofos, a legislação do Brasil e os ensinamentos da Igreja reprovavam totalmente o escandaloso tráfico de africanos e o uso da escravidão como mão de obra de forma geral. Acolheu no seminário diocesano e defendeu firmemente a vocação de um jovem negro, filho de uma escrava, Francisco de Paula Victor, que se tornaria o famoso vigário de Três Pontas, MG (beatificado em 14 de novembro 2015).

A diocese de Mariana, que abrangia território quase equivalente ao do atual estado de Minas Gerais, concentrou grande parte de seus trabalhos. Tinha por prática a visitação das numerosas paróquias, o que fez religiosamente durante os anos de seu episcopado. Partindo de Mariana, percorria, durante seis meses, anualmente, grande parte do torrão mineiro, levando a frente uma de suas maiores preocupações: a restauração da disciplina eclesiástica.

Dom Viçoso pertencia ao grupo dos bispos ultramontanos, ou reformadores, assim como Dom Romualdo de Seixas, da Bahia, Dom Antônio Joaquim de Melo, de São Paulo, Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará, e Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, de Pernambuco.

Antes da instauração da República, a Igreja do Brasil era subserviente ao Estado, que possuía poderes de demitir ou remover membros do clero. Dom Viçoso se colocava contra estas práticas, consideradas por ele abusivas. Ergueu-se Dom Viçoso em favor das leis da Igreja e, em ocasião da célebre “Questão Religiosa”, opôs-se firmemente contra a prisão de dois bispos, D. Antônio de Macedo Costa e Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Foi responsável por iniciar uma das maiores reformas Católicas em Minas Gerais, marcada pela tentativa de implantar uma reforma na Arquidiocese de Mariana, contando com o apoio de mais onze bispos espalhados pelas outras doze dioceses do Brasil, que também almejavam construir uma Igreja Católica forte institucionalmente, baseada nos preceitos tridentinos, livre de influências do Estado.

Reformou o Seminário de Mariana, fundado em 1750, aplicando as normas do Concílio de Trento para a formação do clero.

Academia Nacional de Medicina

D. Pedro II conferiu-lhe no dia 7 de março de 1868, o título de Conde de Conceição. Conselheiro imperial recebeu ainda a comenda da Imperial Ordem de Cristo e o grau de oficial da Imperial Ordem da Rosa.

Ao voltar de sua última viagem, Dom Viçoso solicitou o santo viático (comunhão eucarística dada àqueles que estão prestes a morrer), que lhe foi dado em comovente cerimônia, na presença do clero, autoridades, seminaristas e numerosos fiéis. Celebrou sua última missa no dia 16 de junho, festa do Sagrado Coração. Foi, então, levado para a quinta da Cartuxa, a 3 km de Mariana. Faleceu a 7 de julho de 1875, às 23h, cercado dos amigos mais íntimos. À meia-noite, soaram os sinos das Igrejas de Mariana para anunciar sua morte.

Quando faleceu, já era considerado santo pelo povo e seus restos mortais se encontram na Cripta da Catedral Basílica de Mariana.

Dom Silvério Gomes Pimenta, seu afilhado e principal biógrafo, abriu seu Processo de Canonização em 1875. A Cúria de Mariana recebe há mais de um século incontáveis comunicações iteradas de bênçãos, graças e favores atribuídos à mediação de Dom Viçoso. A maioria destas manifestações de agradecimento chega do território mineiro, mas muitas procedem de outras localidades, inclusive do exterior (Portugal, Canadá, etc.). Em 1985, realizou-se o processo ordinário diocesano para a causa de sua beatificação e canonização. Em 1986, foi-lhe atribuído o título de Servo de Deus.

Os Óculos Milagrosos

Logo após sua morte, em 1875, seus óculos foram motivo de várias peregrinações à cidade de Mariana, ficando conhecidos como “óculos milagrosos”. Os fiéis eram movidos pela crença de que, uma vez colocando os óculos de Dom

Os Óculos

e seus Personagens

Viçoso, seriam abençoadas com o milagre de recuperar a visão.

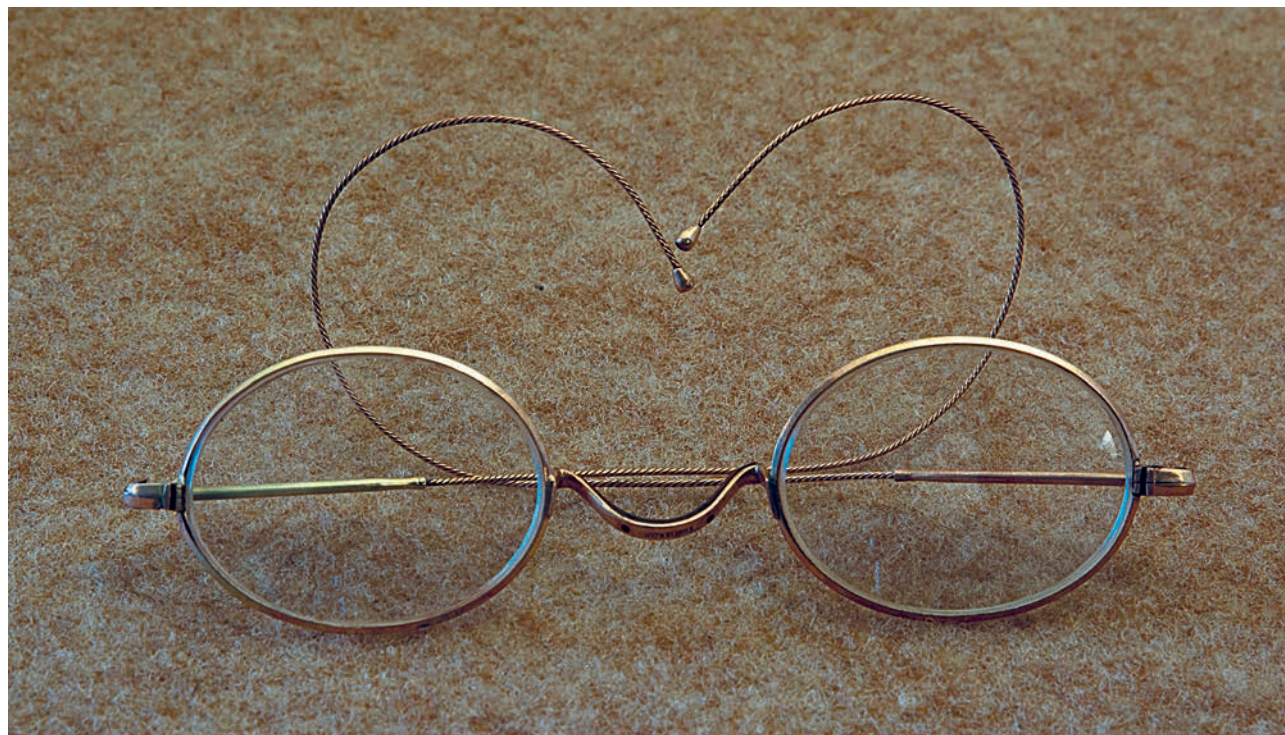
As inúmeras notícias sobre os “óculos milagrosos” foram divulgadas em todo o país durante o segundo Império, e o próprio imperador dom Pedro II ficou muito curioso sobre os casos de cura relatados.

Referências:

<http://www.arqmariana.com.br/beatificacao/veneravel-dom-vicoso/>
<http://www.santosdobrasil.org/?system=news&eid=309>
<http://www.santuariodocaraca.com.br/processo-de-beatificacao-de-dom-vicoso/>
<http://www.ufjf.br/rehb/files/2010/03/v9-n2-a7.pdf>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Ferreira_Vi%C3%A7oso
<https://www.comshalom.org/dom-vicoso-e-veneravel-ele-foi-bispo-de-mariana/>
http://www.correiodopapagaio.com.br/dom_vicoso/historico/histria-de-dom-vioso

Personalidade

José Félix Alves Pacheco



Oc-023. Pertenceu a José Félix Alves Pacheco.

Material: Ouro e vidro

Procedência: Doação do Dr. Raymundo de Brito.

Descrição: Armação em ouro. Lentes brancas, ovais.

Os Óculos

e seus Personagens

José Félix Alves Pacheco



Academia Nacional de Medicina

José Félix Alves Pacheco nasceu em Teresina, Piauí, a 2 de agosto de 1879 e faleceu no Rio de Janeiro a 6 de dezembro de 1935. Foi um jornalista, político, poeta e tradutor brasileiro.

Filho do magistrado Gabriel Luís Ferreira e de D. Maria Benedita Cândida da Conceição Pacheco.

O pai Gabriel Luís Ferreira e o tio João Luís Ferreira governaram o Estado do Piauí.

Fez os estudos primários no Colégio Karnec, na sua cidade natal. Em 1890, seu tio e protetor, o senador Teodoro Alves Pacheco (cujo nome adotou em reconhecimento ao tratamento que sempre lhe dispensou), o trouxe para o Rio.

Aos doze anos matriculou-se no Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde fez humanidades, e depois cursou a Faculdade de Direito. Em 1897, ingressou no jornalismo, como repórter d'O Debate.

Ingressa no jornalismo, tornando-se um dos coproprietários do importante Jornal do Commercio (em circulação até 2016). Considerado por muitos que conheciam sua “imparcialidade de espírito” e o seu “entusiasmo discreto” um dos maiores jornalistas de seu tempo.

Foi casado com Dora Vianna Rodrigues, com quem teve duas filhas: Ignez (Ignezita) e Martha.

Foi o fundador e primeiro diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal, hoje Instituto Félix Pacheco, sendo o introdutor no Brasil do sistema datiloscópico. A partir de 1901, o Gabinete Antropométrico do Distrito Federal (RJ), passou a ser dirigida por José Félix Alves Pacheco,

que ali permaneceu até o ano de 1906. O Decreto 4.764, de 05 de fevereiro de 1903, Governo do então Presidente Rodrigues Alves, por insistência de Félix Pacheco, dá novo regulamento à Secretaria de Polícia do Distrito Federal, e introduz no Brasil a identificação datiloscópica.

Em 1909, elegeu-se Deputado Federal por seu estado natal (Piauí), obtendo, nos anos seguintes, sucessivas reeleições. Permaneceu na Câmara dos Deputados até 1921, ano em que assumiu uma cadeira no Senado Federal. Durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926), ocupou a pasta das Relações Exteriores. Em 1927, reassumiu sua cadeira no Senado. Ainda em 1927, em renhido pleito, volta a disputar o mandato de senador da República, concorrendo contra o velho cacique Firmino Pires Ferreira. Embora tenha se declarado vitorioso, a Justiça da época, em plena República Velha, reconhece a vitória de seu opositor. Insatisfeito com essa decisão pouco convincente, abandona a política, vindo a falecer oito anos depois.

Félix Pacheco distinguiu-se também nas letras, como poeta ligado à segunda geração dos poetas simbolistas brasileiros. Com Saturnino de Meireles, Gonçalves Jácome, Maurício Jubim e Castro Meneses, muito trabalhou pelo movimento, colaborando ativamente na revista Rosa-Cruz, de Saturnino de Meireles. Os primeiros versos que publicou saíram com o título de Chicotadas e o subtítulo de “poesias revolucionárias”. Proclamava neles guerra à Espanha e convidava os povos latinos a baterem-se contra os Estados Unidos. Ao enumerar, porém, mais tarde, a sua produção poética, Félix Pacheco nunca mais fez referência a essas composições da mocidade. Por isso pode-se considerar “Via Crucis”, de 1900, a sua verdadeira estreia poética.

Traduziu a obra de Baudelaire, e comentou e estudou o poeta francês do ponto de vista biobibliográfico, crítico e literário. Essa atividade literária foi coroada

com o discurso que o tradutor pronunciou em 24 de novembro de 1932, intitulado “Baudelaire e os milagres do poder da imaginação”, publicado no ano seguinte, quando também publicou os volumes “O mar através de Baudelaire e Valéry”, “Paul Valéry e o monumento a Baudelaire em Paris” e “Baudelaire e os gatos”. Além destas, foi autor das obras: O Publicista da Regência; Via Crucis, Mors Amor; Poesias; Inesita; Eu, só eu; Perdão da Taba Verde; Lírios Brancos; Estos e Pausas; Em Louvor de Paulo Barreto; Aliança de Prata; No Limiar do Outono; Descendo a Encosta e outros. A obra do poeta já é de domínio público.

Segundo ocupante da Cadeira 16 da Academia Brasileira de Letras, foi eleito em 11 de maio de 1912, na sucessão de Araripe Júnior, e recebido pelo acadêmico Sousa Bandeira em 14 de agosto de 1913.

Félix Pacheco era doutor de “rite” pelo College of Journalism, Political, Sciences & Languages, de West Virgínia, e possuía e as seguintes condecorações: Oficial da Ordem Militar São Tiago da Espada (Portugal); Grande Oficial da Ordem de Leopoldo II (Bélgica); Grã Cruz da Ordem de Cristo (Portugal); Grão Cordão da Ordem de Simon Bolívar (Venezuela); Grã Cruz da Real Ordem de Isabel, a Católica (Espanha); Grande Oficial da Ordem Nacional do Condor do Andes (Bolívia); Grã Cruz da Ordem de Dannenbrog (Dinamarca); Grã Cruz da Ordem da Coroa da Itália; Grande Cruz da Ordem do Sol (Peru); Condecoração de 1ª Classe Al Merito (Chile); Grã Cruz da Ordem Nacional do Mérito (Equador); Cruz de Benemerência do Vaticano; Sócio honorário da Associação Comercial, da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, da Federação das Sociedades do Remo; Membro do Conselho da Fundação Osvaldo Cruz e sócio benemérito e efetivo do Jockey Club; Membro benemérito e recebeu a Cruz de Honra da Sociedade de Amigos do Brasil (Dinamarca); Sócio do Instituto Histórico, e, desde 1910, Sócio Correspondente

do Instituto Arqueológico de Pernambuco, do Instituto Histórico do Piauí, Sócio Honorário do Instituto Histórico da Bahia e de associações congêneres em outros Estados; Foi Presidente do Tiro Brasileiro de Imprensa e sócio da Sociedade de Geografia; Exerceu na Academia Brasileira de Letras os cargos de Bibliotecário, 2º Secretário e Secretário Geral.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 6 de dezembro de 1935.

Referências:

http://www.antonioiranda.com.br/Iberoamerica/brasil/felix_pacheco.html
<http://www.academia.org.br/academicos/felix-pacheco/biografia>
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/felix_pacheco
https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A9lix_Pacheco

Personalidade

José Lins do Rego Cavalcanti



Oc-002. Pertenceu a José Lins do Rego Cavalcanti

Material: Tartaruga

Procedência: Doação de Elysio Condé.

Descrição: Armação preta. Lentes Rayban, forma piramidal cuja base maior está para cima.

Os Óculos
e seus Personagens

José Lins do Rego Cavalcanti



Academia Nacional de Medicina

José Lins do Rego Cavalcanti nasceu em 3 de junho de 1901, em São Miguel de Taipu, nas proximidades do município de Pilar, na Paraíba, e faleceu no Rio de Janeiro, a 12 de setembro de 1957. Foi um escritor brasileiro que figura como um dos romancistas regionalistas mais prestigiosos da literatura nacional, ao lado de Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Rachel de Queiroz e Jorge Amado. Segundo Otto Maria Carpeaux (importante crítico de arte) José Lins do Rego era “o último contador de histórias.”

Filho de João do Rego Cavalcanti e de Amélia Lins Cavalcanti, tradicional família de produtores de açúcar, passou a infância no engenho Corredor, propriedade do avô materno, após a morte prematura de sua mãe. Fez os estudos básicos em João Pessoa (PB) e Recife (PE). Desde a juventude, seus interesses literários já se manifestavam. É de 1916 seu primeiro contato com O Ateneu, de Raul Pompéia. Em 1918, aos 17 anos, José Lins travou conhecimento com Machado de Assis, através do Dom Casmurro, fato esse que o influenciaria a fundar, em 1922, o semanário Dom Casmurro.

Em 1919 ingressou na Faculdade de Direito do Recife. No ano seguinte, passou a escrever uma coluna literária para o jornal “Diário do Estado da Paraíba”. Durante o curso, ampliou seus contatos com o meio literário pernambucano. Sua amizade com Gilberto Freyre, na volta de uma temporada de estudos universitários nos Estados Unidos em 1923, marcou novas influências sobre o entendimento do autor acerca da formação social brasileira. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1923. Possuía amizade, nesse período de sua vida, com grandes personagens da Literatura brasileira, como Luiz Delgado e Aníbal Fernandes.

Em 1926 decidiu deixar para trás o trabalho como promotor público no interior de Minas Gerais e transferiu-se para Maceió, Alagoas, como Fiscal de

Bancos. Lá conheceu a elite de intelectuais da época, que incluía nomes como Graciliano Ramos (o autor de *Vidas Secas*), Rachel de Queiroz (a jovem cearense, que já publicara o romance *O Quinze*), o poeta Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda (o mestre do dicionário), que se tornariam seus amigos para sempre. Seu primeiro livro, *Menino de Engenho* (1932), foi publicado lá. A obra se revelou de importância fundamental na história do moderno romance brasileiro - o livro recebeu o Prêmio da Fundação Graça Aranha. Tendo em vista o sucesso logrado pela obra, José Lins do Rego logo tornou-se um escritor de prestígio, estimado pelo público, publicando pelo menos um romance por ano no período entre 1934 e 1939. Convivendo neste ambiente tão criativo, escreveu os romances *Doidinho* (1933) e *Bangue* (1934). Daí em diante a obra de Zélin, como era chamado, não conheceu interrupções: publicou romances, um volume de memórias, livros de viagem, de conferências e de crônicas.

Em 1935, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, entre os anos de 1942 e 1954, foi secretário geral da Confederação Brasileira de Desportos. Apaixonado por futebol, José Lins do Rego escreveu inúmeras crônicas sobre seu esporte predileto. Revelou-se, então, por essa época, a faceta esportiva de sua personalidade, sofrendo e vivendo as paixões desencadeadas pelo futebol e pela torcida pelo Clube de Regatas Flamengo. Seu único livro para o público infanto-juvenil "*Histórias da Velha Totônia*", foi lançado em 1936.

Foi o quarto ocupante da Cadeira 25, da Academia Brasileira de Letras, eleito em 15 de setembro de 1955, sendo recebido pelo Acadêmico Austregésilo de Athayde em 15 de dezembro de 1956. Em seu polêmico discurso de posse, referiu-se ao seu antecessor, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ataulfo de Paiva, como alguém que "chegou à Academia sem nunca ter gostado de um poema". A partir desta nota de sarcasmo, seus discursos da academia passaram a ser previamente censurados.

Academia Nacional de Medicina

As raízes fixadas junto à tradição rural e nordestina, além da tradição açucareira, alimentaram grande parte da sua produção literária. O autor fez parte da segunda geração do modernismo brasileiro e figura também como um dos mais importantes romancistas do regionalismo. Sua obra se caracteriza pela denúncia sócio-política, pela sensibilidade e autenticidade ao abordar fatos do cotidiano. Há, também, foco nos costumes e na oralidade, principalmente do povo nordestino. O conjunto de sua obra representa o declínio do Nordeste canavieiro. Romancista da decadência dos senhores de engenho, sua obra baseia-se em memórias e reminiscências. Seus romances levantam todo um sistema econômico de origem patriarcal, com o trabalho semiescravo, ao lado do cangaço e o misticismo.

Algumas de suas obras são: Menino de Engenho, Doidinho, Banguê, O Moleque Ricardo, Usina, Pureza, Pedra Bonita, Riacho Doce, Água Mãe, Fogo Morto e Eurídice. Seus livros foram adaptados para o teatro, cinema e televisão e traduzidos na Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, etc.

Faleceu a 12 de setembro de 1957, aos 56 anos, no Rio de Janeiro.

Referências:

<http://www.academia.org.br/academicos/jose-lins-do-rego/biografia>
<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/erratas/2011/09/13/uol-educacao-local-de-nascimento-de-jose-lins-do-rego.htm>
http://www.pactoaudiovisual.com.br/mestres_final/joselinsdorego/vida_e_obra.htm
https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Lins_do_Rego
<https://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/babel-obra-de-jose-lins-do-rego-vai-para-o-catalogo-da-global/file:///E:/LIVRO%20-%20C3%93CULOS/TEXTOS/PERSONALIDADES/JOS%C3%89%20LINS%20DO%20REGO/163747-050-AFDB661D-768x537.webp>

Personalidades

Manuel Cícero Peregrino da Silva



Oc-028. Pertenceu a Manuel Cícero Peregrino da Silva.

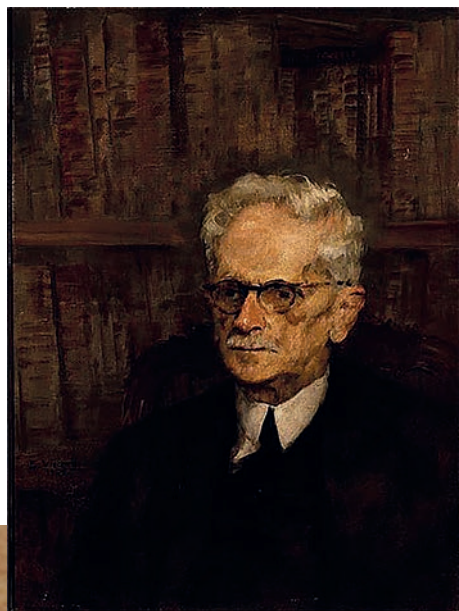
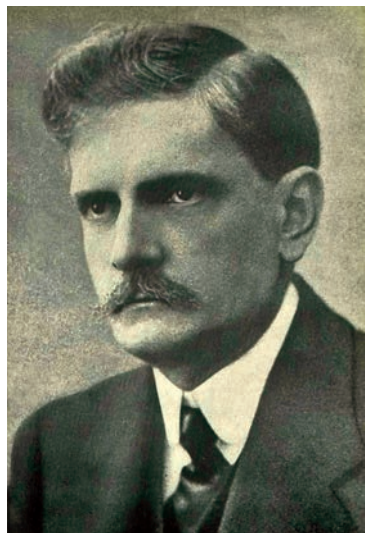
Material: Prata e vidro

Procedência: Doação da Sr. Salvador Pinto da Silva

Descrição: Armação em prata. Lentes bifocais, sextavadas.

Academia Nacional de Medicina

Manuel Cícero Peregrino da Silva



Manuel Cícero Peregrino da Silva nasceu no Recife (PE) em 7 de setembro de 1866 e faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1956; foi bibliotecário, escritor, advogado, biógrafo, professor e político brasileiro.

De uma tradicional família pernambucana, era filho do professor Cícero Peregrino da Silva e de Maria Sousa Leão Peregrino da Silva. Fez o curso secundário no Ginásio Pernambucano e o superior na Faculdade de Direito de Recife (1885). Dez anos depois, nessa mesma Faculdade, recebeu o título de Doutor em Direito.

Na Faculdade de Direito do Recife, esteve à frente da biblioteca por dez anos, onde conduziu sua reforma. Essa faculdade, desde os seus primeiros anos de existência, funcionava não apenas como um centro de formação de bacharéis, mas, principalmente, como escola de Filosofia, Ciências e Letras. Foi em seu seio que nasceu o movimento intelectual conhecido como Escola do Recife, nos anos de 1860 e 1880, cujo líder era o sergipano Tobias Barreto de Meneses.

Foi professor substituto em 1914 e catedrático de Direito Romano, desde 1915, da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

Foi Diretor-geral da Biblioteca Nacional de 1900 a 1924. Cícero Peregrino passou à História como o diretor que viabilizou a construção do atual prédio da Biblioteca. Essa era uma necessidade premente da instituição, alardeada sempre pelos jornais da época, que apontavam a precariedade do antigo prédio do Passeio, onde parte do acervo encontrava-se espalhado pelo chão, entre outros problemas. Fazia-se necessário um prédio pensado especialmente para a acomodação do acervo. Mais que isso, que traduzisse a carga simbólica que a instituição representava para a cultura, as letras da capital federal e a própria

Academia Nacional de Medicina

identificação que a Biblioteca provia para a nação e o Estado brasileiro, além de um espaço de sociabilidade para os que a frequentavam.

Instalou na instituição em 1902 uma oficina de encadernação e uma tipografia, com a qual a Biblioteca passou a imprimir suas obras. Instituiu a criação de um Catálogo Coletivo das bibliotecas da cidade, a catalogação cooperativa e incentivou a introdução da Classificação Decimal Universal (CDU), padrão até hoje em todas as bibliotecas do mundo. Em 1904 aprovou o projeto do ex-Libris e do emblema da Casa, criados pelo artista Eliseu Visconti.

Manuel Cícero acreditava que sua missão pública não deveria estar restrita apenas à construção de um novo prédio; deveria concretizar-se também em reformas administrativas. Em 1911 aprovou-se o novo Regulamento da Biblioteca, criando um Conselho Consultivo que discutia os problemas da Casa, apresentava sugestões e planejava eventos culturais.

Percebendo a carência de formação do quadro de funcionários, criou em 1912, dentro da própria Biblioteca Nacional, um curso de Biblioteconomia (hoje Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO). O curso foi o primeiro do gênero na América Latina e o terceiro a ser criado no mundo. O curso seguia o modelo da École de Chartres, (França). Tinha as seguintes matérias básicas: Bibliografia (que abrangia História do Livro, Administração de Bibliotecas e Catalogação); Paleografia e Diplomática; Iconografia e Numismática. O ensino era teórico e prático. A parte prática era feita na própria Biblioteca, utilizando os seus serviços, considerados padrão. Manuel Cícero Peregrino acumulou outras funções ao longo de seu tempo na Biblioteca Nacional e ocupou outras posições importantes após sair dela.

Em 1918, quando Rodrigues Alves foi eleito presidente da República, especulava-se que seria escolhido prefeito do Distrito Federal o engenheiro Paulo de Frontin. Entretanto, o presidente eleito não teve chance de tomar posse, por problemas de saúde. Quem passou a ocupar o cargo interinamente foi o vice-presidente Delfim Moreira (15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919), que nomeou Cícero Peregrino prefeito do Distrito Federal. Empossado em 16 de novembro de 1918, exerceria o cargo até 22 de janeiro de 1922. Sua administração não teve um programa de grandes proporções. Como prefeito interino, limitou-se a dar continuidade às obras da administração anterior. Exerceu rígido controle sobre as despesas municipais, somente empregando recursos nos gastos imprescindíveis.

Foi ainda reitor da Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ) entre os anos de 1926 e 1930.

Em 1937 foi indicado pelo presidente Getúlio Vargas como um dos representantes do Brasil no I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, em Lisboa.

Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre 1938 e 1939 e foi um dos fundadores do Instituto Histórico de Petrópolis, criado em 1938 com apoio do IHGB.

Deixou as seguintes publicações principais: *A Justiça Penal entre os Romanos* (1895), *Da admissibilidade da prescrição em matéria pena* (1896), *Catálogo Geral da Biblioteca de Direito do Recife* (1896), *O patriarca dos jornalistas brasileiros* (1923), *Pernambuco e a Confederação do Equador* (1924), *Apontamentos sobre as primeiras relações diplomáticas entre a República do Peru e o Império do Brasil* (1925).

Academia Nacional de Medicina

Segundo Bittencourt Silva (1967), “Entre Manuel Cícero e a Biblioteca houve afinidade: ele tem especial compreensão a respeito dela, tem intuição daquilo em que ela podia se tornar ampliando-se. A Biblioteca então é ele, é ele que se projeta na renovação do serviço público”. Na sua trajetória profissional, Manuel Cícero foi um grande administrador público, promovendo ações de relevante interesse coletivo identificadas com a preservação da memória cultural do país.

Peregrino da Silva faleceu no Rio de Janeiro em 3 de outubro de 1956.

Referências:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREGRINO,%20C%C3%ADcero.pdf>
<http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/manuelCicero.html>
http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212798942_ARQUIVO_TrabalhoAnpuhRuralIdentities.pdf
<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MCPSilva.html>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Peregrino_da_Silva

Personalidade

Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon



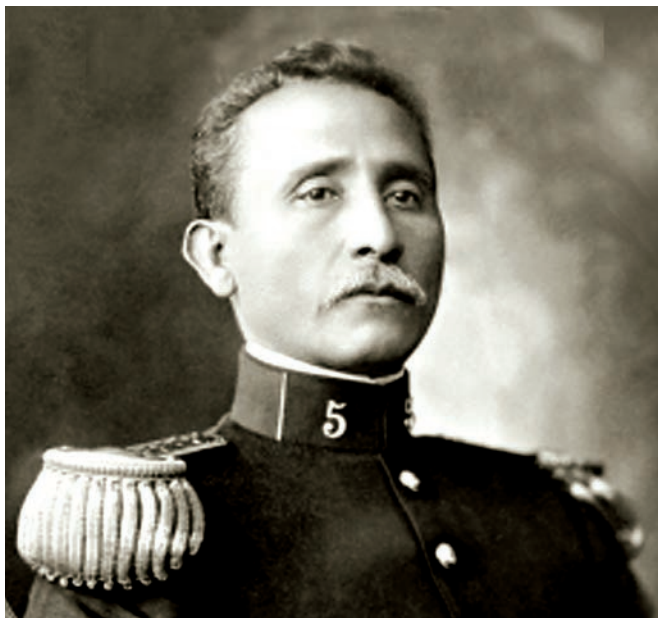
Oc-008. Pertenceu ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, também conhecido como Marechal Rondon.

Material: Tartaruga e vidro

Procedência: Doação da Sra. Maria Rondon.

Descrição: Armação em tartaruga. Lentes brancas, ovais, côncavas.

Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon



Cândido Mariano da Silva (Rondon) nasceu a 5 de maio de 1865 em Mimoso, um distrito localizado no município de Santo Antônio de Leverger, no Mato Grosso e faleceu no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), em 19 de janeiro de 1958. Rondon foi um engenheiro militar e sertanista brasileiro, famoso por sua exploração do Mato Grosso e da Bacia Amazônica Ocidental, e por seu apoio às populações indígenas brasileiras. Foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio SPI (órgão extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI em 1967) e estimulou a criação do Parque Nacional do Xingu. O estado brasileiro de Rondônia recebeu esse nome em sua homenagem.

Rondon era filho de Cândido Mariano (falecido antes mesmo de conhecer seu filho) e Claudina Lucas Evangelista, neta de índios Bororós. Levado pelo tio, Capitão da Guarda Nacional e de quem incorporou o sobrenome Rondon, foi para Cuiabá em 1873. Ingressou no Liceu Cuiabano em 1879, onde se formou professor em 1881.

Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1881, onde obteve diploma de bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais na Escola Superior de Guerra em 1890.

Casou-se em 1892 com Francisca Xavier, com quem teve dois filhos.

Participou de importantes movimentos políticos, como o abolicionismo e o republicanismo. Sua atuação na área de Comunicações iniciou-se no ano de 1900, quando foi nomeado chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso e comandou a construção das Linhas Telegráficas de Cuiabá, que ligaria Mato Grosso e Goiás. A construção de linhas telegráficas envolveu o desbravamento de novas terras e caminhos, a realização de mapeamentos e o estabelecimento de relações com os índios nativos. Marechal Rondon destacou-se por manter contato

Academia Nacional de Medicina

com muitas tribos, entre elas os Bororo, Nnambiquara, Urupá, Jarú, Karipuna, Ariqueme, Boca-negra, Pacaás novo, Macuporé, Guaraya e Macurapé. Foi presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, responsável por criar parques indígenas e inspecionar as fronteiras do país. Foi também o idealizador do Parque Nacional do Xingu, a primeira terra indígena homologada pelo governo federal.

Em 1906 entregou a linha telegráfica entre Cuiabá e Corumbá, alcançando as fronteiras de Paraguai e Bolívia. A construção da linha que ligaria Cuiabá a Santo Antonio do Madeira destacou-se como sua obra mais importante, iniciada em 1907. Seus trabalhos desenvolveram-se de 1907 a 1915, contemporâneos à construção da ferrovia Madeira-Mamoré. A Ferrovia, junto com a telegráfica de Rondon, ajudou a ocupar a região do atual estado de Rondônia, que recebeu este nome em homenagem ao marechal em 17 de fevereiro de 1956, então Território Federal do Guaporé. Além de ter seu nome alterado para Território Federal de Rondônia, foi, em 1981, elevado a estado.

Foram desbravados mais de 50 mil quilômetros de sertão e florestas em todo o território nacional, além de instalados mais de 4,5 mil quilômetros de linhas telegráficas no período em que Marechal Rondon comandou estas missões. Durante esse trabalho, foram realizados levantamentos cartográficos, topográficos, zoológicos, botânicos, etnográficos e linguísticos das regiões por onde passaram as comitivas. Foram registrados novos rios e corrigidos os traçados de alguns outros no mapa brasileiro. Em 1912, Rondon foi promovido ao posto de coronel, como recompensa de lograr a pacificação dos índios das tribos Caingangue e Nnambiquara.

A medalha de ouro “por trinta anos de bons serviços” prestados ao Exército e ao Brasil foi conquistada em 1913. Rondon, em companhia de Theodore

Roosevelt, ex-presidente norte-americano, e das comitivas brasileira e americana, durante a Expedição Roosevelt-Rondon (1913-1914), enfrentou todos os tipos de adversidades – fome, sede, calor escaldante, frio, doenças tropicais, animais selvagens, nuvens de mosquitos, formigas gigantes, insetos e animais peçonhentos, emboscadas de índios, naufrágios de canoas, mortes por afogamentos e até por assassinato – para explorar o enigmático rio da Dúvida, um rio que se sabia onde nascia, mas se desconhecia o seu curso e onde desaguava. E, ao final de tanto sacrifício, colocou no mapa do Brasil um importante rio, com cerca de 1.500 km de extensão, batizado de rio Roosevelt. Nesse mesmo ano, Rondon foi atingido por uma flecha envenenada dos índios Nhambiquaras; todavia, ordenou a seus comandados que não reagissem. Nos estados pelos quais passou, as áreas exploradas eram habitadas predominantemente por índios das mais variadas etnias, algumas delas ainda hostis. A política do sertanista de não revidar, nem usar violência, culminou na frase “morrer se preciso for, matar nunca”.

Aplaudido pelo Congresso das Raças (Londres, 1913), como exemplo a ser imitado “para honra da civilização universal”. Foi agraciado com o Prêmio Livingstone em 1914, pela Sociedade Geográfica de Nova York, que determinou também a inclusão de seu nome em uma placa de ouro, ao lado de outros grandes exploradores.

A conclusão da estação telegráfica de Santo Antonio do Madeira se deu em 1º de janeiro de 1915, concluindo a missão iniciada em 1907. Foi diretor de engenharia do Exército de 1919 a 1924 e inspecionou toda a fronteira brasileira desde a Guiana até a Argentina entre 1927 e 1930.

Como verdadeiro predecessor das atuais missões de paz da ONU em regiões conflagradas, entre 1934 e 1938, ainda sob a Liga das Nações, Rondon, presi-

Academia Nacional de Medicina

dindo a Comissão Mista, com a assinatura do Pacto de Amizade e Cooperação, restabeleceu a paz entre Peru e Colômbia, que estavam em estado de beligerância pela posse da cidade de Letícia.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lhe concedeu o título de civilizador dos sertões no ano de 1939.

Inaugurou, em 1953, o Museu Nacional do Índio.

Em 5 de maio de 1955, data de seu aniversário de 90 anos, recebeu o título de Marechal do Exército Brasileiro concedido pelo Congresso Nacional.

Em 1957 foi indicado ao prêmio Nobel da Paz.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de janeiro de 1958 aos 92 anos.

Na data de seu aniversário (5 de maio), é comemorado o Dia das Comunicações no Brasil.

O Projeto Rondon – uma homenagem ao lendário marechal – é uma iniciativa que estimula a participação de estudantes universitários no processo de desenvolvimento sustentável e fortalecimento da cidadania em municípios isolados e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Realizado pelo Ministério da Defesa, em parceria com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, o projeto foi criado em 1967 e funcionou até 1989. Foi retomado a partir de 2005 e beneficia os municípios selecionados com o envio de docentes e alunos de diferentes áreas do conhecimento, que ministram palestras sobre ecologia, meio ambiente, cidadania, educação, saúde, entre outros.

Os Óculos

e seus Personagens

Referências:

<http://www.sohistoria.com.br/biografias/rondon/>

<http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/institucionais/35168-candido-rondon-expandiu-comunicacoes-no-brasil-conheca-a-biografia-do-marechal>

<http://educacao.uol.com.br/biografias/candido-mariano-da-silva-rondon.htm>

<http://www.infoescola.com/biografias/candido-rondon/>

http://www.e-biografias.net/marechal_rondon/



Marechal Rondon

Personalidade

**José Joaquim de Campos da Costa de
Medeiros e Albuquerque**



Oc-030. Pertenceu a José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.

Material: Metal e vidro

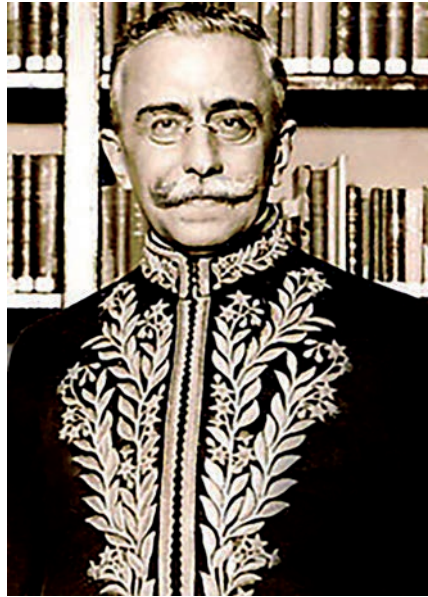
Procedência: Doação do Prof. Laurindo de Medeiros.

Descrição: Ponte em metal. Lentes brancas, ovais.

Os Óculos

e seus Personagens

José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque



Academia Nacional de Medicina

Medeiros e Albuquerque (José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque), nasceu em Recife, PE, a 4 de setembro de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, a 9 de junho de 1934.

Foi jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista.

Era filho de Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque. Seu pai foi Deputado Geral pelo Maranhão de 1872 a 1875.

Depois de aprender as primeiras letras com sua mãe, cursou o Colégio Pedro II, NO Rio de Janeiro. Em 1880, acompanhou o pai em viagem a Portugal. Em Lisboa, foi matriculado na Escola Acadêmica, e ali permaneceu até 1884. De volta ao Rio de Janeiro, fez um curso de História Natural com Emílio Goeldi e foi aluno particular de Sílvio Romero.

Trabalhou inicialmente como professor primário adjunto, entrando em contato com os escritores e poetas da época, como Paula Ney e Pardal Mallet.

Em 1888 iniciou a atividade jornalística colaborando no jornal “Novidades”, junto a Alcindo Guanabara, e, no ano seguinte, estreou na literatura com os livros de poesia “Pecados” e “Canções da decadência”, em que revelou conhecimento da estética simbolista, como testemunha a sua “Proclamação decadente”.

Embora tivesse entusiasmo pela ideia abolicionista, não tomou parte na propaganda. Fazia parte do grupo republicano. Nas vésperas da proclamação da República, foi a São Paulo em missão junto a Glicério e Campos Sales. Após a proclamação da República, foi nomeado secretário, e depois diretor da Secretaria do Ministério do Interior pelo então ministro Aristides Lobo.

Em 1890 foi nomeado professor da Escola de Belas Artes, vogal e presidente do Conservatório Dramático (1890-1892) e professor das escolas de 2o. grau (1890-1897). É o autor da letra do Hino à Proclamação da República.

Em 1892 assumiu o cargo de vice-diretor do Ginásio Nacional, nomeado por Benjamin Constant, então ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Iniciou sua vida política em 1894, quando foi eleito Deputado Federal pelo estado de Pernambuco. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio desse ano, atuou na defesa e votação da lei dos direitos autorais. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Foi Membro Fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL). Em 1896 e 1897, compareceu às sessões preliminares de instalação da Academia. É o fundador e primeiro ocupante da cadeira n. 22, que tem como patrono José Bonifácio, o Moço. Na ABL, respondeu pela secretaria geral de 1899 a 1917, foi autor da primeira reforma ortográfica ali promovida em 1902, integrou a comissão do dicionário da casa e foi redator da revista da instituição.

Em 1897 foi nomeado diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Contudo, por estar na oposição ao presidente Prudente de Moraes (1894-1898), foi perseguido e forçado a pedir asilo à embaixada do Chile. Demitido do cargo, recorreu à Justiça e conseguiu retornar ao emprego. Nele permaneceria até 1906, quando se aposentou.

Em 1901 voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados ao ser eleito Deputado Federal na vaga aberta pela renúncia de Herculano Bandeira, que se tornou Senador. Exerceu o mandato até dezembro de 1902, quando se encer-

Academia Nacional de Medicina

rou a legislatura. No pleito do ano seguinte não foi eleito, mas em 1904 foi escolhido para assumir a vaga de Deputado Federal aberta com o falecimento de Ermídio Coutinho. Foi novamente eleito Deputado Federal por Pernambuco para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911. Nesta última fez forte oposição ao governo de Hermes da Fonseca (1910-1914).

Ao fim do mandato, em dezembro de 1911, deixou a Câmara, e de 1912 e 1916 viveu em Paris.

De volta ao Brasil, defendeu a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Nas eleições de 1930, ficou ao lado de Washington Luís e fez oposição à Aliança Liberal. Vitoriosa a Revolução de outubro, que levou Getúlio Vargas ao poder, refugiou-se na embaixada do Peru.

De 1930 a 1934, dedicou-se às atividades de colaborador do diário da Gazeta de São Paulo e de outros jornais do Rio de Janeiro e às suas atividades na ABL, onde fazia parte da Comissão do Dicionário e era redator da Revista.

No campo jornalístico, colaborou com diversos periódicos, como Fígaro, O Tempo, A Notícia, A República, O País, Revista da Semana, Gazeta de Notícias, A Ilustração, A Noite e Gazeta de São Paulo.

Empenhou-se também nos debates acerca da simplificação da ortografia. Era um grande defensor da ideia da simplificação, e seu último artigo na Gazeta de São Paulo, publicado no dia de sua morte, versou sobre esse assunto.

Na imprensa, escreveu também sob os pseudônimos Armando Quevedo, Atásius Noll, J. dos Santos, Max, Rifiúfio Singapura.

Foi Tenente-Coronel da Guarda Nacional, além de contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 9 de junho de 1934.

Referências:

http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Jose_J._de_C._da_C._Medeiros_e_Albuquerque.html

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBUQUERQUE,%20Jos%C3%A9%20Joaquim%20de%20Medeiros%20e.pdf>

<http://www.casadobruzo.com.br/poesia/m/medeirosbio.htm>

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ABLJJCMA.html>

<http://www.academia.org.br/academicos/medeiros-e-albuquerque/biografia>

Personalidade

Francisco Negrão de Lima



Oc-114. Pertenceu a Francisco Negrão de Lima.

Material: Tartaruga e vidro

Procedência: Dado pela família, através de Aloísio Novis.

Descrição: Armação quadrangular, de tartaruga; lentes bifocais, sendo que a interior é redonda; haste esquerda, com inscrição: Di Paolo; haste direita: Franco 52.

Os Óculos

e seus Personagens

Francisco Negrão de Lima



Academia Nacional de Medicina

Francisco Negrão de Lima nasceu em Nepomuceno, então município de Lavras (MG), na região da Mata Mineira, no dia 24 de agosto de 1901, e faleceu no Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1981. Foi um político brasileiro, tendo sido governador do estado da Guanabara de 1965 até 1971.

Filho de João Nepomuceno Lucas de Lima, comerciante e coletor estadual de impostos, e de Maria das Dores Negrão de Lima. Seu irmão, Otacílio Negrão de Lima, foi ministro do Trabalho em 1946 e deputado federal por Minas Gerais de 1955 a 1959.

Em 1911, quando seu pai foi nomeado coletor estadual de impostos e sua família se transferiu para Belo Horizonte, Negrão de Lima se matriculou no Ginásio Mineiro. Em 1920, ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte (atual Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais), onde foi colega de Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Abgar Renault e Mário Casassanta.

Formou-se em 1924, após ter começado a trabalhar nesse mesmo ano como repórter do Diário de Minas, cujo diretor era Pedro Aleixo. Trabalhava no mesmo jornal Sandoval Azevedo, que em 1925, no governo de Fernando de Melo Viana, foi nomeado secretário de Justiça de Minas Gerais e o chamou para ser seu oficial-de-gabinete. Ficou nesse cargo até 1926, quando foi nomeado redator dos debates da Câmara Estadual de Deputados (atual Assembleia Legislativa), função que exerceria concomitantemente com a profissão de advogado, até 1930.

Em 1930 apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidente da República. Apesar de derrotado nas urnas, Vargas chegou ao poder em novembro daquele ano, à frente de um movimento revolucionário que afastou Washington Luís da presidência. Em março de 1933, Negrão de Lima elegeu-se Deputado

Federal constituinte por Minas Gerais na legenda do Partido Progressista (PP), agremiação alinhada aos governos federal e estadual, esse último dirigido por Olegário Maciel. Em outubro do ano seguinte renovou seu mandato de deputado para a legislatura ordinária iniciada em maio de 1935.

Negrão de Lima foi um apagado Deputado Federal antes de desempenhar papel importante na articulação do golpe que a 10 de novembro de 1937 impôs ao país o regime do Estado Novo.

No decorrer do ano de 1937, em comum acordo com oficiais da alta cúpula das Forças Armadas, principalmente os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, Getúlio Vargas passou a articular um golpe de Estado que lhe permitisse permanecer no poder. Nesse contexto, o governador mineiro Benedito Valadares, que apoiava os planos de Vargas, enviou Negrão de Lima aos estados do Norte e Nordeste do país com o objetivo de sondar a opinião dos governadores daquela região sobre a solução golpista. A “missão Negrão de Lima”, como ficaria conhecida, teve o cuidado de excluir de seus contatos os governadores da Bahia e Pernambuco, respectivamente Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, que sabidamente se opunham à permanência de Vargas no poder além do período previsto constitucionalmente. Todos os demais governadores, porém, manifestaram-se favoráveis ao golpe, posição transmitida por Negrão de Lima ao governador Benedito Valadares quando de volta a Minas Gerais.

Em novembro de 1937 o golpe finalmente se consumou, instaurando-se a ditadura do Estado Novo. Negrão de Lima, que perdera seu mandato de deputado em virtude do fechamento de todos os órgãos legislativos do país, foi nomeado chefe de gabinete do ministro da Justiça, Francisco Campos, e assumiu interinamente a pasta em algumas ocasiões.

Academia Nacional de Medicina

Em 1941, foi designado para dirigir a embaixada brasileira na Venezuela. No ano seguinte, foi transferido para o Paraguai, onde permaneceria até 1946. Durante o ano de 1945, com a redemocratização do país, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), agremiação que aglutinava setores oligárquicos ligados ao Estado Novo, sob a liderança dos antigos interventores federais nos estados. No ano seguinte foi nomeado embaixador da Bélgica pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra. Foi removido para o Ministério das Relações Exteriores em 1947, voltando a ocupar o Ministério da Justiça em 1951, no segundo governo Vargas.

Com a chegada de Juscelino Kubitschek, seu amigo, à presidência da República em 1956, Negrão de Lima foi nomeado prefeito do Distrito Federal. Em sua administração introduziu modernos métodos de planejamento urbano, tendo como objetivo cooperar com a nascente indústria automobilística nacional. Enfrentou de início uma onda de protestos contra o aumento das passagens de bonde, que logo foi reprimida pelas forças do Exército.

Em julho de 1958 passou o cargo para Freire Alvim e assumiu o Ministério da Relações Exteriores, atuando como chanceler da Operação Pan-Americana (OPA).

A oportunidade política do lançamento da operação ficou configurada com a viagem do vice-Presidente norte-americano Richard Nixon ao Peru e à Venezuela, em maio de 1958, quando ocorreram manifestações populares anti-americanas. Na mesma época, estavam em curso delicadas e difíceis negociações do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para a obtenção de empréstimos.

Em agosto de 1958, o secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, fez uma viagem ao Brasil. Nas conversações que manteve com Juscelino, ficou pa-

tente que, embora o governo norte-americano desejasse reformular suas relações com a América Latina, seu interesse prioritário era o de reprimir o comunismo. Foster Dulles, além disso, por sua hostilidade ao monopólio estatal do petróleo, era contrário à concessão de financiamentos do Banco de Exportação e Importação (Eximbank) norte-americano à Petrobras. Com grande relutância, o enviado do governo dos EUA modificou a minuta de declaração conjunta de que viera munido e assinou, conjuntamente com Negrão de Lima, uma nota em que se estabelecia a necessidade de um entendimento entre todos os chefes de governo do continente para a realização de uma reunião de seus chanceleres em Washington, com a finalidade de trabalhar pelos objetivos da OPA.

Após a vitória da Revolução Cubana e a ascensão de Fidel Castro ao poder, a política norte-americana para o continente seria finalmente modificada numa direção semelhante à preconizada por Juscelino, com a criação, pelo Presidente John Kennedy, da Aliança para o Progresso. As relações entre Brasil e Estados Unidos tornaram-se difíceis em abril-maio de 1959 devido a divergências em torno da OPA e do conflito que opôs o governo de Kubitschek ao FMI.

Negrão de Lima deixou a pasta das Relações Exteriores em 10 de agosto de 1959, sendo substituído por Horácio Lafer. Nomeado pelo Presidente da República embaixador do Brasil em Portugal, assumiu o posto em dezembro do mesmo ano. Deixou o cargo em fins de 1963, a fim de chefiar o comitê nacional da candidatura de Kubitschek à presidência nas eleições que deveriam se realizar em outubro de 1965.

Neste último ano, foi eleito governador da Guanabara pela coligação formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Democrático (PSD). Sua eleição, bem como a de Israel Pinheiro Filho para o governo mineiro, representou uma séria derrota para o regime, identificado com outras can-

Academia Nacional de Medicina

didaturas. Como resposta, os militares editaram o Ato Institucional nº 2 (AI-2) que, entre outros pontos, dissolvia os partidos políticos até então existentes e estabelecia a eleição indireta para a presidência da República. Seu governo à frente do estado da Guanabara, transcorrido sob intensa radicalização política, terminou em março de 1971. Após a conclusão de seu mandato passou a atuar na iniciativa privada, tendo sido membro do conselho consultivo do Banco Safra e Presidente da Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro.

Francisco Negrão de Lima casou-se com Ema Negrão de Lima, com quem teve uma filha.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 26 de outubro de 1981.

Referências:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Negrao_de_Lima



Personalidade

Olegário Mariano Carneiro da Cunha



Oc-033. Pertenceu a Olegário Mariano Carneiro da Cunha.

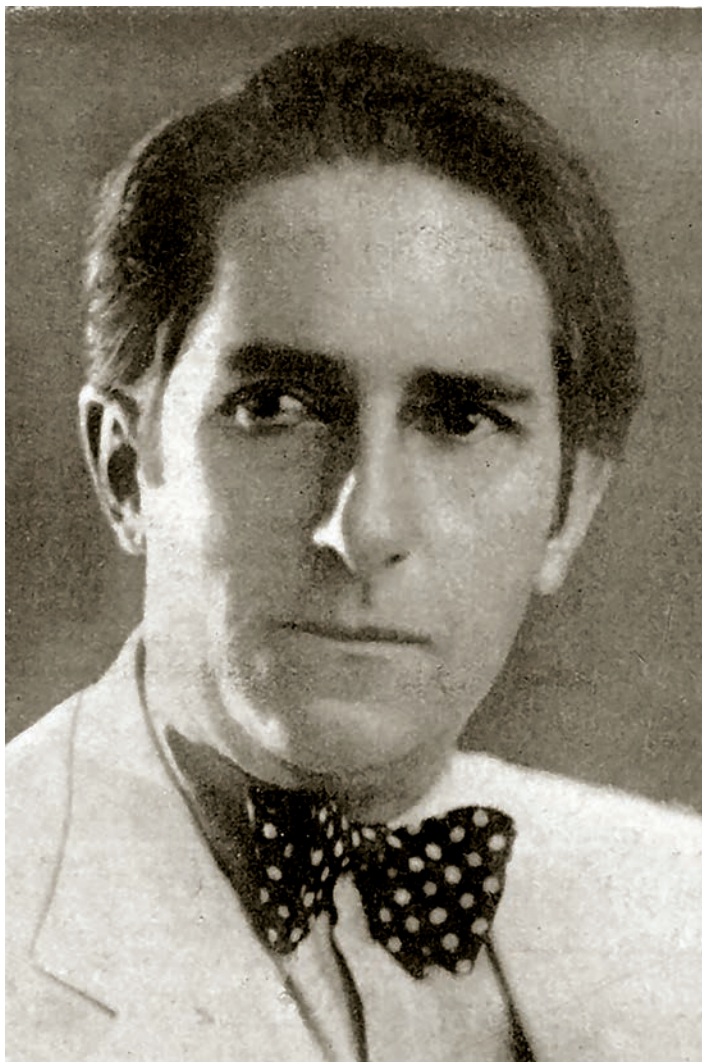
Material: Tartaruga e vidro

Procedência: Doação do Dr. Alfredo Medeiros.

Descrição: Armação em tartaruga. Lentes brancas quadrangulares.

Academia Nacional de Medicina

Olegário Mariano Carneiro da Cunha



Olegário Mariano Carneiro da Cunha nasceu em Recife, a 24 de março de 1889 e faleceu no Rio de Janeiro, a 28 de novembro de 1958. Foi um poeta, político e diplomata brasileiro. Era primo do poeta Manuel Bandeira.

Olegário Mariano era filho de José Mariano Carneiro da Cunha e de sua esposa, Olegária da Costa Gama, ambos heróis pernambucanos da Abolição e da República. O pai foi ainda deputado geral no Império (1881 e 1885) e constituinte em 1891.

Olegário Mariano cursou o primário e o secundário no Colégio Pestalozzi, na sua cidade natal, mudando-se em 1897 para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde completou o secundário no Colégio Pio-Americano. Cedo começou suas atividades literárias; frequentou a roda literária de Olavo Bilac, Guimarães Passos, Emílio de Meneses, Coelho Neto, Martins Fontes e outros. Estreou na vida literária aos 22 anos com o volume *Angelus*, em 1911.

Sua poesia falava de neblinas, de cismas e de sofrimentos, perfeitamente identificada com os preceitos do Simbolismo, já em declínio. Foi também teatrólogo, escrevendo aos 13 anos seus primeiros versos. Matriculado na Faculdade de Direito, não chegou a cursá-la, começando a trabalhar no cartório de seu pai, onde entrou em contato com grande número de personalidades ligadas à literatura e à política. Tornou-se em seguida colaborador das revistas *Fon-Fon*, *Careta* e *Para Todos*. Em concurso promovido pela revista *Fon-Fon*, em 1938, Olegário Mariano foi eleito, pelos intelectuais de todo o Brasil, Príncipe dos Poetas Brasileiros, em substituição a Alberto de Oliveira, detentor do título depois da morte de Olavo Bilac, o primeiro a obtê-lo.

Em 1911 casou-se com Maria Clara Sabóia de Albuquerque, passando em seguida quase um ano na Europa.

Academia Nacional de Medicina

Foi o terceiro ocupante da Cadeira 21 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 23 de dezembro de 1926, na sucessão de Mário de Alencar e recebido pelo Acadêmico Gustavo Barroso em 20 de abril de 1927.

Após a Revolução de 1930, recebeu do presidente Getúlio Vargas um cartório de registro de imóveis, no Rio de Janeiro. Por essa época tornou-se membro do Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931 para congregar as correntes tenentistas dispostas a manter e aprofundar as reformas instituídas pela Revolução de 1930. Ingressando na política, filiou-se ao Partido Autonomista do Distrito Federal, elegendo-se em maio de 1933 deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Empossado em novembro desse ano, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve o mandato estendido até maio de 1935. Reeleito deputado pelo Distrito Federal em outubro de 1934, cumpriu o mandato até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos.

Conheceu também Machado de Assis a quem dedicou grande admiração. Um amigo do pai, o Barão do Rio Branco, queria que Olegário Mariano seguisse a carreira diplomática, mas a ideia não contou com a aprovação paterna. Foi muito influenciado por Gonçalves Dias, como se percebe em seus trabalhos de inspiração patriótica, como “Meu Brasil”.

Em 1940 participou da Missão Melo Franco à Bolívia como secretário de embaixada e, em 1945, atuou como delegado da Academia Brasileira de Letras à Conferência Interacadêmica de Lisboa para o Acordo Ortográfico, representando ainda o governo na Convenção Ortográfica de Lisboa.

Em 1953 foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas para assumir o cargo de embaixador do Brasil em Portugal. Exerceu a função de dezembro de 1953 a

janeiro de 1955, tendo participado, em julho de 1954, da delegação encarregada de negociar a renovação dos acordos que regiam o intercâmbio comercial entre Brasil e Portugal.

De volta ao Rio de Janeiro, foi ainda inspetor federal do ensino secundário e censor teatral. Cognominado o “João da avenida”, teve participação também como letrista na música popular brasileira, destacando-se as composições que fez com Joubert de Carvalho, que lhe musicou os poemas “Tutu Marambá” e “Cai, cai, balão”, com Gastão Lamounier, seu parceiro nas valsas “Arrependimento” e “Suave Recordação”, e no tango “Reminiscência”. Conhecido como “o poeta das cigarras”, por causa de um dos seus temas prediletos, foi considerado o último poeta romântico brasileiro. Infelizmente, sua contribuição à história da música popular brasileira não é muito estudada.

Publicou Sonetos (1912), Evangelho da sombra e do silêncio (1913), Água corrente (1917), Últimas cigarras (1920), Castelos na areia (1922), Cidade maravilhosa (1923), Bataclan (crônicas em versos, 1927), Canto na minha terra (1930), Destino (1931), Coletânea de tradutores (1932), O amor na poesia brasileira (1933), Vida, caixa de brinquedos (crônicas em versos, 1933), O enamorado da vida (1937), Da cadeira nº 21 (conferências e crônicas, 1935), Quando vem baixando o crepúsculo (1944), A vida que já vivi (1945), Cantigas de encurtar caminho (1948), Tangará conta histórias (1953), Toda uma vida de poesia (1957), Poemas de amor e de saudade, Teatro e Poesias escolhidas.

Era grande amigo e parceiro de Alvaro Moreyra e de Manuel Bandeira.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 28 de novembro de 1958.

Academia Nacional de Medicina

Referências:

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=195&Itemid=194

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olegario-mariano-carneiro-da-cunha>

<http://www.academia.org.br/academicos/olegario-mariano/biografia>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Oleg%C3%A1rio_Mariano

<https://www.letras.com.br/biografia/olegario-mariano>



Olegário Mariano

Personalidade

Rui Barbosa de Oliveira



Oc-086. Pertenceu a Rui Barbosa de Oliveira.

Material: Metal e vidro

Procedência: Doação da Fundação Casa de Rui Barbosa, através de Deolindo Couto.

Descrição: Pince-nez com ponte de metal, lentes brancas, ovais.

Academia Nacional de Medicina

Rui Barbosa de Oliveira



Rui Barbosa de Oliveira (grafado originalmente como Ruy – de acordo com a Fundação Casa de Rui Barbosa, deve-se usar Rui atualmente) nasceu em Salvador, a 5 de novembro de 1849 e faleceu em Petrópolis, a 1 de março de 1923.

Foi um polímata brasileiro, tendo se destacado principalmente como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador.

Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, tendo presidido a instituição entre os anos de 1908 e 1919.

O pai, João Barbosa de Oliveira, dedicou-se a discutir problemas da educação e da cultura no país. Foi ele a principal influência na formação de Rui Barbosa, que incluía a leitura dos clássicos literários e um grande respeito à documentação em suas pesquisas.

Depois dos estudos preparatórios em Salvador, fez o curso de direito em Recife e, conforme tradição da época, transferiu-se, em 1868, para a Faculdade de Direito de São Paulo, atual USP (Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – SanFran). Lá foi proposto sócio, juntamente com Castro Alves, do Ateneu Paulistano, então sob a presidência de Joaquim Nabuco. Antes do fim de seu segundo ano do curso, já era reconhecido por seu talento literário e se firmava como jornalista.

Em 1868 abrigou em sua casa, por alguns dias, Castro Alves, seu antigo colega no Ginásio Baiano, em razão do rompimento dele com Eugênia Câmara, que fora amante e a grande paixão do poeta.

Em 1868, com a queda do gabinete liberal do primeiro ministro Zacarias de

Academia Nacional de Medicina

Góis, Ruy Barbosa homenageou, em um banquete, o abolicionista liberal e então deputado José Bonifácio, o Moço (vulgarmente cognominado o Segundo ou o Moço, para diferenciar-se do seu tio e homônimo, patriarca da nossa Independência), seu professor de Direito em São Paulo.

Em 1869, proferiu um discurso em praça pública, homenageando os soldados que haviam retornado da Guerra do Paraguai. Em seu discurso, conclamou o Exército para que também se engajasse na causa abolicionista. No mesmo ano, realizaria uma conferência chamada “O Elemento Servil”, onde defendeu a ilegalidade da escravatura, com embasamento jurídico na Lei Feijó, de 1831, que extinguiu o tráfico de escravos. Rui Barbosa, anteriormente, já havia publicado no “Radical Paulistano”, periódico que fundou juntamente com Luís Gama (Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil), o seu primeiro manifesto abolicionista.

Após formar-se em 1870, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou a carreira na tribuna e na imprensa, abraçando como causas a abolição da escravatura e, junto a Joaquim Nabuco, a defesa do sistema federativo.

Proclamada a República, em 1889, Rui Barbosa foi escolhido para Ministro da Fazenda do Governo Provisório, e respondeu, durante algum tempo, pela pasta da Justiça. Sua discutida gestão foi marcada pela Crise do Encilhamento, que foi uma bolha econômica (bolha de crédito) que ocorreu no Brasil, entre o final da Monarquia e início da República, e estourou durante a República da Espada (1889-1894 - governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca 1889-1892 e Marechal Floriano Peixoto 1892-1894), desencadeando então uma crise financeira e institucional. Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, sob a justificativa de estimular a industrialização no país, adotou uma política baseada em créditos livres aos investimentos industriais garantidos pelo aumento da emissão de papel-moeda, sendo Rui Barbosa considerado o principal responsável por esta crise.

Ainda como ministro do Marechal Deodoro, envolveu-se em grande polêmica ao mandar destruir parte importante da documentação histórica relacionada ao tráfico de escravos.

Na realidade, esses documentos eram livros de matrícula, de controle aduaneiro e de recolhimento de tributos, que se encontravam nas repartições do ministério da Fazenda. Na prática, eram “comprovantes de natureza fiscal que pudessem ser utilizados pelos ex-senhores de escravos para pleitear indenizações junto ao governo da República”. Havia um grupo de escravocratas, que se auto-identificava como o grupo dos “indenezistas”, e que pretendia receber do governo republicano uma indenização pela perda dos escravos, e das respectivas rendas, hipotecas e garantias, cuja causa fora a abolição dessa instituição hedionda e execrável.

Não se pode acusar Rui Barbosa de alguma conivência com esse grupo. Quando Ministro da Fazenda, Rui Barbosa negou pedido de indenização, em passagem memorável de sua biografia. Conta-se que um grupo de escravocratas “indenezistas” teria requerido subvenção do governo para um banco encarregado de indenizar ex proprietários de escravos e seus herdeiros “dos prejuízos causados pela lei de 13 de maio de 1888”. A resposta de Rui Barbosa foi seca, direta e feliz: “mais justo seria e melhor se consultaria o sentimento nacional se se pudesse descobrir meio de indenizar os ex-escravos não onerando o tesouro”; a resposta é de 11 de novembro de 1890, e valeu a Rui Barbosa um diploma emblemático oferecido pela Confederação Abolicionista, que ainda funcionava.

Eleito senador pela Bahia à Assembleia Constituinte, seus conselhos prevaleceram nas reformas principais e a sua cultura modelou as linhas fundamentais da Carta de 24 de fevereiro de 1891. Discordando do golpe que levou Floriano Peixoto ao governo, requereu habeas-corpus em favor dos cidadãos presos

Academia Nacional de Medicina

pelo governo ditatorial do presidente em exercício e, como redator-chefe do Jornal do Brasil, abriu campanha contra a situação florianista. Obrigado a viver no exílio, mudou-se para Buenos Aires, depois para Lisboa, onde alguns incidentes levaram-no a escolher Londres. Escreveu, então, as famosas “Cartas da Inglaterra para o Jornal do Comércio”.

Restaurada a ordem no Brasil, em 1895 Rui Barbosa regressou do exílio, tomando assento no Senado, no qual se conservaria até a morte, sucessivamente reeleito. Em 1905, a Bahia levantou sua candidatura à presidência da República, porém abriu mão da mesma para decidir a favor de Afonso Pena.

Quando, em 1907, o Czar da Rússia convocou a 2ª. Conferência da Paz, em Haia, o Barão do Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores, escolheu primeiramente Joaquim Nabuco para chefiar a delegação brasileira, mas a imprensa e a opinião pública lançaram o nome de Rui Barbosa. Joaquim Nabuco recusou o lugar e dispôs-se a ajudar o trabalho de Rui Barbosa, com informações de toda a espécie, investido de uma categoria diplomática não desfrutada até então por nenhum país da América Latina. Seu papel em Haia foi de grande importância, tendo seu nome colocado entre os “Sete Sábios de Haia”.

De volta ao Brasil, interveio no início da sucessão presidencial. Apresentada a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, a ela se opôs, lançando-se em sua Campanha Civilista, de grande repercussão em todo o país. Em 21 de julho de 1910, contestou perante o Senado contra a eleição do Marechal.

Em 1913, fundou o Partido Liberal, sendo mais uma vez indicado para a presidência da República, candidatura de que desistiu. No ano seguinte, combateu o estado de sítio, numa série de discursos no Senado. Durante a I Guerra Mundial, tomou o partido dos aliados e produziu discursos lapidários de exe-

cração à tirania e ao imperialismo. Em 1918, o Brasil comemorou o jubileu cívico de Rui Barbosa e quase o mundo inteiro associou-se a essa consagração. Convidado pelo Presidente Rodrigues Alves para representar o Brasil na Conferência da Paz de Versalhes, recusou a embaixada, expondo em famosa carta, dirigida ao chefe da Nação, as razões da incompatibilidade.

Em 1919, foi novamente levantada sua candidatura à presidência da República, e ele percorreu vários Estados, em campanha contra a decadência dos nossos costumes políticos, porém, a vitória de sua campanha foi anulada pela intervenção militar. Por divergências daí resultantes, recusou a representação do Brasil na Liga das Nações em 1920. Em 1921, foi eleito juiz da Corte Internacional de Justiça, como o mais votado, recebendo as mais significativas homenagens do Brasil e de todo o mundo. Em 1922, proferiu o último discurso no Senado, concedendo o estado de sítio ao governo para dominar o movimento revolucionário. A notícia de seu falecimento, em 10 de março de 1923, foi comentada no mundo inteiro. O Times, de Londres, dedicou-lhe um espaço nunca antes concedido a qualquer estrangeiro.

Na produção imensa de Rui Barbosa, as obras puramente literárias não ocupam a primazia. Ele próprio questionou se teria sido um escritor por ocasião do seu jubileu cívico, a que alguns quiseram chamar “literário”. Dentro das comemorações do seu jubileu jurídico, como paraninfo dos bacharelados de São Paulo, escreveu e proferiu a “Oração aos moços”. Num discurso em resposta a Constâncio Alves, destacou de sua obra as páginas que poderiam ser consideradas literárias: o elogio de Castro Alves; a oração do centenário de O Marquês de Pombal; o ensaio sobre Swift; a crítica do livro de Balfour, incluída nas Cartas de Inglaterra; o discurso do Liceu de Artes e Ofícios sobre o desenho aplicado à arte industrial; o discurso do Colégio Anchieta; o discurso do Instituto dos Advogados; o Parecer e a Réplica acerca do Código Civil; as

Academia Nacional de Medicina

traduções de poemas de Leopardi e das Lições de coisas de Calkins e alguns artigos esparsos de jornais.

Filiado a grande número de agremiações culturais e científicas internacionais; professor honorário de universidades de Portugal, Argentina, França e outros países. Sua biblioteca particular é hoje acervo principal da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Faleceu em Petrópolis (RJ) em 10 de março de 1923.

Referências:

<http://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ruy_Barbosa

https://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%ABlica_do_Brasil

<https://www.conjur.com.br/2015-set-13/embargos-culturais-rui-barbosa-polemica-queima-arquivos-escravidao>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%ABlica_da_Espada

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Encilhamento>



Personalidade

Solfieri Cavalcanti de Albuquerque



Oc-039. Pertenceu a Solfieri Cavalcanti de Albuquerque.

Material: Metal e vidro

Procedência: Doação do Dr. Armando Cavalcanti.

Descrição: Armação em metal prateado. Ponto de apoio com bordadura à sua volta e as iniciais AS. Lente branca, redonda.

Academia Nacional de Medicina

Solfieri Cavalcanti de Albuquerque



Solfieri de Albuquerque nasceu em Recife, PE a 4 de abril de 1887.

Filho de Alcebiades Cavalcanti de Albuquerque e D. Armanda Carneiro da Cunha Cavalcanti de Albuquerque. Doutor em Ciências Jurídicas, por tese, foi Professor da Cadeira de “Teoria do Processo Criminal e Comercial”, da então Faculdade Superior de Jurisprudência e Comércio do Distrito Federal, e Juiz Pretor da 4ª Pretoria Civil do Rio de Janeiro, sendo Serventuário vitalício da Justiça.

Foi poeta e jornalista, atuante nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Publicou vários livros de poesia, prosa e política. Destaca-se o livro de Poesias “Veneno” publicado em 1936.

Combateu veementemente o poder discricionário da época sendo, em consequência, confinado a bordo do navio “Dom Pedro-I” e tendo seus bens usurpados.

A quantos o consultavam, declarava: “De agora em diante, acaba-se no Brasil a honra, a decência e a liberdade de cidadania”.

Apesar dos sofrimentos provenientes da política, sua vida foi alegre, participando da boemia carioca.

Referências:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=103549
https://books.google.com.br/books?id=cfyATI4P9JEC&pg=PA245&lpg=PA245&dq=Alcebiades+Cavalcanti+de+Albuquerque&source=bl&ots=gHyAWP6ui3&sig=7FCUkhSTdXzh_APO_UO5ETtcTio&hl=p-t-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjgt_f0lZTOAhVEhpAKHUSKDqAQ6AEIKTAC#v=onepage&q=Alcebiades%20Cavalcanti%20de%20Albuquerque&f=false
<http://www.conradoleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=1409141>

Acadêmico

Augusto de Souza Brandão Filho



Oc-014. Pertenceu a Augusto de Souza Brandão Filho.

Material: Metal e vidro

Procedência: Doação da Sra. Nina Brandão Filho.

Descrição: Armação em metal. Lentes brancas bifocais, sextavadas.

Augusto de Souza Brandão Filho



Academia Nacional de Medicina

Augusto Brandão Filho nasceu na cidade de Cantagalo (RJ), a 19 de maio de 1881 e faleceu no Rio de Janeiro a 19 de setembro de 1957.

Era filho de Augusto de Souza Brandão, médico ilustre e Leocádia Freire de Faria Salgado Brandão. Era neto do segundo barão de Cantagalo (também Augusto de Souza Brandão), agraciado barão em 24 de fevereiro de 1883, e casado com Francisca Cândida Laper. Foi médico, fazendeiro e político brasileiro. Era proprietário da Fazenda Santana e filiado ao Partido Liberal.

Augusto Brandão Filho graduou-se em Farmácia (1900) e em Medicina (1903), pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ), apresentando a tese intitulada “Hérnia perineal posterior”.

Ocupou a direção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, interinamente, a Reitoria da Universidade do Brasil. Foi Professor da Clínica Cirúrgica da Faculdade Nacional de Medicina, cirurgião do Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro, dirigindo, nesse hospital, a 17^a e a 23^a enfermarias.

Entre as décadas de 1920 e 1940 projetou a 23^a Enfermaria ao patamar de excelência dos maiores serviços de cirurgia do mundo, tendo sido visitada por cirurgiões de vários países. A anestesia brasileira se iniciou nesta enfermaria e de lá foi difundida por todo o país pelo Dr. Mario d’Almeida, considerado o pioneiro da Anestesiologia brasileira.

Era considerado um dos maiores operadores do mundo, tendo sido Assistente Interino de Clínica Cirúrgica da Faculdade Nacional de Medicina; Docente Livre em 1914 e Assistente Efetivo em 1919. Assumiu a Cátedra como Professor Substituto em 1920, passando a Efetivo em 1925, por efeito da reforma do ensino médico. Foi Catedrático por cerca de 30 anos, e durante meio século serviu à Medicina.

No dia 7 de setembro de 1927, os fundadores do Colégio Brasileiro de Cirurgias elegeram a primeira diretoria da história da entidade, composta por 12 integrantes, cujo presidente era Augusto Brandão Filho. Logo que assumiu, convocou uma Sessão Extraordinária na sede da Cruz Vermelha para aprovação do primeiro Regimento Interno da entidade. A diretoria decidiu que as Sessões Ordinárias seriam realizadas bimensalmente no auditório da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, com temas exclusivamente científicos e abertas à classe médica e aos estudantes de Medicina. A primeira Sessão Ordinária foi realizada no dia 4 de novembro de 1929.

Candidatou-se à admissão como Membro Titular da Secção de Cirurgia da Academia Nacional de Medicina, sendo eleito a 1ª de junho de 1922 para a cadeira no. 78. A cerimônia de posse ocorreu no dia 08 de junho de 1923. É o Patrono da cadeira no. 27. Passou a Emérito em 5 de setembro de 1957.

Conhecido como “príncipe dos cirurgiões brasileiros”, homens públicos ilustres foram por ele operados, tais como Washington Luiz, Oswaldo Aranha, João Neves de Fontoura, Juracy Magalhães e muitos outros. Seu ensino sempre foi objetivo e o mais demonstrativo possível, evitando as divagações da erudição doutrinária.

Augusto Brandão Filho pode também ser considerado o precursor da neurocirurgia brasileira, pois foi o primeiro cirurgião geral a ir além da cirurgia craniana do trauma, tentando a cirurgia dos tumores cerebrais e da neuralgia do trigêmeo e iniciando em nosso meio os exames neurorradiológicos (ventriculografia e angiografia cerebral).

Na realização destes exames contou com a colaboração de dois grandes vultos da medicina. Na ventriculografia foi ajudado por Manoel de Abreu (1894-1962),

Academia Nacional de Medicina

futuro inventor, em 1936, da fotografia da imagem fluoroscópica, conhecida como abreugrafia. Na angiografia cerebral foi auxiliado pelo próprio inventor do método, Egas Moniz, que em 1928, encontrava-se em visita ao Brasil.

Faleceu em sua residência, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) a 19 de setembro de 1957, não resistindo aos sofrimentos impostos pela doença cardíaca que o acometera.

Referências:

[http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=215&descricao=Augusto+Brand%C3%A3o+Filho+\(Cadeira+-No.+27\)](http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=215&descricao=Augusto+Brand%C3%A3o+Filho+(Cadeira+-No.+27))

http://boletim.med.br/boletim/artigos_ver.php?id=71

<http://cbc.org.br/o-cbc/a-historia/galeria-dos-ex-presidentes/augusto-brandao-filho/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Brand%C3%A3o_Filho

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2002000200030

Acadêmico

Antônio de Moraes Austregésilo Filho



Oc-044. Pertenceu a Antônio de Moraes Austregésilo Filho.

Material: Ouro e vidro

Procedência: Doação de Neves-Manta.

Descrição: Ponte em ouro. Lentes brancas, ovais.

Academia Nacional de Medicina

Antônio de Moraes Austregésilo Filho



Antonio de Moraes Austregésilo Filho nasceu em 1904, filho de Antonio Austregésilo Rodrigues Lima e de Herminia Moraes Austregésilo.

Graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1926, defendendo tese intitulada “Esclerose em Placas”. Foi laureado pela Congregação da Faculdade Nacional de Medicina, com o Prêmio Torres Homem. Assistente, e depois Docente Livre de Clínica Neurológica da Faculdade Nacional de Medicina. Organizou e realizou diversos Cursos Equiparados da especialidade, além de fazer parte da Banca Examinadora de diversos Concursos.

Representou o Brasil em Congressos Internacionais e foi Membro de várias Sociedades Científicas, nacionais e estrangeiras.

Em 1930, apresentou sua tese de Livre Docência à congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, intitulada “Alterações da Sensibilidade na Doença de Charcot” onde apontou seis casos clínicos - quatro dos quais já haviam sido publicados em 1929 - e foi um dos trabalhos pioneiros de esclerose lateral amiotrófica - ELA.

Inscriveu-se, em 13 de setembro de 1945, como candidato à vaga aberta na Secção de Medicina Especializada da Academia Nacional de Medicina, decorrente da transferência do Acadêmico Raphael Garcia Pardellas para a Secção de Medicina Geral. Para admissão, apresentou a memória intitulada “Neurodisplasia e Esclerose Tuberosa”. A eleição se processou em 18 de outubro de 1945 e a cerimônia de posse ocorreu em 8 de novembro de 1945, sob a presidência do Acadêmico Antônio Austregésilo Rodrigues Lima, que convidou os Acadêmicos Pedro José de Oliveira Pernambuco Filho, José Valente Collares Moreira e Sylvio Abreu Fialho para, em comissão, conduzir o novo

Academia Nacional de Medicina

Titular ao recinto. Fez a oração de saudação o Acadêmico Deolindo Augusto de Nunes Couto.

O Acadêmico Antônio de Moraes Austregésilo faleceu em 7 de agosto de 1954, no Rio de Janeiro.

Referências:

[http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=178&descricao=Antonio+de+Moraes+Austreg%C3%A9silo+-Filho+\(Cadeira+No.+55\)](http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=178&descricao=Antonio+de+Moraes+Austreg%C3%A9silo+-Filho+(Cadeira+No.+55))

Acadêmico

Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo



Oc-011. Pertenceu a Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo.

Material: Metal e vidro

Procedência: Doação do Dr. Sérgio Moncorvo

Descrição: Ponte em metal. Lentes brancas, ovais.

Academia Nacional de Medicina

Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo



Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1846, e faleceu em 25 de julho de 1901, na mesma cidade. É considerado o pai da Pediatria brasileira.

Foi o filho único do diplomata Dr. Carlos Honório de Figueiredo e D. Emília Dulce Moncorvo de Figueiredo que faleceu quando seu filho tinha cinco anos de idade. Cresceu na cidade do Rio de Janeiro, sob o regime monárquico de Dom Pedro II, acompanhando o processo político que levou à abolição do trabalho escravo e à Proclamação da República.

Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II em 1865. Doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a 9 de janeiro de 1872, defendendo a tese de doutoramento “Dispepsia e seu Tratamento Calórico em Geral”.

Logo após a formatura, viajou para a Europa, onde permaneceu por dois anos, vivendo basicamente na França, onde estagiou na Escola Prática da Faculdade de Medicina de Paris. Seus interesses pelas doenças infantis o levaram a dedicar-se quase exclusivamente a elas.

De volta ao Brasil, iniciou sua prolífera carreira de escritor. Apesar de ter tido apenas cerca de 30 anos de prática profissional (1872-1901), sua reputação de médico sério, estudioso, dedicado e inovador, atravessou os oceanos. Ao longo de sua vida profissional publicou mais de 80 títulos, muitos em francês, espanhol, inglês ou italiano.

Foi colaborador de 12 jornais e revistas médicas, 2 espanholas, 2 italianas, 1 argentina, 2 americanas, 1 alemã e várias brasileiras.

Seus livros, relatos de casos ou memórias médicas tratavam de temas variados. Eles iam desde a cólera, elefantíase, influenza, reumatismo, coqueluche, dila-

Academia Nacional de Medicina

tação de estômago, impaludismo, malária, até as diarreias. Além disso, foi colaborador de inúmeras revistas e jornais especializados no Brasil, como a “Revista Médica” e “O Progresso Médico”, e no exterior como a “Revue Générale de Clinique et de Thérapeutique Infantiles”, a “Revista de Enfermidades de los Niños” e o “Archivio Italiano di Pediatria”.

O coroamento de sua produção bibliográfica se fez quando recebeu o prêmio “The World”s Columbian Comission” pela publicação do livro “Children”s diseases and their remedies” (1893). Várias instituições do mundo conferiram a Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo medalhas, prêmios e títulos. Seu tema principal era, além da pediatria, a afirmação concreta acerca obrigatoriedade da prática clínica para o exercício da profissão nas ciências médicas.

Foi um dos fundadores, em 1882, da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, com a presença do Imperador Dom Pedro II. Deve-se a ele o primeiro curso de especialização de doenças das crianças feito no Rio de Janeiro, na Policlínica Geral, em 1882. O contexto histórico tendia para a especialização na Medicina, mas sofria resistências. Parte da elite médica, calcada em uma prática essencialmente generalista, resistia à diferenciação resultante da divisão do trabalho e à criação de áreas diferentes no interior do conhecimento. Depois de gerar grande controvérsia, seu curso foi finalmente reconhecido e regulamentado e passou a funcionar em sua própria casa na rua da Lapa 95, centro da cidade do Rio de Janeiro. Por essa razão, Fernandes Figueira, um de seus destacados discípulos, designou-o “Pai da Pediatria Brasileira”

No serviço de pediatria da Policlínica prestava atendimento ambulatorial ou domiciliar. Neste estabelecimento, criou gerações e gerações de pediatras, entre os quais se destacou seu descendente: o Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo Filho.

Preocupava-se com a questão do aleitamento materno, uma vez que este se fazia, em larga escala, por mulheres negras alforriadas ou escravas. No Regulamento para as amas de leite (1880) buscou padronizar comportamentos e posturas morais desta prática de saúde, pouco valorizada na época.

Membro correspondente e honorário de várias Sociedades Médicas estrangeiras. Professor Honorário da Faculdade de Medicina da Universidade de Santiago do Chile. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico e recebeu do Governo Imperial, em 1889, a comenda da Ordem de Cristo.

Na Academia Nacional de Medicina, tomou posse como Membro Correspondente a 4 de maio de 1874; em seguida, em 1874, como Membro Adjunto. Tornou-se Membro Titular por proposta do Visconde de Sabóia a 22 de abril de 1884.

É reconhecido pelo conjunto dos pediatras como o pai da Pediatria Brasileira. Por esta razão, a Sociedade Brasileira de Pediatria lhe conferiu a Cadeira no. 1 de sua Academia Brasileira de Pediatria.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1901, quando ia completar 55 anos de vida.

Referências:

http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=244&descricao=Carlos+Arthur+Moncorvo+de+Figueiredo

<https://www.sbp.com.br/institucional/academia-brasileira-da-pediatria/patronos-e-titulares/carlos-arthur-moncorvo-de-figueiredo/>

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/camdefigueiredo.html>

<http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/136>

Acadêmico

Décio Olinto de Oliveira



Oc-117. Pertenceu a Décio Olinto de Oliveira.

Material: Metal prateado, vidro e galalite

Procedência: Doação da viúva do Dr. Décio Olinto de Oliveira.

Descrição: Óculos retangular, de armação prateada, lentes bifocais, em uma de suas hastes possui a inscrição: "MARWIT".

Os Óculos

e seus Personagens

Décio Olinto de Oliveira



Academia Nacional de Medicina

Nasceu em Porto Alegre (RS) a 29 de dezembro de 1900 e faleceu em 25 de julho de 1985.

Filho de Olympio Olinto de Oliveira e Maria Emília Olinto de Oliveira. Seu pai fora conhecido por “oxigenar a assistência à infância no Brasil”, além de ter sido Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria em 1928, 1929 e 1932. Sua contribuição à medicina brasileira fez com que seu nome fosse inscrito, em 1953, no Livro de Mérito dos Grandes Vultos Nacionais. O irmão de Décio Olinto, Mário Olinto de Oliveira também foi pediatra e Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Décio Olinto de Oliveira ingressou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1918 e transferiu-se em 1919 para Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde diplomou-se em 1923. Depois de formado, inscreveu-se e frequentou o Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz, tendo cursado a 2ª parte (Parasitologia).

Em 1935 viajou para Europa, onde frequentou durante seis meses o “Westend Krankenhaus” de Berlim, dirigido pelo Professor Umber. Neste hospital, foi destacado para a 9º Abteilung, dedicado às doenças de nutrição. No mesmo ano (1935) frequentou o Serviço do Professor Marcel Labbé em Paris.

Em 1950 e 1953 viajou para Buenos Aires e Montevideu, onde acompanhou os Serviços dos professores Ruiz Moreno e Herrera Ramos, respectivamente.

Em 1959 esteve nos Estados Unidos, onde frequentou o “Cornell Medical Center” no “New York Hospital”.

Foi eleito para a Academia Nacional de Medicina em 25 de maio de 1961, sua posse ocorrendo em 20 de julho de 1969. Pertenceu, na instituição, à Secção de Medicina Geral, tendo ocupado a Cadeira de no. 8.

Em sua carreira hospitalar e atividades didáticas destacam-se: Estágio no Hospital São Francisco de Assis, como estudante e como médico; o desempenho do ensino na Cadeira de Terapêutica Clínica, como Auxiliar de Ensino e como Docente Livre dessa disciplina, e o exercício do cargo de Diretor do mesmo Hospital-Escola.

Fez parte de diversas instituições científicas e publicou trabalhos dos mais variados temas médicos.

Faleceu em 25 de julho de 1985.

Referências:

<https://www.sbp.com.br/institucional/academia-brasileira-da-pediatria/patronos-e-titulares/olympio-olintho-de-oliveira/>

[http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=273&descricao=D%C3%A9cio+Olintho+de+Oliveira+\(Cadeira+No.+08\)](http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=273&descricao=D%C3%A9cio+Olintho+de+Oliveira+(Cadeira+No.+08))

Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães



Oc-085. Pertenceu a Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães.

Material: Tartaruga e vidro

Procedência: Doação da Sra. Lúcia Magalhães, por intermédio de João Maurício.

Descrição: Armação preta. Lentes brancas, arredondadas.

Os Óculos

e seus Personagens

Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães



Academia Nacional de Medicina

Fernando Magalhães nasceu em 18 de fevereiro de 1878 em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, e faleceu em 10 de janeiro de 1944, na mesma cidade. Filho de Antônio Joaquim Ribeiro Magalhães, português e de Deolinda dos Santos Ribeiro de Magalhães, brasileira.

Fez o curso de Humanidades no Colégio Pedro II, bacharelando-se em Ciências e Letras (1893). Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, colando grau de Doutor em 1899, com apenas 21 anos de idade, defendendo tese de doutoramento intitulada “Indicações nos Vícios de Conformação de Bacia”. Desde o 5º ano médico já trazia definida a especialidade que exerceu com brilho invulgar e com exemplo dignificante - a Obstetrícia. Ficou conhecido por dar à obstetrícia no Brasil um novo rumo, reformando-a, renovando-a, elevando a especialidade à posição de destaque que merecia no cenário da medicina nacional e internacional.

Foi eleito Membro Titular da Academia Nacional de Medicina, em 1901, apresentando a memória intitulada “Expulsão espontânea de um tumor submucoso do útero” e exerceu os cargos de Presidente das Secções de Ginecologia e Cirurgia Especializada. Passou a Membro Emérito em 1943. É o Patrono da Cadeira 67, que ocupou.

Professor Catedrático de Clínica Obstétrica em 1922 e Diretor da Faculdade Nacional de Medicina em 1930, tornando-se Reitor da Universidade do Rio de Janeiro (1931-1934), estabelecimento a partir do qual se constituiu a Universidade do Brasil. Participou ativamente do movimento realizado na década de vinte, pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em prol da criação da Universidade.

Foi eleito em 22 de julho de 1926 para a cadeira no. 33 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Domício da Gama, sendo recebido em 8 de setembro

de 1926 pelo acadêmico Medeiros e Albuquerque. Exerceu a presidência da Academia Brasileira de Letras em 1929, 1931 e 1932.

Depois da Revolução de 1930, teve atuação destacada nas IV e V Conferências Nacionais de Educação, realizadas respectivamente em 1931 e 1932. Em maio de 1933, foi eleito Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro à Assembleia Nacional Constituinte. Teve como companheiros na Constituinte de 1934, tribunos do quilate de Antônio Carlos, Oswaldo Aranha, J. J. Seabra, João Neves, Arthur Bernardes, Altino Arantes, Levi Carneiro, Antônio Covelo, Francisco Morato, Prado Kelly, Miguel Couto e Clementino Fraga - verdadeira constelação de valores no que concerne à cultura e à tradição política. Segundo Octacílio de Souza Braga, era-lhe também vivaz a presença de espírito na eloquência parlamentar.

Exerceu a presidência da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Brasil. Era membro do Conselho Nacional de Ensino, da Sociedade de Medicina e Cirurgia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Liga de Defesa Nacional, da Academia de Ciências de Lisboa, da Sociétés Obstétrique de Paris e de inúmeras outras associações médicas, nacionais e estrangeiras.

Doutor honoris causa das Universidades de Coimbra e de Lisboa.

Deixou uma vasta obra médica, da qual se destacam os seis volumes de “Clínica Obstétrica”, “As Lições de Clínica Obstétrica”, “A Obstetrícia no Brasil”, “Síntese Obstétrica” “Obstetrícia Forense” e mais de 200 trabalhos esparsos sobre assuntos médicos.

Uma de suas conferências mais interessantes foi proferida no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, da USP, em 1918, tendo como tema “Vocação Médica”, referin-

Academia Nacional de Medicina

do que “o que determina o pauperismo profissional é a falta de unção vocativa que obriga o sacrifício, impõe o trabalho e exige a coragem. A indolência e a tibieza preferem abordear-se no tûmulo das grandes coletividades, abrigo dos perturbadores do bom costume e do pensamento puro. Se me ouvirdes, eu apontarei esse caminho como os da dissolução, onde o sacerdócio talvez seja lapidado por anacrônico, decrépito, ridículo ou visionário. No mister da nossa profissão sereis os semeadores da boa palavra e da boa doutrina, dareis vigor ao combalido, força ao inerte, saúde ao doente, alento ao fraco, ensino ao inculto, crença ao insensível, opinião ao inútil, liberdade ao indivíduo, consciência ao cidadão”.

Foi Diretor da Maternidade do Rio de Janeiro e o fundador da Pró-Matre, entidade beneficente que ele também dirigiu por muitos anos.

Possuía várias condecorações, como a Grã-Cruz da Ordem de São Tiago de Portugal, Grande Oficial da Ordem da Instrução de Portugal e da Coroa da Itália, Oficial da Legião de Honra da França e Oficial da Ordem Al Merito do Chile.

Seu nome foi concedido inicialmente à Maternidade Suburbana (concebida pelo Dr. Herculano Pinheiro) localizada no bairro de Cascadura. No ano de 1958, passou a denominar a Maternidade instalada no bairro de São Cristóvão, criada no ano de 1955.

Foi casado com Olga de Andrade Magalhães, com quem teve quatro filhos.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 10 de janeiro de 1944, pouco antes de completar 66 anos de idade.

Os Óculos

e seus Personagens

Referências:

[http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=317&descricao=Fernando+Augusto+Ribeiro+de+Magalh%C3%A3es+\(Cadeira+No.+67\)](http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=317&descricao=Fernando+Augusto+Ribeiro+de+Magalh%C3%A3es+(Cadeira+No.+67))
<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FARMagalhaes.html>
<http://www.academia.org.br/academicos/fernando-magalhaes>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Magalh%C3%A3es
<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/fernando-augusto-ribeiro-magalhaes>

Hélion de Menezes Póvoa



Oc-038. Pertenceu a Hélion de Menezes Póvoa.

Material: Tartaruga e vidro

Procedência: Doação do Dr. Nilson Moura Brasil do Amaral.

Descrição: Armação em tartaruga. Lentes brancas, redondas.

Os Óculos

e seus Personagens

Hélion de Menezes Póvoa



Academia Nacional de Medicina

Nasceu em 23 de março de 1889, na cidade de Campos (RJ). Teve avós brasonados, dignos representantes da aristocracia rural daquela época, de engenhos, sobrados e de senzalas, que fizeram o encanto da Velha Província.

Um deles, seu bisavô pelo lado materno, foi o vigésimo oitavo Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Campos. Sua administração foi perturbada por uma das maiores enchentes de Campos. O rio abandonou seu leito e invadiu grande parte da vila. As águas derrubaram casas e ameaçaram a estrutura da própria Santa Casa de Misericórdia. E tanto se desvelou no socorro dos enfermos, que em 1847, D. Pedro II visitando Campos, conferiu-lhe o título de Barão de Abadia.

Hélion Póvoa fez seu curso primário em Campos, e o seu curso secundário no velho e tradicional Liceu de Humanidades de Campos. No ano de 1919 fez seu vestibular para a Faculdade Nacional de Medicina e valendo-se de uma lei que permitia fazer dois anos em um só, fez todo o seu curso médico em 5 anos, todo ele com distinção.

Graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1923), tendo defendido tese de doutoramento intitulada “Da síndrome Hemoclássica”, trabalho esse que o laureou com o prêmio Alvarenga (1923).

Trabalhou nos primeiros anos de sua vida profissional, na Recebedoria do Estado do Rio de Janeiro. Logo no 3º ano do curso médico, tornou-se interno do Hospital Nacional de Alienados, começando a dar cursos particulares, através dos quais expandiu toda a sua grande vocação para lecionar. Foi médico do Instituto de Neurobiologia e mais tarde seu Diretor. Em 1928 apresentou a técnica de uma nova reação coloidal bi-corada para o diagnóstico da neurosífilis.

Em 1930, ganhou 3 prêmios: Prêmio Diógenes Sampaio - com trabalho "Hipervitaminose D"; Prêmio Alvarenga - com o trabalho "Mecanismo de Ação do Método Brasileiro no Tratamento dos Aneurismas"; Prêmio Benjamim de Oliveira - com o trabalho "Tratamento das Anemias do Fígado". Em 1933, ganha mais 3 prêmios: Prêmio Academia - com o trabalho "Patogenia da Anemia nas Verminoses, especialmente na ancilostomose"; Prêmio Diógenes Sampaio - com o trabalho "Síndrome Orgânica da Vitamina D"; Prêmio Miguel Couto - com o trabalho "Calciopexia Solar".

Foi eleito Membro Titular da Academia Nacional de Medicina em 1934, ocupando a Cadeira 99 da Secção de Ciências Aplicadas à Medicina, na vaga do Professor Oscar de Souza, sendo recebido pelo Professor Carlos Chagas.

Em 1936, foi indicado e eleito para Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia, do Rio de Janeiro. Foi Vice-Presidente da Policlínica Geral do Rio de Janeiro e Chefe do Serviço de Nutrição dessa mesma Instituição.

Foi Presidente das Jornadas Médicas Sul Americanas, realizadas em Buenos Aires, e era membro de quase todas as Sociedades Médicas Argentinas e Uruguaias. As Jornadas Médicas desvendaram uma nova faceta da personalidade de Hélios Póvoa, a de diplomata. Elas estreitaram de muito os laços de fraternidade entre Brasil, Argentina e Uruguai.

Destacou-se no cenário médico nacional e em 1939, após memorável concurso, assumiu a cátedra de Patologia Geral da Faculdade Nacional de Medicina.

Publicou vários livros, entre eles: Blastomas (1934), Hematologia- temas modernos (1934), Noções de Anatomia Patológica (em três edições: 1931, 1934 e

Academia Nacional de Medicina

1937), *Metabolismo-questões da atualidade* (1934), *Atlas Elementar de Anatomia Patológica* (1934).

Intensa foi a atividade didática desenvolvida por Hélión Póvoa. Colaborou com o professor Leitão da Cunha, na organização de um curso de extensão universitária sobre Cancerologia; com o professor Annes Dias, patrocinou por três anos seguidos, cursos sobre diabete e com o professor Cruz Lima, curso de Hematologia Clínica, dentre muitos outros.

Preocupou-se com o problema da alimentação, traçando a política alimentar para o nosso país. Em colaboração com o professor Waldemar Berardinelli, traduziu a obra do professor Pedro Escudero sobre alimentação, refletindo sua afeição por este relevante problema. Os temas de estudos preferidos do acadêmico eram: coloidoclasia; alergia; hormônios; vitaminas; metabologia; genética para arteriosclerose e câncer.

Atuou durante anos como Presidente e Redator dos relatórios do Abrigo Cristo Redentor de 1936 até 1943 e, em fins de 1941, como Diretor de Serviços de Alimentação da Previdência Social, tendo sido um dos criadores dos cardápios com valores proteicos e calóricos para alimentação dos trabalhadores.

Escritor de raros méritos, ainda encontrava tempo para seus artigos jornalísticos, publicados no “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro. Em “Fronteiras da Medicina”, com prefácio de Afrânio Peixoto, Hélión Póvoa nos deu a conhecer o lado humano de sua vida verdadeiramente prodigiosa.

Pai dos também Membros Titulares da Academia Nacional de Medicina, Hélión Póvoa Filho (6/7/1929 - 10/08/2014), Cadeira no. 100 e Luiz César Póvoa (22/5/1937 - 15/12/2012), Cadeira no. 6.

Faleceu aos 45 anos, em 09 de abril de 1944.

Referências:

[http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=1782&descricao=Helion+de+Menezes+P%C3%B3voa+\(Cadeira+No+99\)](http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=1782&descricao=Helion+de+Menezes+P%C3%B3voa+(Cadeira+No+99))

<http://acamerj.org/index.php?caminho=academico.php&id=153>

<http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/6130/2/15.pdf>

Acadêmico

Manoel da Gama Lobo



Oc-xxx. Pertenceu a Manoel da Gama Lobo.

Material: Metal

Descrição: Armação em metal usada para prescrição de óculos por Gama Lobo, em torno de 1870.

Os Óculos
e seus Personagens

Manoel da Gama Lobo



Academia Nacional de Medicina

Manoel da Gama Lobo nasceu em 9 de março de 1831 na cidade de Monte Alegre, no Estado do Pará. Filho de Nicolau da Gama Lobo e de Maria do Carmo Lima da Gama Lobo.

Iniciou seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo o curso de medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1858 defendendo a tese intitulada “Elefantíase do Escroto”.

Sua trajetória profissional teve início no Arsenal de Guerra da Corte como médico militar.

Manoel da Gama Lobo se despertou para o estudo da oftalmologia ao conhecer o médico francês Carlos José Frederico du Villards, Membro Titular da Academia Imperial de Medicina, e que havia criado o Instituto Oftalmológico na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, o primeiro serviço no Brasil a fornecer assistência pública a pacientes oftalmológicos e que acabou funcionando como uma verdadeira escola, uma vez que a disciplina de oftalmologia não existia nas duas escolas de medicina da época.

Gama Lobo viajou para a Europa para aprofundar seus estudos. Na Alemanha especializou-se em Oftalmologia e ao retornar para o Brasil foi o primeiro médico brasileiro a exercer a prática da oftalmologia e o primeiro Chefe do Serviço de Olhos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Realizou pela primeira vez no Brasil a operação de iridectomia (para tratar o aumento descontrolado da pressão intra-ocular), além de introduzir no país as operações de tumores lacrimais, praticando também pioneiramente intervenções na catarata luxada, no cerotocone e nas cataratas zonulares.

Gama Lobo ganhou reconhecimento nacional médico ao associar a cegueira a uma carência nutricional específica, quando as vitaminas ainda não haviam sido descobertas, comparando a alimentação dos escravos de diversas províncias do país. Percebeu que nas províncias produtoras de café e açúcar, onde os escravos alimentavam-se exclusivamente de feijão e de farinha de milho, os índices de úlceras crônicas nos olhos e a cegueira noturna eram superiores aos das províncias em que os escravos se alimentavam de peixe, carne e frutas. Suas descrições correspondem ao que hoje chamamos de xeroftalmia, doença causada por deficiência de vitamina A, a qual só seria descoberta em 1913.

Foi eleito Membro Titular da Academia Imperial de Medicina em 1863 com a memória “A Amaurosis Julgada pela Oculística Moderna”.

Em 1872 retornou à Alemanha para dar continuidade aos seus estudos de oftalmologia sob a orientação de Hermann Ludwig von Helmholtz.

Sob a orientação dos mestres Rudolf Virchow (1821-1902) e Salomon Stricker (1834-1898) dedicou-se ao estudo de histologia. Ao retornar para o Brasil iniciou uma nova linha de estudos clínicos-anatomopatológicos sobre Febre Amarela.

Teve diversos trabalhos publicados entre livros teses, monografia e artigos periódicos nacionais e internacionais. Podemos destacar o artigo “Da Oftalmia Brasiliensis” no periódico “Annaes Brazilienses de Medicina”.

Faleceu em 7 de junho de 1883, aos 52 anos, a bordo do Vapor Orenoque que partia da Europa para o Rio de Janeiro, sendo sepultado em Lisboa.

Academia Nacional de Medicina

Referências:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702007000400013&script=sci_arttext&tlng=pt

http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=558&descricao=Manoel+da+Gama+L%C3%B4bo

<https://periodicos.fiocruz.br/pt-br/publicacao/10738>

https://www.researchgate.net/publication/250029085_Tributo_a_Manoel_da_Gama_Lobo_1835-1883_pioneiro_na_epidemiologia_da_deficiencia_de_vitamina_A_no_Brasil

Acadêmico

Miguel da Silva Pereira



Oc-045. Pertenceu a Miguel da Silva Pereira.

Material: Ouro e vidro

Procedência: Doação de Sylvio de Abreu Fialho

Descrição: Haste e ponte em ouro. Lentes brancas, Ovais.

Academia Nacional de Medicina

Miguel da Silva Pereira



Miguel Pereira nasceu na cidade de São José dos Barreiros (SP), em 2 de julho de 1871 e faleceu aos 47 anos na estação climática da Estiva, atual Miguel Pereira, no estado do Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1918. Foi um médico sanitarista e professor catedrático de clínica médica e propedêutica.

Filho de Virgílio Pereira e de Porcina Magalhães Pereira. Filho e neto de lavradores, foi criado na fazenda do Campinho. Aprendeu a ler em casa e, aos 12 anos, entrou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, como interno. Ali redigia um jornal de estudantes “A Refrega”, e fazia propaganda republicana dentro do colégio.

Aos 19 anos entrou para a Faculdade de Medicina, na rua Santa Luzia (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – atual UFRJ). Abandonou as aulas em 1893, na revolta de Floriano Peixoto, quando foi lutar em Niterói. Durante a epidemia de cólera no vale do Paraíba (1894), trabalhou como auxiliar-médico voluntário.

Doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ), em 1896, defendendo tese de doutoramento intitulada “Hematologia Tropical”, considerada obra notável. Começou a vida profissional como médico visitador da Associação do Empregados do Comércio.

Foi Professor Catedrático de Patologia Médica e depois de Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Chefe de Serviço da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Deu início à maior campanha de saneamento do Brasil. Foram anos de luta até que, em 1918, no governo de Venceslau Brás, tem início o saneamento do país.

Academia Nacional de Medicina

Em 1897, apresentou a memória “Anemia Tropical” - na qual questiona e supera a tese de que o homem brasileiro seria, por constituição genética, portador de um quadro natural anêmico se comparado ao europeu - com a qual foi aceito como membro da Academia Nacional de Medicina. Nesta instituição, foi Presidente entre 1910 e 1911, além de ser o Patrono da Cadeira no. 02, que ocupou.

Publicou trabalhos sobre ancilostomose, sífilis e atrofia muscular, mas queimou os originais de seu Tratado de Clínica Médica ao descobrir que era portador de uma doença incurável. Seus discursos e entrevistas foram reunidos no livro *À Margem da Medicina* (1922).

Conheceu a região da Estiva em 1915, trazido por um dos filhos do Barão de Javary, que trabalhava com ele na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Apaixonado pela região, comprou ali um Sítio que batizou de Maria Clara em homenagem à esposa, onde viveu apenas três anos, já que em 23 de dezembro de 1918 veio a falecer em consequência de um tumor de acústico, com apenas quarenta e sete anos de idade.

Alguns de seus netos, filhos da biógrafa e crítica literária Lúcia Miguel Pereira, falecida em 1959, ainda vivem na cidade - cidade assim batizada em sua honra. Foi grande propagador das qualidades do clima das atuais cidades de Miguel Pereira e Paty do Alferes, e da criação nesta região de sanatórios para o tratamento de doentes de tuberculose.

Referências:

<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/professor-e-doutor-miguel-da-silva-pereira>

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/MigueSil.html>

[http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=585&descricao=Miguel+da+Silva+Pereira+\(Cadeira+No.+02\)](http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=585&descricao=Miguel+da+Silva+Pereira+(Cadeira+No.+02))

<http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/acervos/correspondencias/correspondencia-cientifica/miguel-pereira>

<http://www.netsaber.com.br/biografias/biografia-2623/biografia-de-miguel-da-silva-pereira>

Miguel de Oliveira Couto



Oc-116. Pertenceu a Miguel de Oliveira Couto

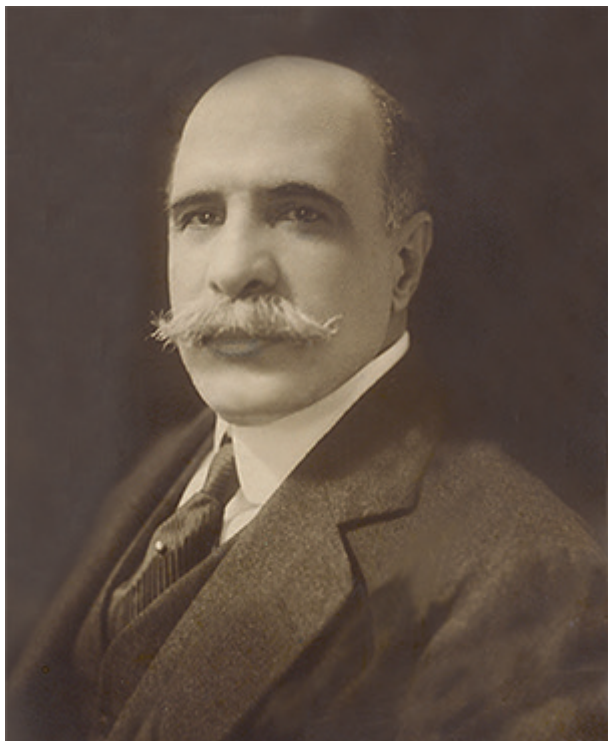
Material: Tartaruga, ouro e vidro

Manufaturado por Lutz Ferrando Cia Ltda.

Descrição: Armação em tartaruga e ouro. Lentes de vidro.

Academia Nacional de Medicina

Miguel de Oliveira Couto



O Dr. Miguel de Oliveira Couto nasceu no Rio de Janeiro, no dia 1º de maio de 1865, filho de Francisco de Oliveira Couto e de Maria Rosa do Espírito Santo.

Nasceu em família modesta, no bairro da Saúde do Rio de Janeiro. Tinha 5 anos quando perdeu o pai e foi criado pela mãe, que com sua máquina de costura, em Niterói, onde a vida era mais barata, foi criado junto com seus 4 irmãos.

Fez os estudos secundários no Colégio Pedro II e ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1880. Estudou, inicialmente, sob a direção do professor José Pereira do Rego. Em seus dois últimos anos como acadêmico de medicina, foi interno na Santa Casa de Misericórdia, trabalhando sob a direção do professor José Pereira do Rego e depois como assistente do professor João Vicente Torres Homem. Formou-se em 1885, defendendo a tese “Da Etiologia Parasitária em Relação às Doenças Infecciosas”.

Trabalhou primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, como assistente interno do professor Silva Rabelo na Santa Casa de Misericórdia. Em 1886, clinicou em Niterói e, no ano seguinte ajudou a combater a febre amarela no Rio de Janeiro.

Em 1892, convidado por Azevedo Sodré, ingressa no Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e trabalha, também, no Hospital de São Sebastião, onde desenvolveu importantes estudos sobre a febre amarela.

Eleito Membro Titular da Academia Nacional de Medicina, apresentando memória intitulada “O pneumogástrico na influenza”, foi empossado no dia 1º de abril de 1897. Ocupou vários cargos em diretorias e tornou-se seu Presidente, de 1913 até 1915, porém, foi reeleito seguidamente. Tornou-se Emérito, em 1927, e foi aclamado Presidente Perpétuo da Academia Nacional de Medicina,

Academia Nacional de Medicina

em 11 de julho de 1929. Presidiu a ANM até 1934, quando faleceu. Assim, presidiu a ANM por 21 anos consecutivos. É o Patrono da Cadeira No. 9.

Foi Professor de Propedêutica, substituindo ao Acadêmico Francisco de Castro, e, mais tarde, Catedrático de Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ) e Chefe da 18ª Enfermaria do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, depois chefiada pelos Acadêmicos Pedro Alves da Costa Couto e José Galvão Alves.

Na Santa Casa, estabeleceu memorável serviço do qual se originaram inúmeras teses e memórias cobrindo toda a Clínica Médica e onde orientou inúmeros clínicos de escola, além de ter instalado na 7ª Enfermaria, que também chefiou, o primeiro aparelho de Raio-X do Brasil. Foi o pioneiro da Medicina de Aviação.

Foi membro de inúmeras sociedades médicas no Brasil e no exterior. Destacou-se como Professor “Honoris Causa” da Universidade de Buenos Aires e da Universidade de Lima (Peru) e recebeu a Medalha da Instrução Pública da Venezuela e da Coroa da Bélgica.

Em 1916, sucedeu a Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916) na cadeira número 40 da Academia Brasileira de Letras.

Em 1924, preocupado com os problemas educacionais brasileiros, pronunciou uma série de conferências que contribuíram para o aprofundamento do estudo da matéria no país.

Deixou vasta obra, destacando-se: “Dos espasmos nas afecções dos centros nervosos”, “A gangrena gasosa fulminante”, “Patogenias das icterícias” (com

o Dr. Azevedo Sodré), “Diagnóstico Precoce da Febre Amarela pelo Exame Espectroscópico da Urina” e “Lições de Clínica Médica”.

Por sua atuação na medicina, conquistou grande renome, tendo sido amplamente considerado o mais ilustre dos médicos brasileiros de seu tempo. Além da intensa atividade que manteve como clínico ao longo de toda a carreira, realizou também importantes pesquisas farmacológicas, estudando o valor medicinal de plantas e frutos da flora brasileira. Como professor, marcou a formação de várias gerações de médicos, e participou ainda de diversos congressos internacionais.

Sua atividade não ficou limitada ao campo da medicina, tendo ocupado posição de relevo nas letras e na política. Era poliglota e profundo conhecedor da língua portuguesa.

Na Associação Brasileira de Educação, em 2 de julho de 1927, proferiu uma conferência em que apresentava um projeto sobre educação, largamente distribuído em todas as escolas normais e institutos profissionais da então Capital Federal. Era sugerida, nesse documento, a criação do Ministério da Educação, com dois departamentos: o do Ensino e o da Higiene. Em 14 de novembro de 1930, um decreto do Chefe do Governo Provisório da República criava uma Secretaria de Estado, com a denominação de Ministério da Educação e Saúde Pública.

Em agosto de 1932, durante a Revolução Constitucionalista, desempenhou o papel de mediador entre o governo federal e os revoltosos de São Paulo. Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Economista pelo Distrito Federal.

Como membro da Comissão de Saúde da Assembleia, interessou-se ainda por duas questões: a Educação e a Imigração. Em relação à primeira, defendeu e

Academia Nacional de Medicina

obteve a obrigatoriedade do emprego de 10% da renda federal na instrução pública (afirmava que o único problema nacional era a educação do povo). Quanto à segunda, liderou a corrente que se opunha à imigração não europeia, desenvolvendo intensa campanha contra a entrada de japoneses no Brasil. Dizia-se contra a imigração japonesa “não pela qualidade dos imigrantes, senão pela sua quantidade e, sobretudo, porque representa uma fase, um estágio do expansionismo japonês”. Criticava “o enquistamento que esses imigrantes formam nos lugares por eles colonizados, impedindo sua assimilação ao país.

Um de seus filhos foi o Acadêmico Miguel Couto Filho, médico ilustre, Ministro da Saúde (1953-1954), Governador do Estado do Rio de Janeiro (1955-1958) e Senador da República (1959-1967).

Faleceu no dia 6 de junho de 1934, no Rio de Janeiro, em função de um ataque violento de “angina pectoris”.

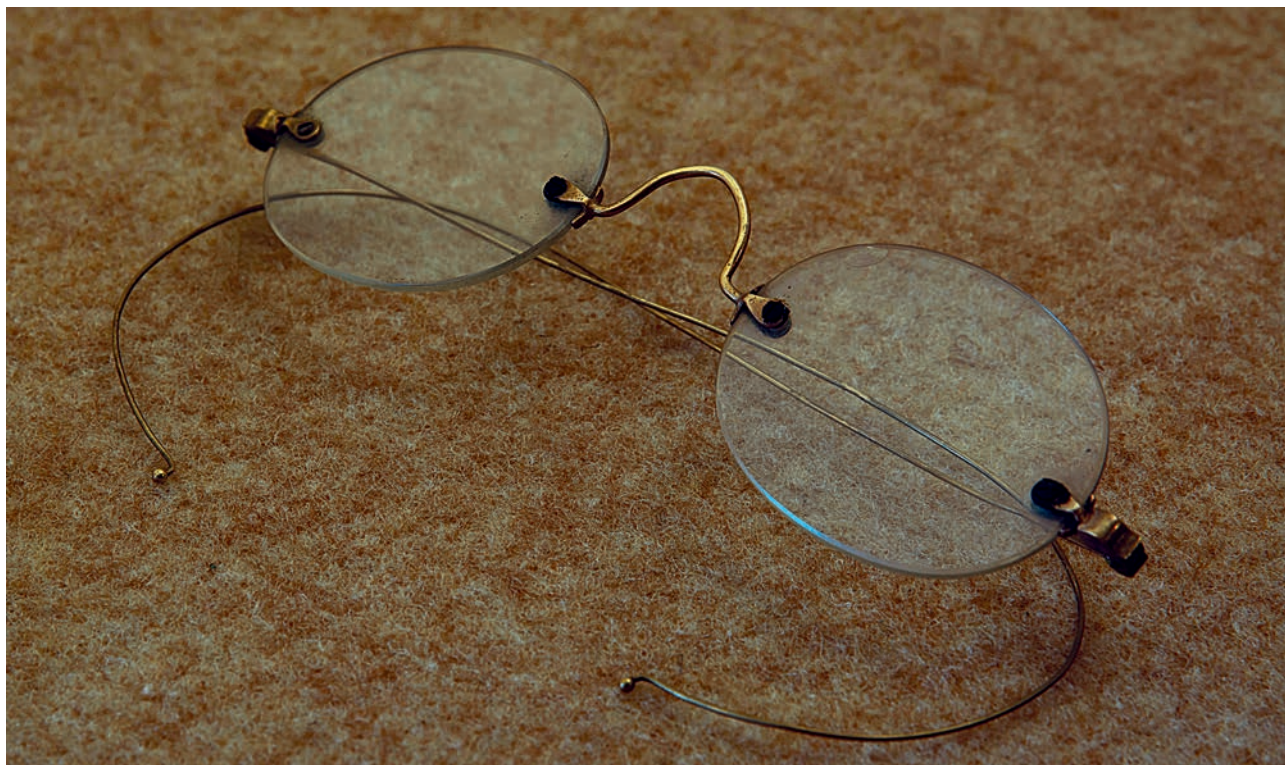
O Anfiteatro da ANM leva o seu nome e, também em sua homenagem, foram nomeados o famoso Hospital Municipal Miguel Couto, no bairro da Gávea, na cidade do Rio de Janeiro, e o bairro de Miguel Couto, na cidade de Nova Iguaçu, além de ruas e praças espalhadas pelo país.

Referências:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-de-oliveira-couto>
http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=586
https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Couto
<http://www.ohomemeadoenca.com.br/biograf/Biomiguelcouto.html>
<http://www.academia.org.br/academicos/miguel-couto/biografia>
<http://acamerj.org/index.php?caminho=academico.php&id=132>

Acadêmico

Miguel Ozório de Almeida



Oc-036. Pertenceu a Miguel Ozório de Almeida.

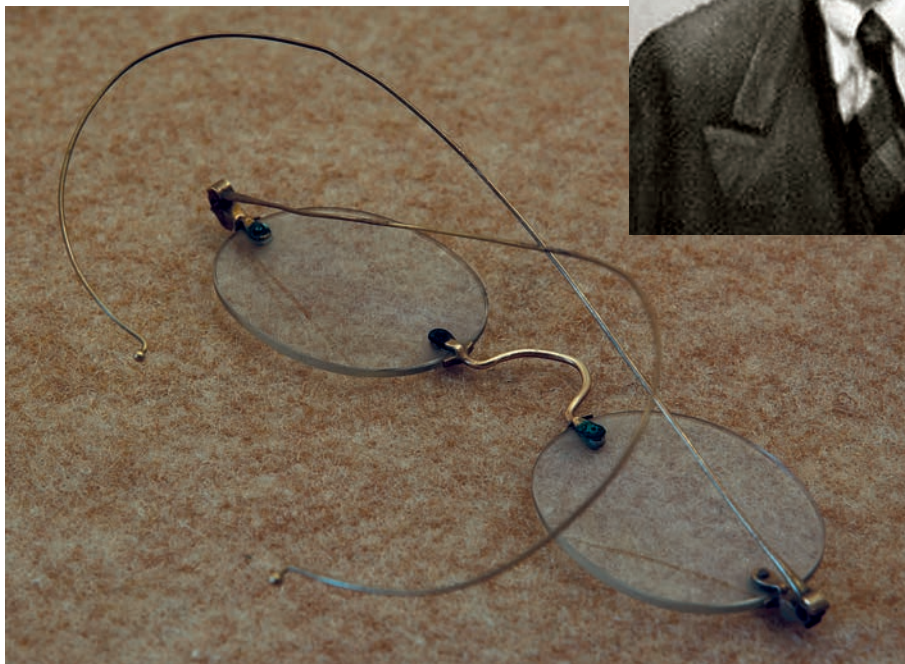
Material: Ouro e vidro

Procedência: Doação do Dr. Mário Vianna Dias.

Descrição: Ponte e hastes em ouro. Lentes brancas, bifocais.

Academia Nacional de Medicina

Miguel Ozório de Almeida



Miguel Osório de Almeida nasceu em 1º de agosto de 1890, na cidade do Rio de Janeiro e faleceu no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1953.

Filho de Gabriel Ozório de Almeida e de Carlota Ozório de Almeida. Seu pai era engenheiro, e foi Professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Diretor Honorário da Rádio Sociedade (1923), Diretor da Companhia Docas de Santos (1907), Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (1903-1906) e Presidente do Clube de Engenharia (1900-1902).

Foi educado nos colégios Kopke e Alfredo Gomes. Iniciou sua formação na área de engenharia, frequentando o curso preparatório para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e foi nesta época que decidiu redirecionar sua formação e estudar Medicina.

Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se doutorou em 1911, defendendo tese intitulada “São os reflexos tendinosos de origem cérebro-espinhal?”. Uma vez formado, dedicou-se à profissão, ao magistério superior e ao serviço público. Foi Preparador de Fisiologia, Interno de Clínica Médica do Professor Miguel Couto, e também Livre-Docente da referida Faculdade.

Desde moço era um pesquisador e estudioso. Escreveu, ainda como estudante, trabalho sobre o Sinal de Babinski, mostrando que reflexos coexistem, e a predominância de um ou outro é que produz o reflexo plantar normal - ou sinal patológico de Babinski. Em 9 de novembro de 1911, o grande Babinski comunicou, na sociedade de Neurologia de Paris, o resultado de suas pesquisas sobre o reflexo descrito por ele. Miguel Ozório escreve a Babinski, enviando seu trabalho publicado em 1910, anterior ao de Babinski. Babinski, em 1912 faz uma comunicação em que dá prioridade a Miguel Ozório, nessa importante descoberta da fisiologia.

Academia Nacional de Medicina

Foi, portanto, um pesquisador e estudioso precoce. Seus estudos sobre a excitabilidade nervosa foram reconhecidos em todo o mundo, merecendo láureas inclusive da Academia Nacional de Medicina da França que o elegeu membro Honorário em 11 de dezembro de 1945.

Foi eleito Membro Titular da Academia Nacional de Medicina, para a cadeira no. 17, em 10 de novembro de 1927, com a memória intitulada “O coeficiente de regulação da ventilação pulmonar no estado normal e nos estados pathológicos”.

Foi Professor de Fisiologia da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e Diretor do laboratório de Fisiologia do Instituto Oswaldo Cruz. Sua justa reputação permitiu que ele fosse várias vezes a Sorbonne realizar cursos de sua especialidade.

Diretor Geral da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social e Professor de Filosofia das Ciências na Universidade do Distrito Federal, onde chegou a Reitor.

Discípulo de Álvaro Ozório de Almeida, seu irmão, iniciou suas pesquisas em modesto laboratório improvisado da Rua Almirante Tamandaré. O laboratório era financiado, em parte, por Cândido Gaffrée, sócio de Eduardo Palassin Guinle. Logo, os trabalhos e as pesquisas dos irmãos Ozório de Almeida se tornaram conhecidos, inclusive no exterior. Em pouco tempo, aquele laboratório transformou-se em um local de reuniões, consultas e estudos para pesquisadores, sendo visitado por brasileiros, como Júlio Afrânio Peixoto, Agenor Guimarães Porto, Pedro Augusto Pinto, e Dionysio Bentes, e estrangeiros como Eugène Gley (1857-1930), Louis Lapicque (1866-1952), Henri Piéron (1881-1964), Henri Laugier (1888-1971), Hadamard, Paul Langevin (1872-1946),

Marie Skłodowska Curie (1867-1934), Irène Curie (1897-1956), e Albert Einstein (1879-1955).

Há, na obra científica dos Professores Miguel e Álvaro Ozório de Almeida, um traço comum a ambos: a profunda compreensão do fenômeno biológico. Aos dois fisiologistas brasileiros, disse Carlos Chagas, nunca escapou a percepção da complexidade biológica, deste predicado irreduzível que acompanha sempre a própria estrutura celular; nem pode a formação filosófica e científica de ambos, cheia de mecanismo clássico e dogmático dos biólogos do século passado fazê-los contornar a realidade experimental que sempre enfrentaram como verdadeiros biólogos que eram. Ambos formaram um pensamento biológico próprio, um método fisiológico cheio de inovações experimentais, sólido nos seus processos particulares de análise e de síntese.

Interessava-se pela física, matemática e música. Expressava-se facilmente em francês e seus cursos em Paris eram grandemente apreciados. Não poderia o Brasil ter tido melhor embaixador intelectual. Homens de letras, filósofos, matemáticos e psicólogos entravam em contato com o grande sábio.

Em 1920, Carlos Chagas convidou Miguel Ozório de Almeida para chefiar, no Instituto Oswaldo Cruz, a Secção de Fisiologia. Na obra de Miguel Ozório de Almeida destacam-se os trabalhos sobre os tônus nervosos, a série de experiências completadas pela teoria da excitação nervosa, as pesquisas sobre epilepsia experimental e a fisiologia do labirinto. Seus trabalhos sobre excitação nervosa o levaram a formular uma teoria de excitação muito complexa no seu instrumental matemático.

Sua capacidade de direção e de trabalho levaram-no à presidência de várias das inúmeras organizações, sociedades e academias a que pertenceu. Foi mem-

Academia Nacional de Medicina

bro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, onde chegou a Presidente. Membro (1917) da Academia Brasileira de Ciências, onde chegou a Presidente; Membro da Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro, onde ocupou a Presidência; Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência onde foi também Presidente. Participou de inúmeras sociedades nacionais e internacionais na Argentina, Uruguai, Portugal França e Estados Unidos.

Foi doutor “honoris causa” das Universidades de Paris, Lyon e Argel.

Foi um dos brasileiros que, por sua erudição, saber, cultura e elegância, levou o nome do Brasil muito além de suas fronteiras.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1953.

Referências:

http://funag.gov.br/loja/download/590-miguel_ozorio_de_almeida.pdf

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/almmigoz.htm>

[http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=1780&descricao=Miguel+Oz%C3%B3rio+de+Almeida+\(Cadeira+No.17\)](http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=1780&descricao=Miguel+Oz%C3%B3rio+de+Almeida+(Cadeira+No.17))

Acadêmico

Luiz do Nascimento Gurgel



Oc-015. Pertenceu a Luiz do Nascimento Gurgel.

Material: Tartaruga e vidro

Procedência: Doação de Sylvio de Abreu Fialho.

Descrição: Armação em tartaruga preta. Lentes brancas, redondas.

Academia Nacional de Medicina

Luiz do Nascimento Gurgel



Nascimento Gurgel nasceu em 25 de dezembro de 1878, em São Paulo, SP e faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de janeiro de 1928. Filho de João de Souza Amaral Gurgel e de D. Ana Francisca das Chagas Gurgel.

Doutorou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1900, defendendo tese intitulada “Síndrome Hemiplégica nas Lesões em Foco do Encéfalo”.

Sua trajetória acadêmica e profissional é marcada pelos vínculos que manteve com Moncorvo de Figueiredo e com seu filho, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo Filho (1871-1944), fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) do Rio de Janeiro. A entidade se tornaria, a partir de 1901, um paradigma da ação filantrópica e higienista, responsável pela introdução de inúmeras inovações no âmbito das práticas assistenciais.

Durante 10 anos, Nascimento Gurgel foi adjunto de Moncorvo de Figueiredo na Policlínica Geral do Rio de Janeiro e, de 1901 a 1906 – ano em deixou a entidade, tornando-se Chefe do consultório de crianças do IPAI.

Em 1910, candidatou-se à vaga de Professor Substituto de Pediatria da nona seção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ), ocupada desde 1895 por Francisco Simões Corrêa. Aprovado, logo se aliou a Simões Corrêa, Catedrático Interino, na demanda para que fossem separadas as partes médicas e cirúrgicas da Cadeira. A Lei Rivadávia Corrêa, de 1911, autorizou o desdobramento da Cátedra em duas. Com isso, Nascimento Gurgel ascendeu à condição de Catedrático. No entanto, contrariando sua expectativa, não foi nomeado para a Cadeira de Clínica de Pediatria Médica e de Higiene Infantil, mas para a de Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopédica, para a qual não estava preparado. Segundo um de seus biógrafos, “mesmo assim sem aparelhamento e sem instalações, fazendo apenas a cirurgia falada” dedicou-se ao magisté-

Academia Nacional de Medicina

rio “dentro das possibilidades técnicas de que dispunha”. Repetindo costume cultivado pelos professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, empreendeu, logo depois de sua posse na Cadeira, longa viagem de estudos à Europa, onde frequentou clínicas infantis e institutos ortopédicos.

Em 1925, com a aposentadoria de Francisco Simões Corrêa, foi transferido para a Clínica de Pediatria Médica e Higiene Infantil. À frente da Cátedra, instalou, no Hospital São Francisco de Assis, ambulatório e enfermaria especializados, para onde transferiu o ensino. Seu tempo de permanência no comando da Cadeira foi, entretanto, relativamente curto.

Pertenceu a diversas instituições médicas nacionais e internacionais, mas cabe destacar sua contribuição à Sociedade de Medicina e Cirurgia, da qual foi presidente em 1911.

Foi eleito Membro Titular da Academia Nacional de Medicina em 1908, tendo sua posse ocorrido a 16 de julho de 1908, sob a Presidência de Alfredo Nascimento e Silva. Na ocasião, foi saudado por Aloysio de Castro. Durante o período em que esteve na instituição exerceu os cargos de Orador (1916-1917) (1917-1918) (1918-1919) (1919-1920) (1920-1921) e foi Presidente da Secção de Medicina Geral (1922-1923) (1923-1924) (1925-1926) (1926-1927).

Além disso, foi um médico muito relacionado com a comunidade médica de vários países da América Latina, de maneira que foi delegado de numerosos fóruns e congressos internacionais. Esforçando-se para estreitar os laços entre as classes médicas nesse sentido, realizou a chamada Caravana Médica, visitando o Uruguai e a Argentina liderando, como mentor, um grupo de médicos excursionistas que viajaram para debater e projetar técnicas médicas do continente.

Faleceu aos 49 anos, justamente retornando desta sua expedição, vítima de infarto do miocárdio no dia 1º de janeiro de 1928.

Referências:

[http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=544&descricao=Luiz+do+Nascimento+Gurgel+\(Cadeira+No.+47\)](http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=544&descricao=Luiz+do+Nascimento+Gurgel+(Cadeira+No.+47))

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752010000200006

<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/socmedcirj.htm>

Acadêmico

Waldemar Berardinelli



Oc-035. Pertenceu a Waldemar Berardinelli.

Material: Tartaruga, ouro e vidro

Procedência: Doação de Sylvio de Abreu Fialho.

Descrição: Armação em tartaruga e ouro. Lentes brancas, quadradas.

Waldemar Berardinelli



Academia Nacional de Medicina

Waldemar Berardinelli nasceu em Jacareí, São Paulo, a 27 de junho de 1903 e faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1956. Foi médico endocrinologista e é considerado até hoje o pioneiro da especialidade no Brasil.

Seu curso secundário foi realizado no Ginásio Joaquim, dos Salesianos, em Lorena. Ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil em 1919, tendo se diplomado em 1924.

O médico e professor participou da fundação da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia e dos Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia, além de ser o principal responsável pela criação do Instituto de Endocrinologia da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, em 1950. Foi o primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Reumatologia. Foi Diretor do Hospital Escola São Francisco de Assis.

Em 1941, defendendo a tese “Periarterite nodosa”, o Dr. Waldemar Berardinelli venceu o concurso para ocupar a Cátedra de Clínica Médica da Faculdade Nacional de Medicina, sucedendo seu grande mestre Aloysio de Castro. Publicou importantes trabalhos cujos temas são da especialidade de reumatologia, como “Sobre a Síndrome de Sjögren” em 1943 e 1948, que descreveu os primeiros casos no Brasil, e “Sobre a Síndrome de Reiter”, em 1954.

Junto com o Dr. Rocha Vaz, foi precursor dos estudos sobre a biotipologia da clínica, admitindo as conclusões de Francisco de Castro sobre influência dos atributos morfológicos gerais do organismo na configuração de homens desiguais diante da doença. Seus estudos estão reunidos no “Tratado de Biotipologia e Patologia Constitucional” - o primeiro livro escrito sobre o assunto no Brasil. Este livro é mundialmente reconhecido e foi traduzido para diversas línguas.

A pesquisa que o consagrou no universo médico foi a descrição de uma nova síndrome endócrino-metabólica, individualizada na base de uma associação inédita de sintomas, sinais e alterações metabólicas, para a qual foi proposta, por autorizados especialistas de nosso continente, a denominação de Síndrome de Berardinelli. Foi descrita pela primeira vez, em 1954, por Berardinelli em um menino de dois anos de idade, e revista, em 1959, pelo norueguês M. Seip, a partir de três pacientes, dos quais dois deles eram irmãos com as mesmas características clínicas. A síndrome ficou conhecida como “Síndrome de Berardinelli-Seip”. A prevalência populacional exata é desconhecida, sendo estimada em torno de 1:10.000.000. Esta síndrome também ficou conhecida como Lipodistrofia Generalizada Congênita, e caracteriza-se por gigantismo acromegalóide infantil, hepatoesplenomegalia, taxas de colesterol, glicose, proteínas muito elevadas no sangue, hipertrofia dos tecidos conjuntivos e tecido adiposo da pele, ânus em posição alta e pela presença de fosseta coccígea. Trata-se de uma forma de tesauriose (armazenamento anormal ou excessivo, de substâncias - normais ou estranhas - no corpo). O portador da Síndrome de Berardinelli possui veias que parecem estar dilatadas, abdome proeminente, hérnia umbilical e hepatoesplenomegalia. No estado do Rio Grande do Norte a geógrafa Virgínia Dantas publicou uma dissertação sobre a síndrome, abordando especificamente a sua ocorrência na região do Seridó, no Rio Grande do Norte.

O Dr. Berardinelli reuniu seus trabalhos de Clínica Médica em quatro tomos seriados. Além deles, publicou também outras obras que se estendem para o campo literário: “Medicina e Médicos”, no qual reúne estudos sobre a obra de Machado de Assis; “Silentiarus”, que foi um estudo sobre Manuel Antonio de Almeida; dentre outros.

Dedicado ao magistério, o Dr. Waldemar Berardinelli foi professor de espírito curioso, dinâmico, de profunda cultura humanística e de humor contagiante,

Academia Nacional de Medicina

que sempre fazia ameno o assunto mais árido. À entrada do laboratório de sua clínica lia-se: “Os olhos no microscópio, as mãos nas provetas; no doente, os olhos, as mãos, os ouvidos, o ‘faro’, o cérebro e o coração”.

Waldemar Berardinelli foi Membro Titular da Cadeira no. 19 da Academia Nacional de Medicina, cujo Patrono é Manoel Vitorino Pereira. Foi eleito em 18/11/1943 na sucessão de Antonino Ferrari, tendo tomado posse em 25/11/1943.

Waldemar Berardinelli recebeu como homenagens ruas com seu nome em Jacareí, São Paulo, e na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Em Sepetiba, Rio de Janeiro, a Clínica da Família da região tem o seu nome.

Waldemar Berardinelli era tio do Acadêmico Affonso Berardinelli Tarantino e tinha como “discípulo predileto” o Honorário da Academia Nacional de Medicina, Mario Giorgio Marrano.

Faleceu no Rio de Janeiro ainda jovem, aos 52 anos, no dia 26 de janeiro de 1956.

Referências:

<https://www.endocrino.org.br/presidente-waldemar-berardinelli/>

http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=694

https://pt.wikipedia.org/wiki/Waldemar_Berardinelli

<https://internetmedica.com.br/sindrome-de-berardinelli-seip-online-berardinelli-seip-syndrome/>

<http://www.jornalolince.com.br/2010/jun/pages/focus-especial-2.php>

<https://asposbern.com.br/dr-waldemar-berardinelli/>

Acadêmico Francisco J. B. Sampaio

Presidente da Academia Nacional de Medicina (2015-2017)

Nasceu no Rio de Janeiro em 04 de outubro de 1954 e graduou-se em Medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1983. Professor Titular do Centro Biomédico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, desde 1995, onde criou e coordena desde 1989 a Unidade de Pesquisa Urogenital. É urologista praticante e possui Título de Especialista pela Sociedade Brasileira de Urologia / Associação Médica Brasileira, por concurso de Provas e Títulos, desde 1987. Pesquisador 1A do CNPq (desde 1986, sem interrupção) e Cientista de Nosso Estado da FAPERJ. Possui inserção na orientação de pós-graduação stricto sensu, tendo orientado e coorientado, desde 1990, 52 alunos de Mestrado, 39 alunos de Doutorado e 3 Supervisões de Pós-Doutorado. Na graduação orientou mais de 100 bolsistas de Iniciação Científica.

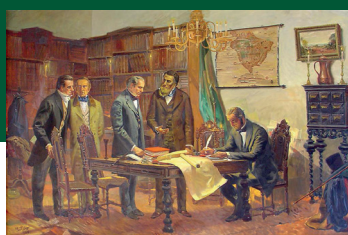


Criou em 2005 e Coordenou por 14 anos o Programa de Pós-Graduação em Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas, UERJ (Fisiopatologia e Ciências Cirúrgicas, nota 5, CAPES). Coordenador da Área de Medicina-III (Cirurgia) 2005-2007 e 2008-2011, CAPES / MEC. Editor Chefe do Int. Braz J Urol, revista oficial da Sociedade Brasileira de Urologia, de Janeiro de 2000 a Janeiro de 2010. Editor Emérito desde janeiro de 2020.

Membro do Corpo Editorial e Revisor ad-hoc de diversos periódicos internacionais de urologia, andrologia, cirurgia e morfologia. Possui mais de 250 artigos científicos completos em revistas de circulação internacional, de impacto, indexadas no PubMed/Medline. Possui um livro de Anatomia Urológica publicado nos EUA, New York, pela ThiemeVerlag, e dois livros publicados no Brasil sobre Anatomia Renal. Possui mais de 30 capítulos de livro no exterior e mais de 80 capítulos de livros no Brasil.

Alguns Prêmios e Homenagens:

- 1987 Prêmio e Medalha “Alberto Gentile”, pela Obtenção do 1o. lugar no Concurso para Título de Especialista em Urologia, Sociedade Brasileira de Urologia.
- 1999 Paraninfo - Residentes de Urologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 2000 Professor Visitante, Disciplina de Urologia, Universidade Federal de São Paulo.
- 2001 Título e Medalha do Mérito Pedro Ernesto, Câmara Municipal do Rio de Janeiro.
- 2002 Professor Visitante, Disciplina de Urologia, PUC do Rio Grande do Sul.
- 2002 Professor Visitante de Urologia, Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre.
- 2002 Título e Medalha Tiradentes, Assembleia dos Deputados do Rio de Janeiro.
- 2003 Professor Visitante, Disciplina de Urologia, UFRGS.
- 2005 Professor Visitante, Divisão de Urologia, Faculdade de Medicina, USP.
- 2005 Paraninfo dos Formandos (Residentes e Pós-Graduandos - 2005) Disciplina de Urologia e Programa de Pós-Graduação em Urologia, UNIFESP.
- 2007 Homenagem Especial, Patrono da III Maratona Urológica do Rio de Janeiro.
- 2007 Prêmio - Cistoscópio de Ouro - pela Contribuição Acadêmica e Formação de Discípulos, Universidade de São Paulo - Divisão de Urologia da USP.
- 2008 Visiting Professor, Division of Urology, University of Minnesota, USA.
- 2008 Visiting Professor, Faculty of Medicine Ramathibodi Hospital, Mahidol University, Bangkok, Thailand.
- 2008 Honorary Speaker, Phaitun Gojaseni Lecture (Open Lecture), 20th Thai Urological Association and Asian Congress of Urology, Pattaya, Thailand.
- 2008 Prêmio Análise em Medicina 2008, Revista Análise. Mais Admirados pelos Colegas - Especialidade Urologia.
- 2010 Homenagem pelo trabalho realizado como Coordenador de Área - Cirurgia, Comitê de Avaliação da Medicina III, CAPES / MEC.
- 2011 Medalha Juscelino Kubitschek, da Sociedade Brasileira de Urologia.
- 2019 Comenda Nacional de Excelência em Urologia, Congresso Brasileiro de Urologia, Curitiba, Paraná.
- 2020 Editor Emérito, International Braz J Urol, Sociedade Brasileira de Urologia.



ISBN: 978-65-87646-01-5



Edit  **ra**
Academia Nacional de Medicina